

PROCLAMAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP

SAIR DA CRISE É POSSÍVEL!

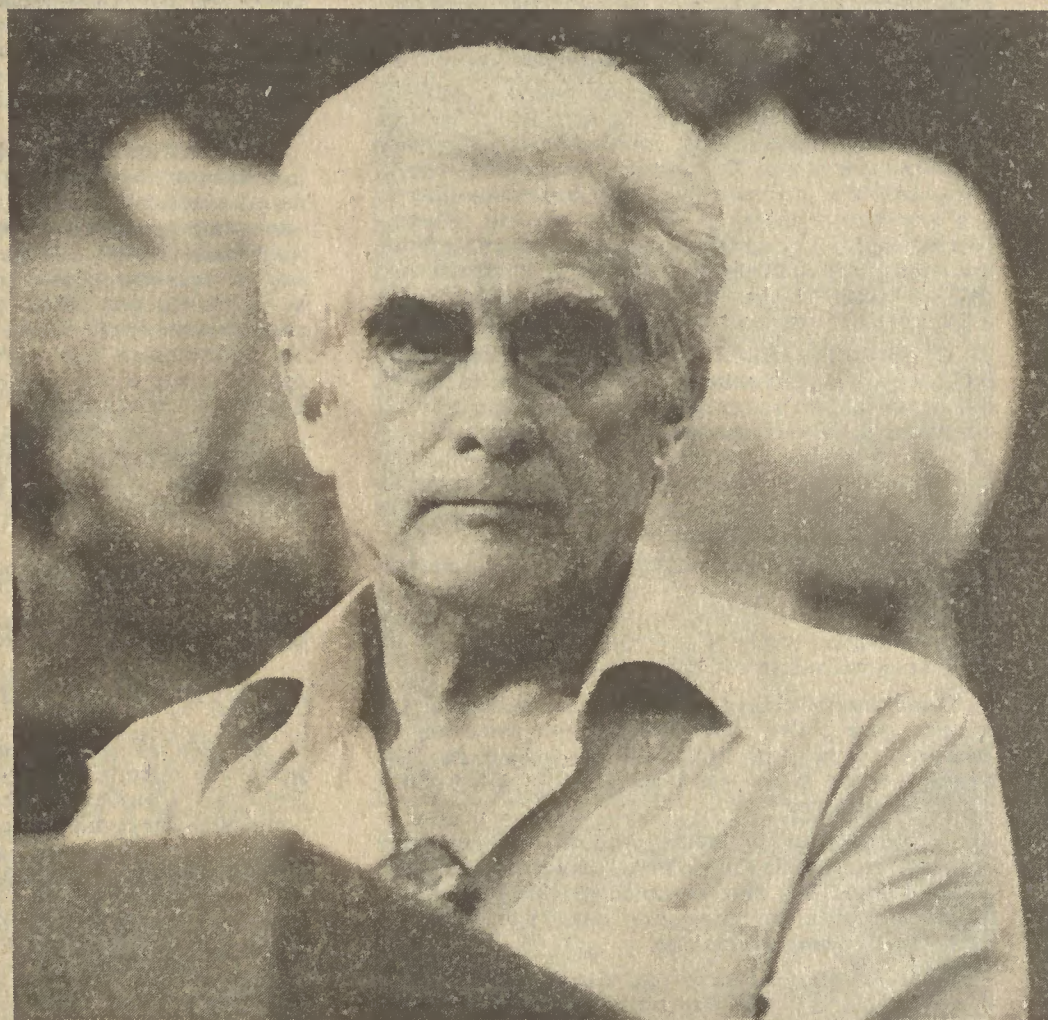
**EXISTE UMA SAÍDA PARA AS DIFICULDADES
ECONÓMICAS E FINANCEIRAS
EXISTE UMA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA
PARA A POLÍTICA ACTUAL
E PARA O GOVERNO ACTUAL**



Anunciado na Conferência

ULTRAPASSÁMOS 60 MIL CONTOS!

Comissão Coordenadora Central	9 123 912\$00
«Avante!»	1 411 512\$40
OR dos Açores	59 263\$70
OR do Alentejo	2 961 510\$90
OR do Algarve	1 027 430\$80
OR das Beiras	1 906 967\$50
OR de Lisboa	20 712 503\$10
OR da Madeira	71 654\$80
OR do Norte	5 381 788\$40
OR do Oeste e Ribatejo	3 317 147\$60
OR de Setúbal	9 656 469\$90
Emigração	3 092 279\$95
UEC	860 874\$80
UJC	530 432\$70
Por classificar (*)	961 920\$70
Total	61 075 669\$25



Proclamação da Conferência Nacional
do PCP – **Pág. 2**

Discurso do camarada Álvaro Cunhal
– **Págs. 3, 4, 5, 6 e 7**

Entrevistas, reportagens, intervenções
– **Págs. 8, 9, 10, 11 e 12**

CONFERÊNCIA NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PROCLAMAÇÃO

A Conferência Nacional do Partido Comunista Português, realizada em 4 e 5 de Junho de 1977, tendo examinado a situação económica e política do País e medidas e soluções para sair da crise, proclama: existe uma saída para as dificuldades económicas e financeiras. Existe uma alternativa democrática para a política actual e para o Governo actual.

A chamada política de recuperação económica prosseguida pelo Governo com o apoio do PPD e do CDS é de facto uma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, que contraria e impede a recuperação económica.

A recuperação capitalista provoca profundas perturbações no processo produtivo, como o abandono de terras entregues aos agrários e novas dificuldades nas empresas desintervencionadas.

A recuperação capitalista provoca o agravamento da situação, o aumento dos défices das balanças comercial e de pagamentos e um crescente endividamento externo que pode conduzir Portugal a um colapso económico e financeiro.

A recuperação capitalista faz aumentar as ameaças à nossa independência nacional. É acompanhada de cedências ao Imperialismo, de concessões às multinacionais, de um endividamento crescente, que agrava a dependência do nosso País em relação ao estrangeiro. A integração no Mercado Comum significaria novas e graves ameaças à indústria e agricultura nacionais.

Levada a cabo com a restrição de liberdades e medidas repressivas contra os trabalhadores, a recuperação capitalista não constitui o caminho para a consolidação da democracia, mas sim para a instauração de uma nova ditadura.

A recuperação económica é possível na base das novas realidades da economia nacional

A Conferência Nacional do PCP conclui ser de absoluta necessidade não alterar os actuais limites (status quo) das formações económicas existentes (sector nacionalizado, UCPs, cooperativas, empresas em autogestão, sector capitalista, pequena produção agrícola e industrial), reconhecendo a cada qual a sua dinâmica própria e assegurando o seu funcionamento regular.

A Reforma Agrária mostrou as enormes potencialidades que se abrem à produção com as UCPs e as cooperativas dirigidas pelos trabalhadores e pequenos e médios agricultores. É necessário assegurar definitivamente às UCPs e cooperativas o usufruto perpétuo da terra que actualmente detêm. É necessário impedir os actos de sabotagem dos agrários e fazer cessar as medidas que visam a inviabilidade, a divisão e o prejuízo das UCPs e cooperativas. É necessário respeitar o que a Constituição consagra sobre a Reforma Agrária.

O controlo operário ou o controlo de gestão é indispensável para assegurar o funcionamento regular das empresas e o seu progresso e desenvolvimento. As empresas intervencionadas não devem ser restituídas aos antigos patrões sabotadores. É necessário encontrar uma solução com os próprios trabalhadores (continuação da intervenção, formação de empresas mistas, passagem ao sector público, cooperativa ou outra).

As empresas nacionalizadas devem constituir o sector de arranque para a recuperação económica. O respeito pelas nacionalizações e a defesa daquela decisiva função obrigam a que não seja entregue a sua gestão e exploração à iniciativa privada.

O sector capitalista deve ter as necessárias garantias e apoio para o seu funcionamento. Em particular, as pequenas e médias empresas necessitam de uma legislação e de meios que incentivem a sua actividade e a sua cooperação.

As pequenas e médias explorações agrícolas devem ter o apoio do Estado para a concessão de ajuda técnica e de créditos, para o escoamento da produção com preços fixados antecipadamente, para a formação de cooperativas e outras iniciativas.

Numa política assente nas realidades da nossa economia criadas pela Revolução e consagradas na Constituição está interessado todo o povo português — todos os explorados, todas as camadas laboriosas, todas as classes e camadas interessadas na consolidação da democracia e na salvaguarda da independência nacional.

É necessário que cesse a ofensiva de destruição

Ainda é tempo de definir e adoptar uma política que conduza de facto à recuperação económica. Mas, para isso, é indispensável que se não deixe deteriorar a situação ao ponto de não ser mais possível uma plataforma que tenha o apoio dos trabalhadores e das mais vastas camadas da população.

Para que seja possível a recuperação económica, para que seja possível estabelecer uma plataforma entre todas as forças sociais e políticas interessadas no processo democrático, a Conferência Nacional do PCP, reclama:

- Que sejam imediatamente suspensas as restituições arbitrárias de terras aos agrários, os cortes de crédito às UCPs e cooperativas,

que sejam revistas as restituições e desanexações arbitrárias, as entregas de gados e de máquinas a agrários sabotadores, levadas a cabo pelo MAP;

- Que seja confirmada e aplicada a Lei do Arrendamento Rural;
- Que sejam confirmadas as empresas e sectores nacionalizados e declarados inconstitucionais quaisquer leis ou decretos que visem atingi-los;
- Que seja imediatamente suspensa a restituição de empresas intervencionadas aos antigos patrões sabotadores;
- Que seja confirmado e defendido o controlo operário;
- Que sejam assegurados às cooperativas e empresas em autogestão a propriedade e o usufruto dos meios de produção;
- Que os trabalhadores sejam sempre ouvidos sobre questões que directa e fundamentalmente lhes respeitem (como determina a Constituição);
- Que seja posto fim imediato ao saneamento de democratas e à reintegração de fascistas em cargos do Estado e em empresas.

Estas medidas são essenciais para impedir a degradação da situação económica, social e política que a recuperação capitalista está a acentuar. A não serem rapidamente adoptadas, poderá ficar comprometida a possibilidade de uma plataforma que permita sair das dificuldades actuais.

A recuperação económica alcança-se com os trabalhadores

Nunca os trabalhadores apoiarão uma política que visa impor-lhes a intensificação da sua própria exploração para que aumentem os lucros dos seus exploradores, a redução dos seus salários reais e gastos essenciais para que aumentem os consumos escandalosos dos capitalistas e latifundiários, o sacrifício dos seus interesses e direitos para que o grande capital alargue e reforce as suas posições.

Mas os trabalhadores intervirão voluntária, consciente, criadora e responsabilmente para vencer as dificuldades económicas e financeiras, dispor-se-ão corajosamente a tomar a sua parte nos sacrifícios nacionais, desde que as conquistas da Revolução sejam rigorosamente garantidas e os direitos que a Constituição lhes reconhece integralmente respeitados, desde que se adoptem autênticas medidas de austeridade que comecem por tocar os altos rendimentos e por reduzir drasticamente os gastos sumptuários e as despesas inúteis e não essenciais.

A intervenção voluntária e decidida dos trabalhadores é, como testemunha a história recente da nossa economia, a condição decisiva para o aumento da produção, a redução dos desperdícios, a recuperação económica.

O PCP propõe um grande esforço nacional e patriótico

Só com um grande esforço nacional e patriótico pode ser sustida e ultrapassada a ameaça de um colapso financeiro, com as suas desastrosas consequências para a economia nacional, as condições de vida dos portugueses, as instituições democráticas, a independência e dignidade da Pátria.

É esse grande esforço nacional e patriótico que o PCP propõe ao povo português, às demais forças democráticas e aos órgãos de soberania.

Este esforço compreende a decidida e compenetrada intervenção dos trabalhadores, da juventude e das mulheres, dos quadros técnicos e dos intelectuais, dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, de cada português patriota, de todas as forças democráticas.

Implica que em cada lugar e em cada momento esteja presente a necessidade de diminuir as importações, substituir o consumo de produtos importados por artigos nacionais, restringir os gastos desnecessários, eliminar ou reduzir os desperdícios, aumentar a produção, utilizar integralmente a capacidade produtiva instalada, aproveitar plenamente o trabalho nacional.

Este esforço pressupõe uma plataforma de recuperação económica, e esta só pode ser elaborada através de um profundo diálogo e de uma ampla negociação entre as forças democráticas e responsáveis do País, ao nível dos órgãos do Poder, das organizações políticas e de classe e das massas populares.

O PCP propõe medidas concretas

O PCP, que já apresentara no seu VIII Congresso as linhas gerais fundamentais de uma alternativa democrática

à política do Governo PS, propõe agora, como seu contributo responsável para a elaboração de uma plataforma de recuperação económica, o desenvolvimento e aprofundamento dessas linhas e um conjunto elaborado de medidas concretas sectoriais, constantes do documento aprovado pela Conferência Intitulado «Com os trabalhadores e o acordo político das forças democráticas é possível sair da crise, prosseguir o caminho de Abril».

A Conferência Nacional do PCP considera que a situação exige:

- Uma política económica orientada de imediato para o aumento da produção e para a redução do défice da balança de pagamentos, mantendo as diversas estruturas económicas existentes, com o seu peso e dinâmica própria;
- A redução de importações e aumento de exportações, com uma severa política de contingência, selecção de produtos nacionais com capacidade excedentária ou que o possam vir a ser com pequenos investimentos, a coordenação da intervenção e apoio do Estado à exportação, uma real diversificação das relações externas e uma política de independência nacional;
- A produção nacional de produtos importados — na base da máxima utilização dos recursos naturais, da capacidade produtiva existente e do trabalho nacional — como imperativo e condição necessária para o equilíbrio da balança de pagamentos e a recuperação económica do País;
- O estímulo aos ingressos externos que permitam fazer face às importações essenciais, com o incremento do turismo, o incentivo das remessas dos emigrantes, a canalização dos empréstimos externos para a esfera produtiva e no respeito da soberania nacional, aproveitamento de todas as possibilidades para a obtenção em condições favoráveis de linhas de crédito internacional, e a sua utilização para o reforço da capacidade produtiva nacional;
- Uma política de austeridade que signifique uma economia geral de recursos (despesas sumptuárias e supérfluas) — energia eléctrica, combustíveis, matérias-primas e, de uma maneira geral, tudo quanto se possa dispensar. O PCP propõe uma luta geral contra as situações deficitárias e uma campanha nacional contra os desperdícios. Uma política de austeridade é compatível com o melhoramento do nível de vida das massas populares. O melhoramento do nível de vida alarga o mercado interno, e o alargamento do mercado interno é uma das melhores garantias para a recuperação económica.

A Conferência Nacional do PCP, na base dos trabalhos preparatórios e dos estudos e debates feitos, declara serem possíveis a curto e a médio prazo resultados que alterem radicalmente a situação, conduzindo ao reequilíbrio financeiro do País e à libertação de Portugal da dependência alarmante dos empréstimos externos e das pressões do Imperialismo.

É possível eliminar o défice da economia nacional

A Conferência Nacional do PCP declara que é possível reduzir num ritmo rápido, e eliminar finalmente, o défice da economia portuguesa e o défice da balança de pagamentos que o acompanha.

As medidas concretas, aprovadas na Conferência Nacional e nesta data divulgadas, se adoptadas numa política nacional pelos órgãos do Poder, permitem esse resultado.

A Conferência Nacional do PCP afirma que é possível aumentar em dois anos a produção agrícola, pecuária e florestal num valor que se aproxima de 12 milhões de contos.

A Conferência Nacional do PCP afirma, numa primeira estimativa, que é possível aumentar a produção industrial numa ordem de grandeza semelhante à da agricultura.

A Conferência Nacional do PCP afirma que é possível a redução num curto prazo das importações em cerca de 28 milhões de contos, dos quais 11 milhões por contingência rigorosa, e 17 milhões pela substituição de produtos importados por produtos de produção nacional.

Com a promoção das exportações, o turismo e as remessas dos emigrantes, essa redução das importações permitiria colimar o défice da balança de pagamentos.

A política de recuperação capitalista conduzirá ao agravamento cada vez maior da situação económica e financeira e a um previsível colapso da economia nacional.

A política de recuperação económica proposta pelo PCP, na base da diversidade das estruturas socio-económicas existentes, pode conduzir ao resultado pretendido: a redução rápida do desequilíbrio da economia portuguesa, a redução e posterior desaparecimento do défice da balança de

pagamentos, a libertação da carga do endividamento externo e o desenvolvimento da economia portuguesa no quadro da democracia, do progresso e da independência nacional.

Existe uma alternativa democrática

O actual Governo PS não está em condições de resolver os problemas nacionais. A sua política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, a sua composição, a sua ineficiência, a falta de apoio político e popular, conduzirão ao agravamento dos problemas, e não à sua solução. Por isso, todas as forças políticas responsáveis se preocupam com a alternativa política.

As forças reacçãoárias procuram forçar uma alternativa reacçãoária ao Governo actual. A chamada «convergência democrática» PPD-CDS é de facto uma aliança reacçãoária que visa a constituição de um governo abertamente reacçãoário com ou sem o PS. Não há alternativa democrática mais à direita do Governo actual.

Um governo mais à direita não só não conduziria à recuperação económica, como seria o caminho aberto para a instauração a curto prazo de uma nova ditadura.

Uma alternativa democrática só é possível com democratas, e não com reacçãoários. Só é possível com os trabalhadores e com as massas populares, e não com os capitalistas, agrários e imperialistas contra o povo português e contra a independência nacional. Só é possível com o PCP, grande partido dos trabalhadores e da democracia, e não contra o PCP.

A Conferência Nacional do PCP declara que o PCP prosseguirá incansavelmente os seus esforços para se alcançar a unidade de todos os portugueses e portuguesas que querem evitar o regresso ao passado fascista e assegurar a defesa e prosseguimento do processo democrático.

O PCP continuará lutando pela unidade da classe operária nas fábricas, nos campos, nos portos e em todos os locais de trabalho.

O PCP continuará lutando em defesa da liberdade e da unidade sindical, pelo reforço da grande central sindical dos trabalhadores portugueses — a CGTP — Intersindical Nacional.

O PCP continuará lutando pelo reforço da aliança da classe operária com os pequenos e médios agricultores e pelo desenvolvimento, na acção comum, de uma ampla frente de forças sociais, incluindo todas as classes e camadas interessadas na liquidação definitiva do capital monopolista e dos latifúndios; proletariado, empregados, quadros, intelectuais, pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes.

A Conferência Nacional do PCP declara que o PCP continua a considerar a aliança do POVO com as Forças Armadas como um dos eixos fundamentais do regime democrático.

A Conferência Nacional do PCP declara que o PCP continuará a tomar uma atitude construtiva em relação aos órgãos de soberania: Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e Governo. Na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP actuará para tomar possível a aprovação de leis que sirvam os interesses dos trabalhadores e do processo democrático, instituído no entendimento entre comunistas e socialistas, que detêm a maioria dos votos. Com o Governo, o PCP está sempre pronto a examinar aspectos concretos da situação do País e da política governamental, com vistas à busca das soluções mais correctas para os problemas.

A Conferência Nacional do PCP declara uma vez mais que o PCP está pronto a examinar em conjunto com todas as forças e sectores democráticos interessados na continuação do processo democrático e na defesa do regime constitucional, sem quaisquer discriminações, a possibilidade de uma plataforma que assegure a recuperação económica e a consolidação das liberdades políticas e da independência nacional.

A Conferência Nacional do PCP declara que o PCP, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, está pronto a assumir as suas responsabilidades e a mobilizar todas as suas energias para assegurar a recuperação económica, para alcançar num curto espaço de tempo o equilíbrio da economia nacional e iniciar uma nova fase de desenvolvimento para bem de todo o povo, para bem da nossa Pátria.

A Conferência Nacional do PCP reafirma a confiança dos comunistas na capacidade e energia criadora do povo português para, no quadro da Constituição e do regime democrático, ultrapassar a crise, vencer as dificuldades económicas e financeiras, realizar vitoriosamente a recuperação económica, consolidar a democracia e assegurar o futuro próspero, livre e independente de Portugal, rumo ao socialismo.

4/5 de Junho de 1977

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

Camaradas:

Chegámos ao fim dos trabalhos da Conferência Nacional do nosso Partido. A Conferência culminou um intenso trabalho preparatório de estudo, investigação, elaboração e debate, em que participaram, além de muitos milhares de camaradas, trabalhadores e técnicos que, não sendo comunistas, quiseram examinar em conjunto connosco «a situação económica e financeira e o caminho para sair das dificuldades actuais».

Todo o trabalho realizado, os debates, os estudos concluídos sobre praticamente todos os sectores e aspectos da actividade económica nacional, os milhares de propostas e sugestões, as intervenções e as conclusões da Conferência, assinalam o empenhamento do nosso Partido na solução dos grandes e graves problemas nacionais.

Do trabalho realizado resultam algumas conclusões essenciais.

A primeira: a recuperação capitalista contraria a recuperação económica, agrava a situação económica

e financeira, cria perigosas tensões sociais e políticas e põe em perigo o regime democrático.

A segunda: a recuperação económica é possível na base da consolidação e prosseguimento das nacionalizações, Reforma Agrária, controlo operário — e da diversidade das formações económicas existentes actualmente na economia portuguesa.

A terceira: a recuperação económica, entendida como a diminuição progressiva do défice da balança de pagamentos, o restabelecimento do equilíbrio financeiro e o arranque para uma política de desenvolvimento, são possíveis a partir dum grande esforço nacional assente fundamentalmente nos recursos do País: riquezas naturais, capacidade de produção, mão-de-obra, determinação popular e nacional.

A quarta: em democracia, a recuperação económica só é possível com a participação voluntária e consciente dos trabalhadores, e nunca contra os trabalhadores.

A quinta: a superação das dificuldades económicas e financeiras actuais exige no plano social a formação duma vasta frente de todas as classes e camadas

interessadas em impedir a restauração do capitalismo monopolista e em assegurar o prosseguimento do processo democrático, e exige no plano político o estabelecimento ao nível dos órgãos do Poder e ao nível das massas de uma plataforma comum entre todas as forças e sectores democráticos antifascistas.

O conjunto de medidas de ordem prática e de emergência que são propostas para a solução das dificuldades, e, em particular, para reduzir até eliminar o défice da balança de pagamentos, constam das intervenções, das conclusões da Conferência, e dos numerosos estudos de fundo elaborados nos trabalhos preparatórios, que correspondem a muitos milhares de páginas, mas que, apesar disso, na medida do possível, virão a ser editados.

A preocupação do nosso Partido foi definir e indicar, não princípios programáticos, mas uma política e medidas de emergência plenamente realizáveis nas condições portuguesas actuais.

As medidas apontam para algumas direcções

fundamentais: a redução de importações; o aumento das exportações; a poupança de recursos; a produção nacional de artigos importados; o alargamento do mercado interno; o estímulo aos ingressos externos.

Todos os estudos, debates e contribuições mostram que, na base dum grande esforço nacional, são possíveis a curto e a médio prazo resultados que alterem radicalmente a situação, conduzindo ao reequilíbrio financeiro do País e à libertação de Portugal da dependência alarmante dos créditos externos.

É possível reduzir num ritmo rápido, e eliminar finalmente, o défice da economia portuguesa e o défice da balança de pagamentos em que aquela se traduz.

Com a garantia das conquistas da Revolução e com o empenhamento das massas trabalhadoras é possível vencer as dificuldades económicas e financeiras actuais e iniciar uma fase de desenvolvimento que assegure o bem-estar e a liberdade do povo português e a independência nacional. É um tal projecto de acção que a Conferência Nacional do PCP submete ao País.

I — A recuperação capitalista compromete a recuperação económica

O Governo PS chama à sua política, política de «recuperação económica». Na verdade trata-se, não de recuperação económica, mas de recuperação capitalista.

Apoiado e pressionado pelo grande capital, pelos agrários, pelo imperialismo, pelas forças da reacção, o Governo PS mostra ter como objectivo real, não a recuperação económica, mas a destruição das conquistas da Revolução e a recuperação capitalista, mesmo ao preço do agravamento da situação económica e financeira e do sacrifício duma política económica nacional independente.

A evolução da situação económica e financeira, com o seu progressivo agravamento, atesta o erro básico da política de recuperação capitalista.

Como prova quatro pontos interessa destacar. O primeiro: A política de recuperação capitalista significa, não o progresso, mas a prática estagnação da produção nacional.

O anunciado e duvidoso aumento de 6% da produção industrial em 1976 coincide com a recessão de alguns dos mais importantes sectores. A produção agrícola acusará uma baixa acentuada no ano corrente, em virtude não só do tempo desfavorável, como também da ofensiva contra a Reforma Agrária e da falta de medidas de apoio às pequenas e médias explorações agrícolas.

Segundo: A política de recuperação capitalista significa o agravamento brutal das condições de vida dos trabalhadores.

O congelamento de salários e o aumento dos preços provocaram uma descida de salários reais que é previsível possam sofrer em 1977 uma quebra de cerca de 30%.

Apartir dos trabalhadores no rendimento nacional, que aumentara depois do 25 de Abril, atingindo 60% em 1975, desceu para 56,2% em Abril e prevê-se que baixe para 50,5% em 1977.

O número de desempregados à procura de primeiro emprego passou de 141 mil em 1975 (fim do ano) para 200 mil em 1976. O número de trabalhadores à procura de novo emprego passou de 135 mil para 178 mil. Sem contar os «retornados» desempregados, que teriam passado de 120 para 126 mil, o número total de desempregados aumentou assim num ano mais de 100 mil.

A recuperação capitalista trouxe o drástico agravamento das condições de vida dos trabalhadores e este não conduziu, ao contrário do que anunciara o Governo, à prometida recuperação económica e financeira.

Terceiro: A política de recuperação capitalista, em vez de conduzir à atenuação dos défices nas balanças comercial e de pagamentos, conduziu ao seu agravamento.

O défice da balança comercial passou de 50 milhões de contos em 1975 para 73 milhões em 1976.

A taxa de cobertura das importações pelas exportações desceu de 49,6% em 1975 para 42,8% em 1976.

Precisamente ao contrário do que era exigido pela situação económica e do que foi anunciado pelo Governo, em 1976 as importações aumentaram ainda mais 28,5%, enquanto as exportações aumentaram apenas 11,1%.

Os primeiros dados conhecidos para 1977 indicam que a situação continua a agravar-se em ritmo acelerado. De Janeiro a Abril a balança comercial acusou um saldo negativo de 26,9 milhões de contos, o que representa o agravamento de 38,2% relativamente ao mesmo período de 1976. A taxa de cobertura das importações pelas exportações mostra neste período novo agravamento, passando de 47,7% em 1976 para 45,6% em 1977.

Pelo que os factos permitem concluir, a desvalorização do escudo não teve qualquer influência favorável na evolução da balança e das razões da troca.

O agravamento do défice da balança comercial está na origem do agravamento do défice da balança de pagamentos.

Apesar de certa reanimação nas remessas de emigrantes e no turismo, o défice da balança de pagamentos passou de 25,5 milhões em 1975 para 29,4 milhões em 1976, para o que contribuiu também o agravamento da balança de transportes (défice de 5 milhões, de contos contra 3,4 milhões em 1975).

Quarto: A política de recuperação capitalista, em vez de conduzir à contenção do esgotamento de reservas, conduziu à progressão desse esgotamento e do endividamento externo.

De Setembro de 1975 a fins de 1976 consumiram-se 48 milhões de contos de divisas. O consumo médio mensal de divisas passou de 1,2 milhões para 3,1 milhões de contos. A disponibilidade de ouro e divisas passou para menos de metade.

O endividamento externo do Banco de Portugal, que era de 2,5 milhões de contos em 15.9.75, passou para 38,2 milhões em 31.12.76, aproximando-se de 60 milhões em fins de Abril último.

Segundo várias estimativas, a dívida pública externa deve exceder actualmente 150 milhões de contos e os encargos com juros e amortizações orçam pelos 15 milhões de contos.

Das 850 toneladas de ouro das reservas calcula-se que estejam hipotecadas 350 toneladas (40%).

Todos estes factos mostram o fracasso da política de recuperação capitalista como política de recuperação económica.

Os factos mostram ser totalmente justa a afirmação do PCP de que a recuperação capitalista dificulta, contraria e impede a recuperação económica e a solução nacional da crise económica e financeira.

Prejuízos na produção nacional

A recuperação capitalista, agrária e imperialista causa não só a médio prazo, mas no imediato, graves perturbações no processo produtivo.

Ocasionalmente inevitáveis diminuições sensíveis na produção agrícola e industrial.

Estas consequências nocivas resultam com evidência tanto da orientação geral da política económica como das acções concretas, quase diárias, de destruição das formações não capitalistas criadas pela Revolução.

A restituição de empresas interveniadas e a restituição de terras aos agrários, além de medidas de revoltante injustiça, mostram bem, em cada caso, como a recuperação capitalista, em vez de reanimar e impulsionar a economia nacional, provoca sérias perturbações à produção, leva à paralisação de fábricas e ao abandono de terras de culturas.

As desintervenções e os métodos brutais como o Governo procura restituir empresas que os trabalhadores salvaram do encerramento ao patronato sabotador provocam graves situações com repercussões no seu funcionamento: como são os casos da Auto-Reconstrutora, da Ernesto CRY, da Mondorel, da Torné Feteira, da Intento e de outras.

Em consequência da arbitrária entrega aos agrários de terras que os trabalhadores das UCPs e cooperativas desbravaram, semearam, cultivaram, ficam de novo trabalhadores no desemprego e grandes extensões abandonadas: Herdades dos Currais, Alto de Ferradura, de Santa Justa, da Ribeira, da Pereira, da Torre, do Silval, dos Minutos, da Capitoa, do Álamo da Estrada, do Gato, das Romeiras, do Poço da Rua, da Fonte do Abade e Almoncor Grande, do Almargens, de Vila Ruiva, da Lobata, do Monte Novo dos Sanguinhos, da Jurdana, da Mourinha, e talvez de algumas mais que esqueci, mostrando que a recuperação latifundista significa um golpe fundo na recuperação económica e revelando os crimes contra a economia nacional que está praticando o MAP.

A recuperação capitalista faz-se acompanhar do desemprego

Despedimentos ou propostas de despedimentos aparecem nas desintervenções como condição para o «saneamento financeiro das empresas»: 440 trabalhadores na Cambournac, 500 no Pão de Açúcar, 350 na J.Pimenta, 300 na Intento, 80 na Sanimar, 70 na Luís Pedro Mendonça.

Os despedimentos e suspensões, como medidas da retaliação, vingança política e repressão do movimento sindical dos trabalhadores, acompanham também as desintervenções: os 17 na TM Gonçalves, 21 na Mondorel, as Comissões de Trabalhadores na Auto-Reconstrutora e na J.Pimenta, os processos disciplinares na FA Caiado. Não se trata de recuperação económica. Trata-se de reintrodução, com a recuperação capitalista, do arsenal dos métodos repressivos para impor aos trabalhadores o agravamento da exploração.

Acontecimentos semelhantes sucedem com as reservas e desanexações na zona da Reforma Agrária, acompanhadas pela diminuição dos postos de trabalho e um elevado número de novos desempregados.

Tanto na agricultura como na indústria, nos transportes e no comércio, tal política provocará tensões e conflitos sociais (que se agravarão ainda mais na medida em que o Governo pensar sufocá-los com medidas repressivas) que prejudicarão inevitavelmente um processo de recuperação económica.

A recuperação capitalista tem ainda uma outra consequência altamente prejudicial para a recuperação económica: o desvio para consumo dos capitalistas de vultuosos recursos que poderiam ser utilizados em estimulantes investimentos.

É um sinal dos tempos que o patronato sabotador se atreve a exigir enormes indemnizações como condição para retomar as empresas interveniadas: 15 mil contos na INTENTO, 63 mil contos na SANIMAR, 500 mil contos na EFI e outras, como se ainda por cima fizessem um favor.

Além destas exigências individuais, os partidos da reacção e o PS preparam leis para o efeito.

A proposta de lei do PPD para as indemnizações era em si um verdadeiro escândalo económico, político e moral.

Segundo os cálculos dum economista, as indemnizações subiriam a 250 milhões de contos, dos quais 64 milhões de contos para os antigos patrões das empresas nacionalizadas, 20 milhões para os agrários e 170 milhões para os colonialistas.

A proposta do Governo não vai tão longe, mas permite cedências das posições do Estado aos capitalistas das mesmas empresas, estabelecendo um processo para a passagem duma situação de controlo do Estado para uma situação de controlo dos grandes accionistas e mesmo do capital monopolista.

Pelo que se conhece da avaliação provisória das acções feita para efeito de indemnizações de 104 empresas nacionalizadas, o total previsto subirá a 64 milhões de contos. O valor provisório calculado em mais de 100 empresas é duplo do capital social e em alguns sectores de actividade é 10 e 20 vezes superior.

É dito que as indemnizações serão concedidas para investimentos. Mas não só, a serem concedidas ao nível previsível, terão em grande parte inevitavelmente destino diverso, como, mesmo sendo destinados a investimentos, quem investe de facto é o Estado, com os recursos públicos, mas quem fica titular do investimento são os capitalistas.

Assim o Estado irá facilitar o reforço do sector

capitalista contra o sector nacionalizado e contra as explorações agrícolas não capitalistas, às quais entretanto cria dificuldades crescentes, tendo em vista a recuperação capitalista.

Política global

Não se trata apenas de medidas que visem «corrigir injustiças» e «irregularidades», como alguns dizem, mas de toda uma política global de destruição das conquistas revolucionárias da democracia portuguesa e da restituição das riquezas nacionais aos tradicionais exploradores do povo português.

Não se trata só de medidas tomadas dia a dia numa ou noutra esfera da vida económica. Trata-se duma política a médio e a longo prazo, cujas grandes linhas mestras se revelam na nova legislação que o Governo, votando em conjunto com o PPD e o CDS, está aprovando ou quer fazer aprovar pela Assembleia da República.

Em relação às nacionalizações, a lei recentemente aprovada na Assembleia da República contra os votos dos deputados comunistas, intitulada lei de delimitação dos sectores público e privado, constitui um esquema de ataque do capital aos sectores e empresas nacionalizados.

As actividades bancárias, sector considerado exclusivo do Estado, ficam de facto abertas ao capital privado. 162 empresas nacionalizadas de sectores básicos podem ser entregues à exploração e gestão de grupos capitalistas. São abertos à concorrência sectores nacionalizados como os transportes marítimos, construção naval, celulose, vidro plano, tabaco e cervejas. O petróleo, a petroquímica, a siderurgia e os adubos podem ser submetidos ao controlo das multinacionais.

Esta lei abre caminho à reconstituição do capital financeiro e ao domínio monopolista sobre a economia portuguesa.

Em relação à Reforma Agrária, o projecto de lei Barreto que se conhece, intitulado «Bases gerais da Reforma Agrária constitucional e democrática», é anticonstitucional e antidemocrático, e visa manifestamente a liquidação da Reforma Agrária.

É uma lei de restauração do latifúndio, com a entrega da maior parte das terras expropriadas aos grandes senhores.

A aplicar-se, tal lei seria uma monstruosidade jurídica, económica e política e um crime histórico contra a democracia e contra a economia nacional.

O MAP, numa nota redigida numa linguagem digna do MRPP, diz que esse projecto era apenas um «documento de trabalho». Mas pelo que o MAP diz e faz descobre-se bem que um projecto definitivo do MAP não alterará a sua natureza essencial: ser uma lei não da Reforma Agrária, mas contra a Reforma Agrária.

Creio, camaradas, podemos pedir aos camaradas delegados da zona da Reforma Agrária que transmitam aos trabalhadores, aos pequenos e médios agricultores, às UCPs, às cooperativas, que todo o Partido, todos os seus militantes, estão firmemente ao seu lado, activamente solidários, e que todo o Partido empenha e empenhará as suas forças e energias para que a Reforma Agrária seja realizada e para que, duma vez para sempre, a terra seja entregue a quem a trabalha.

Em relação ao arrendamento rural e à lei dos baldios, o Governo, em defesa dos ricos proprietários, pretende também revogar a lei.

A Lei do Arrendamento Rural, sendo aplicada, interessa mais de 200 000 pequenos e médios agricultores nas benfeitorias e na valorização da terra, permite investir na agricultura valores que dantes se destinavam ao consumo dos senhores, estimula o associativismo e o aumento da produção agrícola.

O projecto de lei da contra-Reforma Agrária, se fosse aprovado, revogaria a Lei do Arrendamento Rural, revogaria a obrigatoriedade do controlo por escrito abaixo de 2 hectares, estimularia a continuação dessa forma medieval de exploração que se chama parceria.

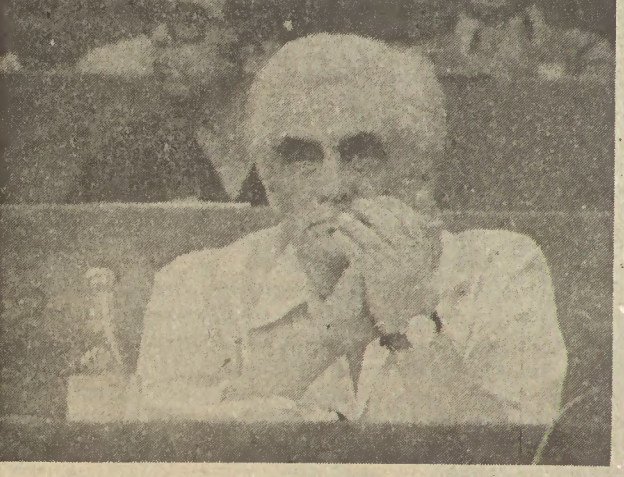
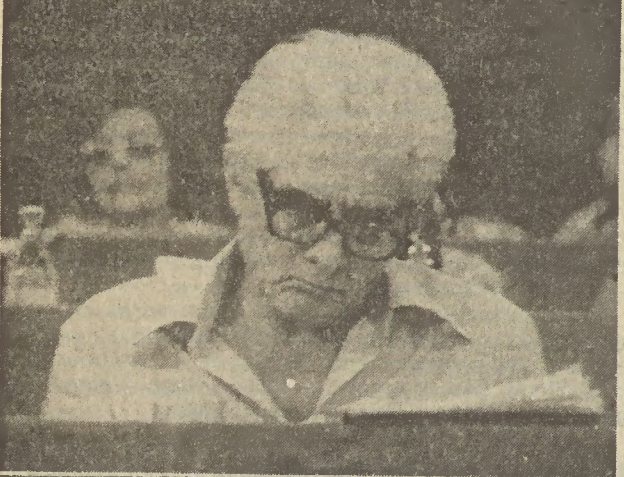
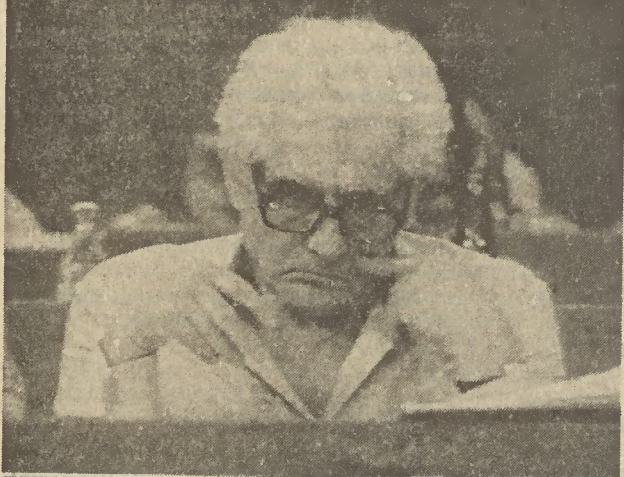
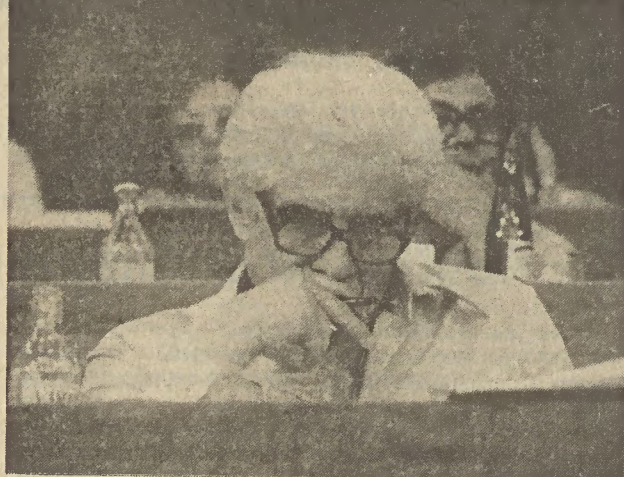
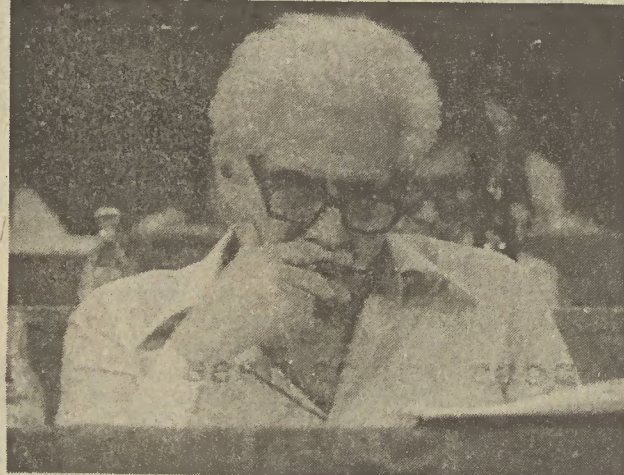
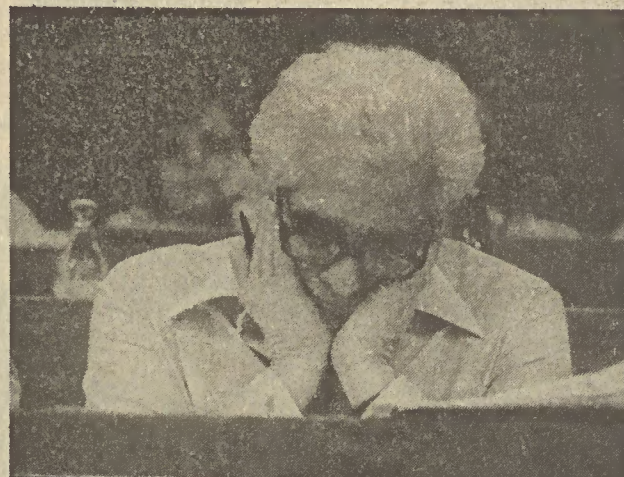
Creio, camaradas, podemos pedir aos camaradas delegados rendeiros para transmitirem aos rendeiros das suas regiões que todo o PCP todas as organizações do PCP estão com a sua luta activamente solidários para que as leis do arrendamento rural e dos baldios, não só não sejam revogadas, como sejam inteiramente aplicadas.

Em relação ao controlo operário ou controlo de gestão, os projectos conhecidos visam também a sua liquidação e pretendem transformar as comissões de trabalhadores em instrumentos dos capitalistas ou do Estado para impor nas empresas o agravamento da exploração e das condições de trabalho.

Tanto a política prática diária do Governo PS, apoiado pelo PPD e CDS, como a política global inserta nas novas leis e projectos de lei revelam um objectivo: a restituição do poder económico ao grande capital (associado ao imperialismo) e aos agrários.

É necessário que todas as pessoas responsáveis deste país ganhem plena consciência de que, nas condições actuais criadas pela Revolução, um tal plano de recuperação capitalista está já causando profundos estragos na economia portuguesa, está dificultando a recuperação económica e está comprometendo a perspectiva de desenvolvimento.

No plano político, uma tal política, a ser realizada, conduziria à restauração do poder dos monopólios e latifundiários, ao regresso ao capitalismo monopolista de Estado, à liquidação da democracia portuguesa.



II – Conquistas da Revolução – consolidação indispensável

As nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, a criação de numerosas cooperativas e empresas em autogestão, constituíram simultaneamente **grandes reformas das estruturas socio-económicas e medidas de emergência indispensáveis para salvar a economia nacional.**

Se não se tivessem nacionalizado a banca e os sectores básicos, se não tivessem os trabalhadores tomado o controlo e a gestão de centenas de empresas, se não se tivessem formado centenas de cooperativas e instituído o regime de autogestão em muitas outras e se não se tivesse realizado a Reforma Agrária – a economia portuguesa teria ficado praticamente imobilizada pela sabotagem do capitalismo, dos agrários e do imperialismo e a democracia portuguesa teria ruído nas ruínas da economia.

Simultaneamente, essas transformações constituíram reformas indispensáveis para liquidar a base material de apoio da reacção e do fascismo; para a democratização económica e social da sociedade portuguesa e para tornar possível o desenvolvimento da economia dentro duma política de verdadeira independência nacional.

As transformações das estruturas socio-económicas mostraram as extraordinárias potencialidades duma economia libertada do capitalismo monopolista e do domínio latifundiário e orientada para o socialismo.

A Reforma Agrária

A Reforma Agrária deu um impetuoso impulso às forças produtivas na agricultura na região do latifúndio.

Registou-se no ano agrícola de 1975-1976 uma grande produção de cereais de praga, aproximando-se a produção de trigo das 700 mil toneladas. O aumento ficou a dever-se, não à política do Governo, mas ao facto de que a cultura foi levada a cabo pelas UCPs e cooperativas na zona da Reforma Agrária, libertadas da exploração dos agrários e dos capitalistas.

Os progressos do efectivo pecuário e de máquinas foram também notáveis.

Segundo um estudo relativo a 436 UCPs dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, no primeiro ano e meio, além do aumento da produção agrícola, os trabalhadores conseguiram o aumento de 129 000 cabeças de gado, de 1463 tractores, 758 ceifeiras debulhadoras, 72 camiões, 572 motores de rega. Construíram 60 pequenas albufeiras, 150 obras para aumentar a superfície irrigada e 60 novas instalações para gado.

As 25 UCPs do concelho de Montemor-o-Novo, em relação a 1974, cultivaram em 1976 mais 6000 hectares de trigo, mais 1600 hectares de cevada, mais 2500 hectares de aveia, mais 130 hectares de tomate. A produção de trigo nas 25 UCPs foi de 17 000 toneladas, superior em 3000 toneladas à produção de todo o concelho em 1974. No efectivo pecuário registou-se um aumento de mais 2400 bovinos, mais 11 mil ovinos, mais 5 mil suínos. O parque de máquinas duplicou. Tractores de 137 para 252. Reboques de 87 para 157, ceifeiras debulhadoras de 21 para 45. Enfardadeiras de 17 para 29. Escarificadores de 72 para 136. Semeadoras de 31 para 57. Grades de disco de 66 para 129. Motobombas de 29 para 54, etc..

E aqui na nossa Conferência ouvimos os camaradas das UCPs e cooperativas descreverem os grandes progressos obtidos e convidando os incrédulos a visitar o Alentejo.

Trabalhando para si, para os seus e para o País, os trabalhadores e pequenos e médios agricultores, tendo criado mais de 450 unidades colectivas de produção e cooperativas, lançaram-se ao trabalho, desbravaram terras incultas, abandonadas ou subaproveitadas há longos anos, aumentaram em mais de 100 000 hectares a área cultivada, obtiveram uma das maiores colheitas de cereais da história, diversificaram as culturas, aumentaram o efectivo pecuário e o parque de máquinas, alcançando resultados notáveis, sobretudo tendo em conta os obstáculos, resistências, ofensivas e falta de apoio que tiveram de vencer.

O primeiro ano de Reforma Agrária abriu extraordinárias perspectivas ao desenvolvimento agrícola.

A ofensiva contra a Reforma Agrária é uma ofensiva

de destruição da riqueza criada e de nascente bem-estar, é uma ofensiva criminosa contra a economia portuguesa.

A defesa e prosseguimento da Reforma Agrária não só é um novo imperativo de justiça social e um dever imposto pela Constituição, mas uma condição para a recuperação económica e para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, através do rápido aumento da produção agrícola e pecuária.

As nacionalizações e o controlo operário

Além das novas explorações agrícolas criadas com a Reforma Agrária e de muitas centenas de cooperativas e empresas em autogestão formadas na indústria e no comércio, fugiu ao controlo da dinâmica capitalista uma parte importantíssima da economia portuguesa: a banca, os seguros, os transportes e os sectores básicos da indústria nacionalizados e intervencionados.

Todo este amplo sector desempenha um papel decisivo e determinante na vida económica.

Se em muitas empresas nacionalizadas se não alcançou uma dinâmica de progresso e de desenvolvimento acelerado das forças produtivas, isso deve-se à própria orientação reticente e falta de apoio do Governo, na produção, no crédito e no mercado, aos obstáculos levantados às medidas de reconversão e reorganização, a uma preocupação de manter imodificadas estruturas e métodos, de forma a não anular a possibilidade de recuperação capitalista.

A má gestão e os maus resultados são muitas vezes apresentados como motivos para pôr em causa tanto as nacionalizações como o controlo operário em empresas intervencionadas.

A verdade é que, quando o Governo decide restituir as empresas ao patronato sabotador, não quer saber se este sabotou e defraudou ou não as empresas e se os trabalhadores as geriram bem ou mal. O único objectivo é a recuperação capitalista, como um dogma para a economia nacional, embora a Constituição indique precisamente o contrário.

A verdade é que o **controlo operário** assegurou em numerosas empresas intervencionadas, que os antigos patrões tinham sabotado, defraudado e conduzido à ruína e à beira do encerramento, não só a laboração, em condições difíceis, mas resultados por vezes notáveis na gestão.

Os exemplos do que a economia portuguesa deve aos trabalhadores são conhecidos, foram lembrados na Conferência, mas cabe aqui lembrar alguns, com dados relativos a 1976.

A **Rabor** (motores eléctricos) pagou 6 mil contos de dívidas da administração capitalista, diminuiu, os prejuízos de 50 mil para 17 mil contos, aumentou em 68% o volume das vendas.

A **Unitas** (conservas de peixe) assegurou a laboração contínua, instalou duas câmaras frigoríficas, aumentou a produção para exportação.

A **Ormis** (embalagens metálicas) subiu o volume de vendas de 390 para 520 mil contos e passou de um prejuízo de 20 mil contos para um resultado positivo de 4 mil contos.

A **Copam** (amidos) reduziu 16 mil contos de divisas à banca e aumentou em 39 mil contos o volume de vendas.

A **Afacar** (tubos de aço) aumentou a produção e adquiriu novas máquinas.

A **Mundet** (cortiça) conseguiu novos mercados e aumentou o montante de vendas.

A **Secia** (pré-fabricados de madeira) amortizou dívidas e fez autofinanciamentos.

A **Pardal Monteiro** (mármore) aumentou as exportações de 13 para 23 mil contos e a carteira de encomendas de 12 para 40 mil contos.

A **Manuel Pereira Roldão** (cristalaria) aumentou de dois terços o volume de vendas e apresentou em 1976 os primeiros resultados positivos desde 1973.

A **Corame** (estruturas metálicas) aumentou o valor da produção e alcançou um lucro de 11 mil contos.

A **Ecriil** (concentrado de tomate) pagou encargos, realizou investimentos e, com as suas exportações, fez entrar no País 85 000 contos de divisas.

Em algumas empresas da construção civil, apesar da gravíssima crise do sector e das enormes dificuldades, os trabalhadores conseguiram resultados positivos, como é o caso da **José Francisco dos Santos**.

A **Auto-Reconstrutora do Barreiro** (metalúrgica pesada), entregue pela força ao antigo patrão sabotador, pagou dívidas e aumentou a carteira de encomendas de 5 para 25 mil contos.

Muitos outros exemplos se podiam dar, tanto noutras empresas intervencionadas como em empresas nacionalizadas (e é o caso da Covina) e em empresas privadas (como a Mague).

Também em numerosas **cooperativas de produção** os trabalhadores conseguiram resultados positivos.

Na **Cooperativa de Produção Metalomecânica** de Torres Novas, diversificaram a produção, incluindo produtos importados (como serras para a indústria de madeira), criaram secções técnicas e aumentaram as instalações.

Na **Cooperativa Militão** (cortiça), compraram um tapete rolante e novas instalações e projectam aumentar a produção de 60 mil para 120 mil arrobas.

Só o objectivo cego de recuperação capitalista pode determinar a restituição de tais empresas ao antigo patronato.

Tanto critérios de justiça como os interesses da economia nacional exigem uma outra solução que permita que os trabalhadores continuem dando às respectivas empresas e à economia nacional a contribuição que mostraram na prática serem capazes de dar.

Respeitar as formações económicas diversificadas

O PCP tem insistido na necessidade de **ter em conta**, para a recuperação económica e o desenvolvimento, **a diversidade das formações económicas criada pela revolução portuguesa**: a formação não capitalista (empresas nacionalizadas, UCPs cooperativas), a formação capitalista, a pequena produção mercantil e uma formação tendendo a transformar-se num sector de capitalismo de Estado (empresas mistas).

Uma das condições essenciais para a recuperação económica é não forçar grandes alterações nos limites entre as várias formações.

Defendemos que para a recuperação económica, para ultrapassarmos as dificuldades actuais, quanto menos se mexer nas formações económicas, melhor.

O «status quo» das formações económicas é o mais favorável à recuperação

Entre essas formações incluímos, naturalmente, **o sector capitalista**.

É um sector muito vasto e importante da economia portuguesa e é necessário que tenha asseguradas condições de funcionamento e de êxito económico.

Uma coisa é porém o êxito económico dos sectores e empresas capitalistas existentes — e nisso está a economia portuguesa interessada.

Outra coisa é a pretensão dos capitalistas e agrários (representados socialmente pela CIP e a CAP e politicamente pelo CDS, PPD e parte do PS) de recuperarem o que perderam com a Revolução e o poder económico e político — e isso só pode prejudicar a recuperação económica.

Por isso o PCP, simultaneamente, opõe-se à recuperação capitalista e defende que sejam asseguradas condições e garantias ao sector capitalista.

Particular atenção devem merecer as **pequenas e médias empresas**, que representam e podem continuar a representar um importante papel na produção nacional, assim como no aparelho comercial.

O PCP não se opõe de forma alguma à iniciativa privada. Mas considera **completamente errada a ideia de que, na reanimação e recuperação económica, o papel de arranque cabe ao sector capitalista**.

No Portugal de hoje, a **chamada iniciativa privada, ou seja a exploração e a dinâmica capitalista, não está em condições de resolver os graves problemas que afectam numerosos sectores e que só a diversidade das formações económicas, a consolidação da formação não capitalista, o planeamento real,**

a intervenção do Estado, a criação de organismos e sectores públicos, podem permitir a realização duma política nacional que faça sair o País das dificuldades e assegure o desenvolvimento e a independência nacional.

Parar a ofensiva de destruição

A recuperação económica exige não a destruição das conquistas da Revolução, mas a sua consolidação efectiva.

A recuperação económica exige um grande esforço nacional, uma grande mobilização patriótica das forças produtivas portuguesas, e isso significa antes de mais a intervenção dos trabalhadores na solução dos problemas. **A recuperação económica alcança-se com os trabalhadores, e a participação dos trabalhadores nesse grande esforço nacional e patriótico só pode ser alcançada com a consolidação das conquistas da Revolução.**

O PCP considera **ser necessário e possível evitar um colapso económico e financeiro e alcançar num prazo relativamente curto a recuperação a económica.**

Mas para isso **impõe-se fazer parar a ofensiva de destruição e de ruína que está a ser conduzida pelo Governo PS contra as transformações democráticas que se deram nas estruturas sócio-económicas.**

Para tornar possível elaborar uma plataforma para a **recuperação económica do País** por todas as forças sociais e políticas interessadas no prosseguimento do processo democrático **é necessário suster, e suster rapidamente, a ofensiva que visa destruir as conquistas da Revolução.**

Por isso, em continuidade com a Resolução do CC de 3 e 4 de Abril, o **PCP reclama:**

a) **Que sejam imediatamente suspensas as restituições arbitrárias de terras aos agrários, as desanexações e desintegrações de terras das UCPs e cooperativas e que se cumpra a Lei da Reforma Agrária sempre em entendimento com os trabalhadores rurais e os pequenos e médios agricultores; e que sejam revistas as restituições e desanexações arbitrárias levadas a cabo pelo MAP, voltando novamente as terras para as UCPs e cooperativas sempre que tenham sido ilegalmente desintegradas ou sempre que sejam mantidas em abandono ou subaproveitamento;**

b) **Que seja imediatamente suspensa a restituição de empresas intervencionadas aos antigos patrões que praticaram sabotagem, irregularidades e fraudes e se procurem, em cada caso, com os trabalhadores, soluções mais conformes com os interesses nacionais: nacionalização, empresas mistas, cooperativas, manutenção da intervenção;**

c) **Que sejam confirmadas as empresas e sectores nacionalizados e declaradas inconstitucionais quaisquer leis ou decretos que (como a recente lei sobre a delimitação dos sectores público e privado) estabeleçam esquemas que conduzam a desnacionalizações ou à liquidação económica de empresas ou sectores nacionalizados em benefício de empresas capitalistas;**

d) **Que seja confirmado o controlo operário, a gestão de empresas pelos trabalhadores, as cooperativas formadas em empresas abandonadas ou falidas e seja definitivamente assegurada aos trabalhadores das cooperativas e empresas em autogestão a propriedade ou o usufruto dos meios de produção;**

e) **Que os trabalhadores sejam sempre ouvidos sobre questões que directamente e fundamentalmente lhes respeitem (como determina a Constituição) e as questões sejam resolvidas pelo diálogo, a negociação e o acordo, e não por medidas administrativas, compulsivas e repressivas, que não só não conduzem à solução dos problemas económicos, como fazem perigar a própria democracia;**

f) **Que seja posto fim imediato ao saneamento de democratas e às reintegrações de fascistas em cargos do Estado ou de empresas.**

Estas medidas são essenciais para impedir a degradação da situação económica, social e política, que a recuperação capitalista está a acentuar. A não serem rapidamente adoptadas, poderá ficar comprometida a possibilidade duma plataforma que, com a participação dos trabalhadores, permita sair das dificuldades actuais.

III – Política económica nacional

Todas as medidas de emergência tendo em vista a recuperação económica, e particularmente a diminuição progressiva e a liquidação no mais curto espaço de tempo do défice da balança de pagamentos, se inserem necessariamente numa definição de grandes linhas de desenvolvimento económico, cujos objectivos básicos são os interesses do povo português e a independência nacional.

A recuperação económica depende simultaneamente de numerosos factores: de uma política nacional definida na base das formações económicas actuais e da convergência de instrumentos de controlo e orientação das actividades económicas e financeiras, como a planificação, a política de crédito e de investimento, a política industrial, a política agrária e a política de comercialização e de preços.

Depende ainda dum factor subjectivo de importância decisiva, que é a coordenação dos esforços do Estado, das empresas e dos trabalhadores e a grande margem de iniciativa no quadro da política definida e do Plano aprovado.

Planificação

A **planificação** não se pode entender como o anúncio demagógico de metas e tarefas espectaculares que acabam por não ser atingidas nem cumpridas.

Como notou um camarada nesta nossa Conferência, o Plano do Governo PS para 1977, cujas grandes opções foram aprovadas pela Assembleia da República, não foi cumprido, nem de longe nem de perto, nos primeiros cinco meses do ano. Só em Março o aumento dos preços quase igualou o aumento programado para todo o ano. Só no primeiro trimestre do ano, a balança comercial agravou-se 52%, quando o Plano previa 10% para todo o ano, e a balança cambial registou um défice que sobe a 40% do total previsto para o ano inteiro.

A planificação deverá assentar na realidade das estruturas económicas e da situação. Não é de aceitar que o Plano seja um conjunto de promessas vãs. **O Plano terá de ser um instrumento da recuperação económica abrindo caminho para o desenvolvimento.**

A anarquia de decisões sectoriais sempre conduziu e conduzirà a graves recessões e estrangulamentos na produção e na comercialização dos produtos.

A planificação é indispensável pela necessidade duma melhor utilização de recursos nacionais, duma melhor distribuição geográfica da produção, da coordenação indispensável de toda a actividade económica.

O debate realizado no Partido mostra bem como os trabalhadores (entre outros, os camaradas da Construtora Moderna, da Sorefame, dos petróleos e da Petroquímica) estão atentos aos problemas da interdependência e à necessidade da planificação nacional, sectorial e por empresa.

Em centenas de reuniões, relatórios e intervenções os camaradas sublinharam justamente a interdependência.

A construção civil e obras públicas depende, por um lado, e actua como estimulante, por outro, da siderurgia, do cimento, barro, vidro, madeira, material eléctrico, etc. A metalomecânica pesada, para o seu desenvolvimento, depende da Siderurgia Nacional a montante e do

lançamento de obras nacionais a jusante (camaradas da Sorefame). A ampliação da Siderurgia Nacional depende do desenvolvimento de outros importantes sectores (camaradas da SEPSA).

O fabrico de material eléctrico depende da produção e distribuição da energia, da construção, etc.

O aumento da produção de motores eléctricos depende da expansão de sectores básicos e incrementa o fabrico de ferro fundido, rolamentos, parafusos, tintas, cabos eléctricos, etc. (Célula da RABOR).

A diminuição de importações de matérias-primas necessárias para a fabricação de artigos eléctricos depende do cumprimento dos prazos pela Companhia Portuguesa do Cobre e pela Siderurgia Nacional (Motra).

A capacidade do aumento da produção e da exportação das confecções exige que as fábricas produzam os artigos da estação respectiva (têxteis do Porto) e que não falem matérias subsidiárias, como fechos e botões (Nordica, Vila do Conde).

Curtesmes e calçado exigem uma real coordenação (como sublinham os camaradas de Oliveira do Douro, Avintes e Porto).

Os trabalhadores insistem justamente na interdependência e na necessidade da coordenação e planificação. Na necessidade de se traçarem metas da produção e linhas de coordenação, reorganização e reconversão.

Em todos os sectores, a planificação é indispensável. Em alguns é uma questão de emergência.

Os camaradas dos transportes, por exemplo, insistem com razão na necessidade de um verdadeiro **Plano Nacional de Transportes** que ponha fim à «selva anárquica» (são eles que o dizem) em que nos encontramos. A coordenação e utilização racional dos transportes ferroviário e rodoviário é um imperativo nacional.

A planificação burocrática ao serviço da recuperação capitalista, submetendo, pela sua própria natureza, os interesses nacionais aos interesses dos capitalistas e agrários, será um completo fracasso.

Uma planificação assente nas realidades e que responda a elas tem de assentar simultaneamente no trabalho especializado ao nível do Governo e na participação democrática e interessada dos trabalhadores.

A ampla discussão e correcção do projecto por técnicos, administrações e trabalhadores é essencial para o êxito da planificação.

Política bancária de crédito e investimentos

A **política bancária, de crédito e investimentos** é chamada também a desempenhar um papel de capital importância na recuperação económica.

O próprio sistema bancário necessita duma profunda **reorganização e reestruturação.**

Estruturas que foram edificadas a partir das necessidades e da concorrência dos grandes grupos monopolistas deixaram de corresponder às necessidades duma economia donde desapareceu o poder monopolista e se criaram vastos sectores não capitalistas.

As estruturas existentes são inadequadas, extremamente pesadas e caras.

No ponto de vista nacional impõe-se: a diminuição do número de bancos comerciais, a especialização, a coordenação regional, a simplificação e o desaparecimento progressivo de duplicações desnecessárias, incluindo agências bancárias regionais e locais.

A política bancária e de crédito, (coordenada com o sistema fiscal e a política de preços) intervém, no capitalismo monopolista de Estado, como um instrumento de redistribuição da mais-valia em benefício do capital financeiro.

É necessário que, na actualidade, a política bancária e de crédito não seja (como o Governo procura) um instrumento de recuperação capitalista, mas um instrumento de recuperação económica e de desenvolvimento do País.

Como os camaradas dos sectores justamente sublinharam, a política de crédito deverá ter, no momento actual, como objectivos económicos contribuir para o equilíbrio da balança de pagamentos, para o aumento da produção nacional e para a diminuição de consumos de bens não essenciais.

A banca deixou de ser propriedade e arma dos grupos monopolistas. Tem o dever de dar preferência aos sectores públicos, às empresas nacionalizadas, às UCPs e cooperativas, às pequenas e médias empresas.

O aumento de 61% na taxa do crédito agrícola de emergência e de 128% na do crédito às cooperativas de produção é uma ilustração do desprezo do Governo pela solução dos mais graves problemas nacionais e da sua obsessão pela recuperação capitalista.

Ligados à actividade bancária e à política de crédito e investimentos, aparecem dois problemas que revestem na actualidade grande relevo.

Um é o das **indenizações**.

Justificar as indenizações pela necessidade de investimentos é encobrir o fundo do problema: a descapitalização e estrangulamento financeiro do sector não capitalista com a deslocação para o sector capitalista de poderosos recursos.

As exigências dos capitalistas, os projectos do PPD e do Governo são profundamente imorais e inaceitáveis dum ponto de vista democrático e nacional.

O PCP sempre defendeu e continua a defender as indenizações aos pequenos e médios accionistas. É um ponto no Programa do Partido que já figurava nele em 1965.

Mas as vultosas indenizações aos grandes capitalistas e agrários representam delapidação de recursos que, se utilizados directamente pelo Estado para investir, financiar projectos de recuperação e desenvolvimento — nos sectores nacionalizados, nas UCPs, em sectores privados prioritários, na agricultura do Centro e do Norte, — podiam dar visíveis resultados num curto espaço de tempo.

A banca nacionalizada deve ser hoje a principal fonte de investimentos. Mas é também importante accionar e estimular com incentivos e garantias a mobilização da poupança, os investimentos externos, o autofinanciamento, apesar das grandes dificuldades que resultam das situações deficitárias.

Um outro problema é o **saneamento financeiro de empresas**.

Existem numerosas empresas tecnicamente falidas, com enormes défices, que devem quantias fabulosas aos bancos, pelos quais pagam elevados juros.

Sem medidas corajosas de saneamento financeiro, a sua recuperação é praticamente impossível. Muitas estão estranguladas pelas dívidas.

A Eduardo Ferreira, por exemplo, deve à banca 300 000 contos e os seus juros que paga levam 30% do valor da produção.

É necessário encarar este problema de frente. Há muitas empresas nessas condições que são perfeitamente viáveis e rentáveis, mas que herdaram uma tal situação ou foram tão profundamente sabotadas que, a não haver o saneamento financeiro, acumulam prejuízos.

A falência não é solução. A solução tem de ser procurada na consolidação das dívidas ou na sua conversão em capital social.

Política industrial

A política industrial, não só na perspectiva de desenvolvimento, mas também para contribuir para a solução dos graves problemas imediatos, deve ter em conta a diferenciação da dinâmica económica dos vários sectores: nacionalizado, intervencionado, privado, cooperativo.

O aumento da produção para consumo e para exportação, a produção nacional de produtos importados e a economia de recursos exigem numerosas medidas de planificação, reorganização e reestruturação, em praticamente todos os sectores da actividade económica, a começar pelos sectores nacionalizados.

Estes problemas mereceram extraordinária atenção nos debates preparatórios e na Conferência.

Uma realidade salta à vista: o desenvolvimento anárquico do capitalismo monopolista e a sua submissão ao imperialismo estrangeiro criaram extraordinários desequilíbrios e distorções em toda a economia portuguesa. O problema da recuperação económica e do desenvolvimento constituem à escala nacional, sectorial e de empresa um gigantesco problema de coordenação, reorganização, reestruturação e reconversão.

Em numerosos ramos e empresas, os trabalhadores têm feito ao Governo propostas concretas e sugestões. Mas os tecnocratas de gabinete desprezam a opinião dos trabalhadores e não dão andamento a essas propostas.

Em alguns sectores e grandes empresas (adubos, indústria naval, celulose, CUF, etc.) estão preenchidas todas as condições básicas para a reestruturação. Se ela não se efectua é porque o Governo e os departamentos oficiais pretendem manter inalteradas as velhas estruturas tendo em vista a recuperação capitalista.

A reestruturação resolveria numerosos problemas de rentabilidade. Para poder ser eficiente tem de ser encarada nos seus efeitos económicos e não pode continuar a ser entravada por projectos de recuperação capitalista. Nos trabalhos preparatórios e nesta nossa Conferência apareceram numerosas propostas, sugestões e ideias para a planificação, reestruturação, reorganização e reconversão.

Há estudos e intervenções de alto valor.

Foi adiantado muito trabalho relativo aos **problemas globais de sectores**, sublinhando-se que em vários casos a própria sobrevivência depende da reestruturação ou reconversão: indústria automóvel, metalomecânica pesada, indústria naval, adubos, têxtil, construção civil, pesca, cortiça, frio, electrónica e telecomunicações.

Foi sublinhada a necessidade do **aproveitamento global do potencial do sector público** (camaradas das Construções Técnicas, EPUL e outras).

Foram adiantadas muitas ideias acerca de processos de **integração vertical**, como nos casos das indústrias ligadas à agricultura.

Foram adiantadas propostas relativas à **substituição ou diversificação da produção**: material electrónico, empresas da indústria automóvel (Salvador Caetano, MOVAUTO e outras), Oliva, pesca do bacalhau e arrastões de gelo, papel (Portucel e Cacia).

Foram adiantadas ideias e propostas de **melhoramentos tecnológicos e de novas produções**: COMETNA, EFANOR, CASA HIPOLITO, calçado, pesca, conservas, cerâmica, óleos essenciais. Algumas propostas de melhoramentos tecnológicos significariam grandes economias de recursos (100 000 contos de energia numa proposta dos cimentos).

Foram feitas propostas tendentes ao **associativismo** e formas de cooperação de pequenas e médias empresas: mobiliário, têxteis e vestuário, artigos de papel.

Foram adiantadas propostas para **fusões e novo dimensionamento**: fusão das empresas têxteis Jacinto, Cortume, Polifix e Abel Figueiredo, fusão da Parda Monteiro com os mármoreiros do Condado e outras.

De várias empresas de **metalomecânica pesada**, os trabalhadores insistem na necessidade de reestruturação e planeamento, em divisão de trabalho, especialização das empresas, e iniciativa na obtenção de encomendas externas, o que, a não ser feito, pode vir a criar profundas dificuldades dentro de 2-3 anos.

O somatório das propostas, planos, sugestões e ideias avançados, constitui uma contribuição séria que um Governo interessado realmente na solução dos problemas nacionais não poderá ignorar.

É necessário evitar que uma política industrial dominada pela preocupação da recuperação capitalista conduza a novos erros monumentais que agravem ainda mais a situação.

O **erro monstruoso de Sines**, concebido no quadro de interesses conjunturais do imperialismo e dos grandes

grupos monopolistas, não deve repetir-se nem em grande nem em pequena escala. Sines é o exemplo acabado dos grandes projectos que aparentemente são decisivos para o desenvolvimento e que se revelam verdadeiros sorvedouros, absorvendo muitas dezenas de milhões de contos, amarrando sectores básicos a soluções forçadas (terminal mineiro, localização da Siderurgia), realizando projectos que já não terão aplicação, obrigando a vultosas importações (nafta), não tendo mercado certo para a produção (etileno), ameaçando sectores da indústria nacional, criando empresas à partida não rentáveis e certamente subaproveitadas (refinaria), dando o espectáculo do regabofe de despesas inúteis e sumptuárias, desperdícios, encargos e dívidas, tudo isto traduzido em saída de divisas.

Agora que está, está. É necessário reconverter o que for possível, rectificar, adaptar e concluir o mais rapidamente possível, para não se arrastar esse gigantesco mata-borrão dos recursos nacionais.

Mas é necessário não repetir o esquema.

Política agrícola

A política agrícola no momento actual, para dar uma contribuição para a solução dos graves problemas económicos e financeiros, tem de desenvolver-se em três direcções fundamentais: garantia e apoio à Reforma Agrária, apoio aos pequenos e médios agricultores e manutenção da Lei do Arrendamento Rural.

A **Reforma Agrária** pode assegurar rápido desenvolvimento da produção agrícola e pecuária.

Cessando a criminoso ofensiva do MAP contra a Reforma Agrária, respeitando-se a Lei da Reforma Agrária que estava em vigor quando a Constituição foi aprovada, condicionando-se o exercício do direito de reserva à unidade e viabilidade das UCPs e cooperativas, dando-se a estas a preferência ao arrendamento caso o proprietário não explore directamente a terra, entregando-se obrigatoriamente aos trabalhadores e pequenos e médios agricultores terras abandonadas ou incultas, concedendo-se crédito e apoio técnico às UCPs e cooperativas, respeitando-se a vontade dos trabalhadores, é possível transformar radicalmente em pouco tempo a fisionomia agrícola da zona da Reforma Agrária, tornando-se essa vasta zona (como o primeiro ano

da Reforma Agrária já indicou) uma zona de progresso e prosperidade.

Para os **pequenos e médios agricultores** o Governo deve rapidamente tomar medidas que correspondam aos problemas mais instantes: aplicação efectiva das Leis do Arrendamento Rural, da restituição dos baldios e da extinção dos foros; garantia de escoamento de produtos e bonificação e diferenciação de preços, concessão de créditos, alargamento das isenções de impostos, integração no regime geral da Previdência, apoio para a formação de cooperativas.

Nos trabalhos preparatórios e nesta nossa Conferência foram feitas numerosas propostas e sugestões para a mobilização dos recursos e meios nacionais e para o melhoramento e fomento da produção agrícola, pecuária e florestal.

Apareceram com entusiasmo e confiança propostas e sugestões para o melhor aproveitamento e preparação das terras, para a melhoria das técnicas de cultivo, para o aumento e a mais completa utilização das máquinas agrícolas, para a definição de programas de culturas de produtos agrícolas, assim como propostas e sugestões para aumentar a produção animal, relativas à sanidade, ao melhoramento animal, aos sistemas de alimentação, ao maneio, e propostas e sugestões para aumentar a produção florestal.

Todas as propostas vindas dos campos, tanto da zona da Reforma Agrária como dos pequenos e médios agricultores, mostram extraordinário vigor e confiança, vigor e confiança que vêm do fogo da luta e das experiências, das dificuldades e das vitórias, vigor e confiança que garantem que os trabalhadores e pequenos e médios agricultores, tanto na zona da Reforma Agrária como no resto do País, se os seus direitos e aspirações forem respeitados e assegurados, estão em condições de garantir num prazo de tempo relativamente curto um considerável aumento da produção agrícola e dos rendimentos unitários, a libertação da dependência das importações, uma nova fase de progresso, de desenvolvimento e bem-estar nos campos de Portugal.

Política comercial

A política comercial tem também de ajustar-se à necessidade da solução dos muito graves problemas económicos e financeiros.

No debate preparatório e na Conferência apareceram numerosas situações (tanto na indústria como na agricultura) em que os circuitos comerciais existentes (designadamente grandes intermediários e especuladores) aparecem como um real travão às actividades económicas, um factor de destruição da produção e dos seus incentivos, um obstáculo ao esforço para reequilibrar a balança comercial.

O melhoramento da comercialização aparece em numerosos sectores (pesca, produtos hortícolas, leite, adubos, etc.) como decisivo.

A garantia do escoamento dos produtos coloca-se para as UCPs e cooperativas, para os pequenos e médios agricultores e industriais, para as empresas em autogestão e para toda a produção em geral.

Em alguns casos só empresas públicas o podem assegurar. Como sublinham os camaradas do Pão de Açúcar, Nutripol e Boa Ajuda Modelar, a recuperação capitalista nas redes de supermercados que poderiam dar importantíssima contribuição para a solução das dificuldades contraria frontalmente os interesses da economia nacional. A rede nacional do frio tem também importante papel a desempenhar. Da mesma forma, no que respeita ao comércio externo, numerosos sectores sublinham a necessidade da intervenção do Estado e da criação de empresas estatais.

Política de preços

Uma **política nacional de preços** tem também de ser considerada como instrumento de recuperação económica.

O sistema instituído em 20.2.77, provocando a subida brutal dos preços, agrava mais a situação.

Os camaradas adiantam propostas válidas acerca das «áreas prioritárias de controlo dos preços»: sector alimentar (e dentro deste, uma série de produtos), sector nacionalizado (onde se deveria criar um fundo resultante de um diferencial das empresas de maior e de menor produtividade) e vários sectores indicados, como têxtil e vestuário, material de construção, produtos farmacêuticos, etc.

Parecem também válidas as propostas de um limite anual do aumento dos preços e da periodicidade da actualização dos preços declarados.



IV - Produção nacional de produtos importados

Para conseguirmos vencer a crise e atingirmos o mais rapidamente possível o desaparecimento do incomparável e ameaçador défice das balanças comercial e de pagamentos e a ameaça mortal que representa o endividamento externo, são indispensáveis medidas relativas às importações e exportações de mercadorias e capitais, assim como uma reorientação e redução dos consumos. Adiante abordaremos essas questões.

É, porém, na **produção que está o fundo da solução do problema**.

Aumentar a produção o fundo do problema

Sem sair da estagnação e sem aumentar em ritmo acelerado a produção nacional não será possível o equilíbrio económico e financeiro.

Para exportar mais é necessário encontrar mercados, mas é também necessário produzir mais e em condições de responder à solicitação dos mercados externos, ao contrário do que hoje em muitos casos sucede.

Para se importar menos, podem poupar-se alguns milhões de contos deixando de importar (pelo contingenteamento ou pelo corte) artigos sumptuários e dispensáveis, mas, para dispensar outros que são difícilmente dispensáveis, é necessário estar em condições de produzi-los no País.

Cortes drásticos no consumo nacional de 30 a 50 milhões de contos a que pode conduzir a política de recuperação capitalista, agrícola e imperialista, representariam extraordinárias privações do povo português, que, mesmo assim, não resolveriam o desequilíbrio.

Vencer a crise sem grandes privações para o nosso povo é a política que defende o PCP.

A saída da crise e a eficiência de todas as outras medidas visando a redução do défice da economia nacional, dos défices das balanças comercial e de pagamentos, implicam o aumento rápido da produção nacional e, em particular, da produção nacional de uma elevada quota de produtos que actualmente são importados.

O exame feito mostra que é **absolutamente possível a curto e a médio prazo aumentar consideravelmente a produção nacional e produzirem-se em Portugal muitos milhões de contos de produtos agrícolas e industriais que actualmente se importam**.

Portugal terá de aumentar muito a capacidade de produção. Mas tem também de começar por aproveitar

mais completamente a capacidade existente, que na indústria, em vários dos mais importantes sectores, é utilizada apenas de 50 a 75%.

Na Conferência, apareceram inúmeros exemplos de capacidade não utilizada e de subaproveitamento de equipamentos e numerosas propostas e sugestões para a utilização de capacidade excedentária, dependendo da solução de problemas de mercado, de crédito ou de modificações tecnológicas.

Quando colocamos a necessidade prioritária da produção nacional acelerada de produtos importados não esquecemos inconvenientes secundários de uma tal solução.

Um consiste na inevitabilidade de produzirmos com mais altos custos produtos actualmente importados.

É um inconveniente que se tem temporariamente de aceitar, porque se pouparam divisas e ouro cuja hemorragia, a não ser estancada, será fatal.

Outro inconveniente consiste no facto de se ir temporariamente contrariar a irresistível tendência da economia nacional para a internacionalização, a divisão do trabalho e a interdependência.

Mas uma coisa é uma orientação autárquica que seria disparate num país, como o nosso, que importa grande parte dos equipamentos, matérias-primas, energia e produtos alimentares e que exporta 15% do seu PIB. Outra coisa é um grande esforço nacional para o **aproveitamento intenso, racional e prioritário (em alguns casos temporário) dos recursos nacionais e a substituição de laços de dependência que nos estão a conduzir para o desastre por um esforço nacional independente**.

O PCP pronuncia-se por uma política que procure no imediato, no quadro da restrição das importações, essencial para a diminuição do défice, a substituição (com incentivos, apoios e créditos) de produtos importados por produtos que já hoje se produzem ou que se podem produzir no País.

Para alcançar este objectivo serão necessárias a reestruturação e reconversão de unidades, a ampliação e adaptação de outras, a cooperação estreita entre sectores e empresas interdependentes, a reorganização do trabalho para melhor e mais completo aproveitamento da capacidade, etc.

Uma parte dessa produção será de carácter conjuntural, ligada ao objectivo da emergência que é o estabelecimento do equilíbrio. Mas em grande parte

pode inserir-se num projecto estratégico de desenvolvimento económico nacional.

Produção agrícola

O **aumento da produção agrícola é um dos problemas básicos cuja solução é essencial para a recuperação económica e financeira do País**, dado que a elevadíssima importação de produtos agrícolas é uma das causas fundamentais do desequilíbrio da balança comercial e de pagamentos.

Sem a redução dessas importações é muito difícil restabelecer o equilíbrio, mas, como se trata de produtos essenciais, essa redução só pode ter lugar se a agricultura portuguesa, num curto espaço de tempo, aumentar substancialmente a produção, designadamente de cereais, oleaginosas, matérias-primas e carne.

A exploração latifundiária e capitalista conduziu grande parte da agricultura a uma desastrosa situação: abandono de terras, ausência de ordenamento e rotações, inconvenientes culturas nos terrenos delgados de encosta, acidez de solos não corrigida, atraso geral, de tudo resultando subaproveitamento e baixos rendimentos.

A fraca cultura de forragens conduziu à atrofia da criação de gado, cada vez mais dependente de rações fabricadas sobretudo com milho, sorgo e soja de importação. Tudo isto custando milhões.

Com a Reforma Agrária, a esmerada diligência dos trabalhadores nas UCPs e nas Cooperativas conseguiu, como vimos, o alargamento da área de cultivo, um notável aumento da produção de cereais praganosos e do efectivo pecuário, e uma correspondente economia de divisas.

Ofensiva contra a Reforma Agrária, a que se soma o ano pluviométrico altamente desfavorável, faz prever grandes quebras da produção. A balança comercial e de pagamentos vai-se ressentir gravemente.

Prevê-se que dos 5,4 milhões de contos de cereais importados em 1976 se passe para 10,8 milhões em 1977, 70% dos quais comprados aos Estados Unidos.

Da mesma forma, as importações de oleaginosas subirão de 2,8 milhões de contos em 1976 para 6 milhões em 1977, e as importações de carne de 2 milhões de contos para 3,9 milhões.

Sendo questão de vida ou de morte o reequilíbrio da balança de pagamentos, o País não pode aceitar que o Governo, em vez de estimular o aumento da produção agrícola, procure destruir o esforço encetado com a Reforma Agrária, provocando a diminuição da produção

agrícola e pecuária, de que resultarão mais vultosas importações custando milhões de contos em divisas.

O **rápido aumento da produção de cereais** é uma das tarefas prioritárias de uma política agrícola nacional.

Isso é perfeitamente possível desde que se suspenda imediatamente a ofensiva contra a Reforma Agrária e se dêem garantias e apoio às UCPs e a Cooperativas.

Como expuseram os camaradas que intervieram sobre esta matéria, com medidas de avanço na técnica cultural, reordenamento, rotações, extensão do regadio, preparação da terra, uso de fertilizantes e correctivos, designadamente de calagens, uso de milhos híbridos e sementes certificadas, luta contra as ervas daninhas, etc, podem obter-se notáveis resultados a curtos e a médio prazo.

As medidas propostas conduzirão a uma rápida elevação do rendimento unitário do trigo, que poderá atingir cerca de 15q/ha nos próximos dois anos e cerca de 20q/ha nos próximos 4/5 anos. Mesmo com a redução da área cultivada de trigo em cerca de 80 000 hectares de terras fracas, a produção poderia manter-se, de início, ao nível de 1976 (670 000 ton.) e subir mais de 200 000 ton. em 4/5 anos.

Da mesma forma, poderia obter-se grandes acréscimos na produção de centeio, de cevada, de aveia, de milho e arroz.

O desenvolvimento das **culturas hortícolas e das frutas**, assim como a solução do problema do mercado externo para os **vinhos**, são importantes aspectos da produção agrícola e do equilíbrio da economia nacional.

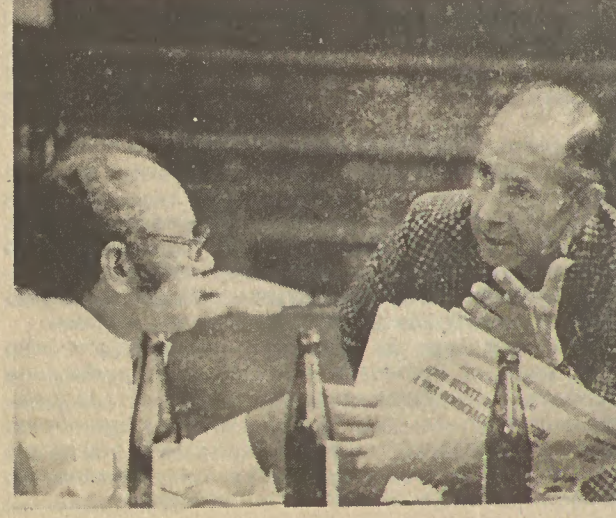
Nas **oleaginosas**, que actualmente oneram o País em milhões de contos de importações, é possível produzir mais, seja pelo melhor tratamento do olival, seja pela duplicação da área de girassol e o aumento da cultura do cártamo.

O desenvolvimento das **novas culturas** referidas na Conferência oferece um campo promissor.

Provou-se na zona da Reforma Agrária (Vale do Sorraia) que o **cultivo do tabaco** é altamente rentável.

Os 176,5 ha de tabaco Virginia, de tecnologia búlgara, em UCPs, e os 5,7 ha em explorações privadas, deram tabaco de "altíssima qualidade" e o elevado rendimento médio de 1860kg/ha. Numa das herdades alcançou-se o lucro de 50 contos/ha. Com a duplicação das câmaras de secagem, pode assegurar-se facilmente a secagem de 900/1000 ton. anuais, ou seja, ao preço médio pago pela Tabaqueira, cerca de 70 000 contos.

A **produção da beterraba sacarina** com os investimentos e as unidades fabris adequadas poderá, a médio prazo, poupar elevadas somas de divisas. O mesmo se pode dizer das produções de soja e algodão.



O desenvolvimento das **culturas forrageiras** não só deve ser obrigatoriamente considerado, para poupar na importação de rações (3,2 milhões de contos em 1977), como também para permitir o aumento da produção animal de carne.

O **aumento do efectivo pecuário** é um dos projectos mais promissores da agricultura portuguesa.

A experiência alcançada nas UCPs e Cooperativas na zona da Reforma Agrária demonstram ser possível um muito rápido aumento do efectivo pecuário. É relativamente fácil acentuar a progressão de forma a que, no prazo de 2 anos, Portugal se liberte praticamente da importação de carnes.

Nas condições actuais da economia, da balança de pagamentos e da agricultura nacional, é preciso considerar corajosamente uma substituição parcial do consumo de carne bovina (cerca de 30 mil toneladas) por carne suína e ovina e por aves, o que pode dar a economia de mais de 1 milhão de contos de divisas.

Em numerosos debates realizados na preparação da Conferência e em diversas intervenções, ficou bem claro que tanto as UCPs como as cooperativas, como os pequenos e médios agricultores considerados individualmente, têm condições e estão prontos para aumentar rapidamente o efectivo pecuário e a produção de leite se houver uma política correcta do Governo.

O apoio técnico, a sanidade, a selecção e melhoramento, o alargamento da área de regadio, das pastagens e culturas forrageiras e o melhoramento das instalações podem assegurar um rápido progresso.

É notável o manancial de energias voltadas para o aumento da produção agrícola, pecuária e florestal e para a solução dos problemas económicos e financeiros do País que se manifestam não só nas UCPs e nas Cooperativas, como nas pequenas e médias explorações, onde o esclarecimento e a organização dos pequenos e médios agricultores os ganha para uma dinâmica progressista e de desenvolvimento.

Quivimos aqui falar alguns dos nossos camaradas. Creio que aquilo que contam e as opiniões e propostas que fizeram constituem uma prova admirável de que, com os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores, é possível aumentar rapidamente a produção agrícola.

Com apoio financeiro e técnico, tanto à zona da Reforma Agrária como às zonas onde predominam os pequenos e médios agricultores (Centro, Norte, Algarve,

Arquipélagos), com garantias de preços e mercados, é possível em poucos anos transformar radicalmente o quadro da produção agrícola nacional, com um acentuado desenvolvimento e a economia de muitos milhões de contos.

Produtos de subsolo e da indústria

A produção nacional de artigos de subsolo e da indústria para substituir importações, despertou grande interesse na Conferência em geral e profundo interesse por parte de técnicos e trabalhadores.

As propostas e sugestões são uma verdadeira avalanche: sobem a muitas centenas, se não a milhares. De momento é impossível dar um balanço, mas o seu estudo continuará a ser feito.

Há naturalmente, por vezes, pontos de vista diferentes. Há ideias e propostas muito adiantadas no estudo e muito precisas quanto à previsão dos resultados e há outras com fundamentos menos sólidos.

O que é, porém, de realçar neste momento é a vontade geral e entusiástica de travar a batalha com o objectivo em vista.

De muitas fábricas vem o apelo. Chamem-nos a intervir na solução dos problemas, e estes serão resolvidos. Em várias empresas, os trabalhadores propõem que sejam consultados sobre pedidos de importação. Noutras, propõem um organismo coordenador para examinar rapidamente se existem tais produtos fabricados no País ou as possibilidades da produção nacional.

De tudo isto decorre uma ideia fundamental: os trabalhadores portugueses na indústria, tal como na agricultura, mostram-se prontos a travar a luta para a substituição tão rápida quanto possível de artigos importados, como uma das direcções de trabalho fundamentais para reduzir o défice das balanças comercial e de pagamentos.

Para **substituir produtos minerais** importados, salienta-se a importância do aproveitamento integral das pirites (ácido sulfúrico para os adubos, cinzas para a siderurgia, cobre, zinco e chumbo), a exploração efectiva das minas de ferro de Moncorvo, o aproveitamento das lenhites e sal-gema de Rio Maior, a melhor exploração das minas do Pejão, o melhoramento tecnológico na exploração do volfrâmio com a perspectiva do fabrico de

ligas duras, o aumento da produção de estanho e manganês, de mármore e lousas, o aproveitamento das dolomites, o avanço do projecto das sienites nefelínicas no Algarve, etc.

Trata-se, em alguns casos, de grandes projectos e planos exigindo aturado estudo e grandes investimentos. Mas trata-se, ao mesmo tempo, de realizações básicas que podem conduzir, a médio prazo, a economias de milhões de contos, além da construção de uma base fundamental para a economia portuguesa, no quadro da independência nacional.

Para **substituir produtos siderúrgicos** importados propõe-se a produção de produtos longos e o regime contínuo da linha de galvanização, que poderia dar 650 000 contos de economia de divisas; o estudo da produção de carris e sobressalentes para os caminhos-de-ferro, de que se importaram respectivamente 120 000 e 200 000 contos em 1976; a concessão da construção de 15 pontes nas linhas do Douro e Minho (500 000 contos a empresas nacionais, e não à Waagner-Biro, austríaca, como está a ser considerado.

Para **substituir equipamentos** importados aparecem entre muitas outras propostas: o fabrico de bombas para líquidos, motores de explosão e *Diesel*, compressores, máquinas para madeira (como lixadoras, máquinas de fundo activo, túneis de secagem) (MID, Pinheiro, Frama, marceneiros de Paços de Ferreira), máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos, ferramentas portáteis, rolamentos, etc.

A **produção de fibras químicas** e resinas sintéticas que camaradas consideram possível (grupo Hoechst, Fisipec) poderia dar uma economia de divisas de centenas de milhares de contos.

Para **substituir artigos eléctricos e electrónicos** importados, os nossos técnicos, assim como organizações do Partido e encontros realizados em numerosas empresas (Siemens, Efaced, Rabor, Marconi, Philips, Bosch, Standard Elétrica, Texas, Tudor, Cel-Cat, Sepsa, Sipe, Frapil, Electron, Fabor, Molaflex, Neolux) propõem a produção de numerosos artigos, material telefónico fiscalizador de chamadas, aparelhos de rádio e TV, emissores, altofalantes, gira-discos, gravadores de som, motores, transformadores, rectificadores, relés, contactores, amperímetros, voltímetros, equipamentos de alta tensão, material de baixa tensão, circuitos integrados, pilhas, electrodomésticos, máquinas de soldar, quadros, fusíveis, estabilizadores de corrente, fio de cobre isolado, cabos de antena, terminais, bandagens.

O fabrico de alguns artigos poderia ser imediato. De

descuidos (Tecidos de Fafe), 800 contos/mês de produtos com defeito (Têxtil Alvorada), corantes por equipamentos antiquados (Romitex), fio de algodão por máquinas continuarem a andar estando as carreiras cheias (Baiona, Sto. Tirso), etc.

Apontam-se também perdas por má gestão. Numa empresa os trabalhadores sublinham que comprando em rolo fita da moto-serra se podia economizar metade da despesa. Na *Belersdorf* os camaradas admitem que se recuperem 90 % e não apenas 76 % de benzina. Na *Busch* podem recuperar-se peças de elevado preço evitando-se importação de muitos compressores de frigoríficos e motores de máquinas de lavar. Na *Oliva* pode reduzir-se a sucata que atingiu em 1976, 30 000 contos. Na *S. N. de Fósforos* é possível utilizar-se mais do que os 250 kg por tonelada de madeira. Na *Marconi* os camaradas criticam a facilidade com que certos materiais são considerados sucata.

A **normalização da produção** é também proposta por numerosos camaradas para poupar grandes despesas inúteis.

A estandardização dos tipos de autocarros (camaradas da Rodoviária Nacional, da UTIC e outras empresas), de materiais para construção civil (Icosal), de pneus, de resinas (SYENES), de baterias de arranque (Tudor), de cabos (CELCAT), das embalagens e frascaria dos produtos farmacêuticos e detergentes (Sonadel).

Camaradas referem ainda gastos em pura perda resultantes da distribuição indiscriminada de amostras e catálogos e outros referem despesas abusivas na utilização de transportes das empresas, no luxo de gabinetes.

De todo o debate resulta uma ideia central: **com o controlo operário, os trabalhadores estão em condições de promover a poupança de muitas centenas de milhares de contos actualmente desperdiçados.**

O melhoramento do nível de vida alarga o mercado interno

A defesa e o melhoramento do nível de vida das massas trabalhadoras, inseridos numa política de desenvolvimento da produção não é um factor do agravamento da situação económica e financeira, mas um factor de recuperação económica.

O melhoramento das condições de vida dos trabalhadores não só é um direito inalienável, uma questão de justiça social e uma orientação prioritária da política económica e social dum país democrático, como também exerce uma influência positiva na situação económica geral do país.

A baixa dos salários reais e do poder de compra das massas não decorre necessariamente da redução dos consumos e da diminuição das importações.

Em primeiro lugar, a redução dos consumos deve começar pelos altos rendimentos, pelos artigos supérfluos ou dispensáveis e pelos artigos importados menos necessários.

Por outro lado a **diminuição dos salários reais e a diminuição do poder de compra das massas traduz-se na redução do mercado interno e, consequentemente em dificuldades para a indústria, agricultura, comércio e serviços.**

O congelamento da contratação colectiva e o aumento dos preços, a prosseguir, poderá vir a representar no ano corrente uma baixa de cerca de um terço no poder de compra das massas trabalhadoras. A concretizar-se essa perspectiva, viria a significar que os trabalhadores dispenderiam em artigos correntes menos algumas dezenas de milhões de contos do que em 1976.

Seria um golpe nas actividades económicas nacionais que não contribuiria para a recuperação económica do País.

O melhoramento das condições de vida dos trabalhadores alarga o mercado interno e anima a produção nos sectores de fabrico de artigos de consumo corrente.

A experiência após o 25 de Abril é esclarecedora. Como resultado do estabelecimento do salário mínimo nacional e outros melhoramentos nas condições de vida dos trabalhadores, as indústrias alimentares, de bebidas e tabaco, que, nos anos de 1968/1973 tinham tido apenas um crescimento médio de 6,6 % aumentaram 13 % em 1974, e 27 % em 1975.

Também a indústria de confecções (vestuário e malhas), em 1974 aumentou 33,5 % a produção em relação a 1973, apesar da restrição do mercado externo.

Sectores que se encontram na vertical dos sectores referidos, teriam conhecido maiores dificuldades, se esse progresso não se tivesse verificado.

Os efeitos nocivos nas actividades económicas da congelação de salários e do aumento dos preços, diminuindo o poder de compra dos trabalhadores reflecte-se já no facto (que alguns camaradas justamente citaram), de que, no último trimestre de 1976, contrariamente aos anos anteriores, a indústria de alimentação baixou a produção em 6,6 %.

outros, a curto e a médio prazo. Segundo os cálculos de algumas organizações, poder-se-á, a médio prazo, poupar de 2 a 3,6 milhões de contos de divisas.

Nos mais variados sectores, são feitas propostas.

Para **substituir papéis importados**, propõe-se o branqueamento da pasta de pinho (500 000 contos anuais) que uns defendem em Ródão, outros em Cacia ou Setúbal, e a maior produção de papel Kraft (Fapajal, AIA), de papéis especiais (Almonda-Renova), de cartolina (Prado), registando-se opiniões contraditórias acerca das possibilidades e vantagens de papel de jornal.

Para **substituir produtos farmacêuticos** importados, propõe-se a produção do correspondente a 50 % em menos de um ano, com a economia aproximada de meio milhão de contos, segundo uns camaradas, e de 1 a 1,5 milhões de contos segundo outros.

Para **substituir mobiliário importado** (entre 250 000 a 500 000 contos anuais), propõe-se maior fabrico de móveis de pinho (Olaio e Giesta).

Para **substituir materiais subsidiários** propõe-se nas grandes e pequenas empresas o fabrico de válvulas, escotilhas, cabrestantes, guinchos, etc. para a indústria naval; ferragens e colas, vernizes e esmaltes para o mobiliário (marceneiros de Paços de Ferreira); fio e materiais metálicos para construção civil e estores (Intento e Sonaf); cones de bobinagem na indústria têxtil (Ponte da Pedra); destróidores e descarregadores, filtros e telas para a indústria de papel (Portucel, Fenatell); serras de cortar ampolas (indústria farmacêutica).

É impossível fazer uma resenha de todas as propostas feitas. Apenas mais alguns exemplos: artefactos de borracha (que poderiam dar uma economia de 200 000 contos de divisas); aquecedores de água e máquinas de barbear (ICA Reguladora, Casa Hipólito); tecidos decorativos e papéis de parede (CUF, Têxteis para o Lar); colas (Henkel); detergentes e um sabonete nacional (SN Sabões); perfumes e cosméticos, em que se chega a fabricar um produto por 15\$00 e a vender por 180\$00, conforme revelam camaradas de uma empresa.

São também muito numerosas as chamadas de atenção e as sugestões para desviar o consumo de produtos importados para produtos nacionais: utilização de aglomerado negro de cortiça em isolamentos térmicos e acústicos, decorações e filtros de cigarros (Mundet); bebidas portuguesas e não o fabrico de coca-cola que se procura introduzir no País, cigarrilhas açorianas, serviços técnicos (Monpor, Construtora Moderna, Tonus), etc.

Nos debates preparatórios da Conferência e na Conferência, os camaradas apontam essa realidade indiscutível. Os camaradas da indústria de **vestuário** sublinham justamente, como uma das medidas essenciais para solucionar as deficiências do sector, o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores. Os camaradas dos **curtumes** referem a descida das encomendas que acompanha a subida do custo de vida. Substituindo a importação de artigos de consumo corrente por artigos produzidos em Portugal, o aumento do poder de compra do povo anima a recuperação económica e as actividades produtivas, comerciais e de serviços.

Isto não significa que defendamos uma política de reivindicações irrealistas. Na situação presente, as subidas de salários e outras regalias sociais têm de atender à situação económica do País, dos sectores e empresas.

Mas a **defesa e o melhoramento progressivo dos salários e condições de vida das massas deve considerar-se um estímulo e não um obstáculo à recuperação económica.**

O desemprego contra a recuperação económica

Tanto o patronato reaccionário e os partidos de direita, como o Governo PS associam a recuperação económica a uma **política de desemprego.**

Essa é também a política que o Fundo Monetário Internacional procura por vezes impor aos países aos quais empresta dinheiro.

O PCP rejeita em absoluto uma tal política. As transformações socioeconómicas realizadas com a Revolução impediram o desemprego em massa provocado pela sabotagem económica.

Se não fosse a Reforma Agrária, as nacionalizações, as intervenções do Estado, o controlo operário e a criação de centenas de cooperativas e empresas em autogestão, teriam ficado abandonados muitas dezenas de milhares de hectares de terra e muitas centenas de empresas. Não é exagero dizer-se que essas transformações revolucionárias impediram o desemprego de centenas de milhares de trabalhadores, da indústria, agricultura, transportes e outros serviços.

Hoje também a defesa das conquistas da Revolução continua a significar — defesa dos postos de trabalho e a recuperação capitalista, agrária e imperialista significa o aumento rápido do desemprego.

Em matéria de emprego há uma diferença capital entre a recuperação capitalista e a recuperação económica tal como nós a defendemos.

A recuperação capitalista procura fazer-se à custa do desemprego em massa com um triplo objectivo: a intensificação do trabalho para diminuição global dos salários e o aumento dos lucros, a criação dum «exército de reserva» de desempregados que permita baixar os salários e uma diminuição do consumo nacional através da medida brutal de privação do direito ao pão e à vida de muitos milhares de trabalhadores.

A recuperação económica na base da consolidação das conquistas da Revolução pode fazer-se através, não do desemprego, mas da criação de mais postos de trabalho. Também com um triplo objectivo, mas radicalmente oposto aos objectivos da recuperação capitalista: liquidar o desemprego que atinge centenas de milhares de trabalhadores, mobilizar a mão-de-obra nacional como um dos grandes recursos disponíveis para fazer aumentar a produção, melhorar progressivamente o nível de vida das classes trabalhadoras como objectivo social e elemento motor do aumento da produção nacional de artigos de consumo corrente.

Sem dúvida que, em vários sectores e empresas há um excesso de mão-de-obra, nas condições actuais da sua produção.

Deve porém existir a preocupação de considerar sempre planos de reconversão que impliquem diminuição de postos de trabalho ligados a planos de recuperação, reconversão e desenvolvimento que exijam a criação de novos postos de trabalho.

Nos trabalhos, debates, documentos e intervenções desta nossa Conferência Nacional apareceram uns e outros. Reconversão da Banca, com diminuição. E propostas que exigem ou proporcionam o aumento de postos de trabalho como é o caso dos projectos de fabrico de tractores, camiões e equipamento agrícolas na M. D. Ferreira, na Fundação de Oeiras e na Fábrica de Braço de Prata, que criariam um total de quase 2000 novos postos de trabalho.

É indispensável uma política global de emprego que possa garantir a transferência entre sectores para uma melhor distribuição da força de trabalho nacional e a absorção progressiva dos trabalhadores desempregados através duma política de reconversão, investimentos e desenvolvimento que criem novos postos de trabalho.

O **melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e a diminuição e extinção do desemprego contrariam a recuperação capitalista, mas não só não prejudicam como promovem a recuperação económica.**

V – Política de austeridade e nível de vida

Dado o grande excesso de consumo em relação à produção nacional, e dada a impossibilidade de um aumento rápido da produção que cubra completamente a diferença, uma política de austeridade, **com a redução temporária de consumos, é indispensável.**

A redução de consumos deve constituir uma **batalha geral para economizar recursos**, começando por despesas de luxo e supérfluas, mas tocando energia, combustíveis, matérias-primas e, de uma maneira geral, tudo quanto se possa dispensar.

Uma política de austeridade não pode compreender-se como a diminuição forçada dos salários reais querendo fazer pagar pelos trabalhadores o reequilíbrio da economia nacional. Pelo contrário. De uma maneira geral, **uma política de austeridade é compatível com o melhoramento do nível de vida das massas populares.**

Fazer economias

Todo o País necessita de ser ganho para a ideia de que, para se evitar um colapso económico e financeiro e a dependência do imperialismo, **é absolutamente necessário fazer economias.**

Essa compreensão tem de começar pelo Estado e, dentro do Estado, pelo Governo.

É de exigir a redução de despesas não essenciais, a disciplina orçamental e a fiscalização financeira, a moralização de hábitos no aparelho estatal, pondo fim à facilitação de despesas e ao abuso de posições e funções, como a utilização ilícita em benefício pessoal de bens e transportes do Estado.

É uma inércia criminosa ver que as reservas se esgotam e o País se endivida e não tomar medidas para fazer economias nos consumos. Elas poderiam ser feitas sem atingir gravemente as populações. Mas deixando passar o tempo e deteriorar-se a situação financeira, virá o dia em que haverá cortes radicais que atingirão gravemente a população.

O corte de importações de **artigos de luxo e supérfluos** pode subir, só por si, a muitos milhares de contos.

A **poupança de energia eléctrica** impõe-se há muito. É possível poupar na indústria, transferindo consumos das horas de ponta para horas de cava, de forma a poupar energia térmica (para produzir a qual se importa combustível) por energia hídrica. É possível poupar nos consumos domésticos, contraindo o consumo da electricidade de aquecimento e generalizando o cuidado de economiar. É possível poupar na iluminação pública de ruas e estradas, nos edifícios públicos, na publicidade luminosa e nas montras.

É necessário estar atento a falhas e erros de planeamento para que não suceda, por exemplo, que o atraso na construção da rede de transporte de energia, indispensável para a nova produção hidroeléctrica, force a importação de centenas de milhares de contos de combustíveis para produção de energia termoeléctrica.

A **poupança de petróleo e gasolina** também há muito se impõe. É possível e necessário conter o aumento do parque automóvel, já hoje elevado para os nossos recursos.

Não se justifica que, atravessando-se tão grandes dificuldades financeiras, se tenham importado 84 mil automóveis ligeiros em 1975 e 1976, no valor de 3,4 milhões de contos.

E só a descoordenação dos transportes terrestres e o subaproveitamento dos CF e transportes rodoviários pode explicar que se tenham importado, em 1976, 49 mil camiões de carga, no valor de 2,9 milhões de contos.

É também tempo de acabar a irresponsabilidade em vultosas despesas para soluções cuja eficiência se desconhece. Os camaradas dos caminhos-de-ferro citam o caso de «topos de segurança» que, depois de experimentados no ramal de Alfaiões se ter visto não darem resultado, reaparecem no projecto da linha de Sines, podendo dar um gasto de 18 mil contos em pura perda.

Cada dia que tarda na adopção de **medidas corajosas de austeridade nos grandes consumos**, é mais um passo que se dá para o colapso financeiro.

Guerra aos défices

O défice global de mais de 50 milhões de contos da economia nacional reparte-se por défices nos diversos sectores e empresas. O combate ao défice global com medidas de âmbito nacional tem de ser acompanhado pelo combate a travar em cada sector e em cada empresa.

É certo que as distorções no desenvolvimento económico, a viabilidade e rentabilidade artificial de numerosas empresas resultante da repartição da mais-valia pelo governo dos monopólios e dos agrários no sistema do capitalismo monopolista de Estado, não podem ser corrigidas rapidamente com medidas drásticas assentes no critério da imediata rentabilidade.

Entretanto, a diminuição, quando não a eliminação, dos défices sectoriais e de empresa tem de ser uma preocupação geral.

Em muitos casos, particularmente certas infraestruturas e transportes, os défices são de prever durante muitos anos, como uma situação inevitável e mesmo natural, dentro de uma política de repartição do valor criado, tendo em conta os interesses nacionais.

Seria, por exemplo, ilusório pretender eliminar de um ano para o outro os défices previstos para 1977, de 3,5 milhões para a CP, de 3 milhões para a TAP, a CNN/CTM e a Rodoviária Nacional (1 para cada) e de 1 milhão para a Carris, Metropolitano, Transportes Colectivos do Porto e Transtejo.

Mas, num plano nacional de coordenação dos transportes (particularmente entre a CP e os operadores rodoviários) medidas concretas de coordenação regional, melhor utilização da capacidade com a redução dos tempos mortos e dos recursos em vazio, permitirá sem dúvida economias sensíveis.

A guerra aos défices coloca com agudeza o problema do **saneamento financeiro de empresas**, já atrás referido. Estas situações não se podem arrastar sob pena de empurrarem inexoravelmente numerosas empresas para a falência, sem que seja possível superar os défices.

Campanha nacional contra os desperdícios

Numa política de austeridade, representa importante papel a **luta contra os gastos inúteis, contra os desperdícios.**

Nos debates preparatórios da Conferência apareceram centenas de sugestões e propostas dos trabalhadores para se fazerem economias de matérias-primas, de energia, de produtos estragados por imperfeição de fabrico, etc.

O espírito com que estes problemas foram abordados mostra que uma política efectiva de recuperação económica na base da consolidação das conquistas da Revolução seria capaz de mobilizar os trabalhadores numa verdadeira **campanha nacional contra os desperdícios** que poderia dar ao País centenas de milhares de contos de economias.

Não podemos aqui citar todas as propostas. Mas citaremos algumas, a título exemplificativo:

São numerosas as propostas relativas à **poupança de matérias-primas.**

Camaradas da indústria de **madeiras** (como ouvimos aqui na Conferência) estimam em 1 milhão de toneladas os desperdícios em material lenhoso que poderia produzir 300 000 toneladas de aglomerados, com um valor bruto de 800 mil contos.

Camaradas de **curtumes** referem que muitos milhares de contos de «raspas» (verde e seco), hoje deitados fora, podiam ser aproveitados para fabricação de adubos, grudes, etc.

Camaradas do sector da **energia** chamam a atenção para a possibilidade do aproveitamento das cinzas da Central da Tapada do Outeiro.

Muitos camaradas referem valiosos desperdícios deitados para o lixo: bocados de chapa de ferro no sector automóvel (Alfredo Caetano), sucata de pneus e artigos de borracha (Leacock), etc.

Os camaradas da fábrica de papel do Tojal propõem que seja proibida a importação de papel higiénico e a sua fabricação com pastas branqueadas de 1.ª escolha, podendo estas ser substituídas por pastas celulósicas nacionais que, além do mais, não obrigam à importação de produtos químicos dispendiosos. Esta medida daria uma redução dos custos da ordem de 30 000 contos.

Resalta nos debates que a **anarquia da economia nacional** faz consumir inutilmente grandes recursos.

Os camaradas do sector dos pneus, lembrando que nas estradas chegam a circular 7 camiões vazios por um carregado, salientam que a melhor organização dos transportes rodoviários permitiria poupar pneus, fuel e material.

Os camaradas da **CP** propõem a redução do tamanho das composições nas linhas onde há um baixo índice de ocupação.

Os camaradas da **CUF** dizem que a falta de aviso prévio da chegada das mercadorias provoca caríssimos estacionamento de camiões estrangeiros.

Os **camaradas dos Telefones (Porto)** propõem a coordenação entre a CMP, STCP, SMAS, EdP, SMCE e CTT, na abertura de valas, poupando grandes despesas.

Muitos camaradas referem como **pequenos melhoramentos tecnológicos** dariam também grande economia de materiais hoje esbanjados por deficiências no fabrico: para adaptação constante de máquinas ou fabrico de um número excessivo de artigos (Mindelo) por deficiências técnicas (ICA, fábrica de relógios), por enganos na medida de estores (SONAF), peças de barro estragadas por má ligação do barro (Cerâmica de Vila Real), pedaços de pele e de fios pela sua má qualidade, milhares de litros de sumo de tomate por falta de uma prensa vertical (SPALIL, Chamusca), pré-fabricado partido em armazém pela pressa de fabrico (SOMAIRE), pasta de papel por avarias (Portucel), 2 % de desperdícios por



VI – A redução do défice

A mobilização dos recursos é forças nacionais, na base da consolidação das conquistas da Revolução e de uma política económica determinada pelos interesses do povo e do País e não pelos interesses do capital; o aumento da produção, designadamente de artigos actualmente importados; o alargamento do mercado interno; e restrição de consumos pelos cortes nos artigos de luxo e supérfluos e por uma campanha nacional contra os desperdícios; constituem os factores objectivos que possibilitam a redução do défice da balança comercial e de pagamentos.

Diminuir radicalmente as importações, aumentar as exportações e desenvolver as fontes de ingressos externos (remessas de emigrantes, turismo, fretes de transportes, entradas de capitais), são as direcções fundamentais das relações com o estrangeiro tendo em vista reduzir o défice.

Nesta Conferência e em numerosos trabalhos preparatórios foram tratados os diversos ingressos externos. A Conferência propõe medidas para incentivar o turismo e as remessas de emigrantes.

Aqui, nesta intervenção, limitamos-emos a abordar alguns aspectos dos problemas da balança comercial, do Mercado Comum e do crédito externo.

Política nacional de comércio externo

Uma modificação radical da balança comercial é essencial para a recuperação económica e financeira.

A economia portuguesa não tem qualquer possibilidade de aguentar défices anuais de mais de 50 milhões de contos.

Uma política nacional de comércio externo, que tenha como objectivo essencial reduzir o défice da balança é por isso um dos aspectos de capital importância para a recuperação económica e financeira do País.

As linhas de acção têm de ser múltiplas, mas reduzir o défice significa, nos termos mais simples, diminuir as importações e aumentar as exportações.

Este objectivo não pode ser alcançado apenas através da acção do Ministério do Comércio Externo, embora este tenha importantíssima função a desempenhar.

Para que se possa importar menos e exportar mais, é por um lado necessário tomar medidas de restrição de importações (proibição, contingentação, taxas), e, por outro lado, medidas de fomento e estímulo às exportações (subsídios, isenções fiscais, etc.). A solução do problema exige, porém, como já tivemos ocasião de ver, uma política de austeridade, a poupança de desperdícios, a capacidade de produzir em Portugal produtos importados, e a capacidade de produzir mais para exportar.

Tudo isto é difícil, mas pode alcançar-se. E então, torna-se decisiva uma política verdadeiramente nacional de comércio externo.

É necessário **reduzir drasticamente as importações de artigos supérfluos e não essenciais.**

Nada justifica que se importem mais de 200 mil contos de vestuário, cerca de 150 mil contos de calçado, quase 150 mil contos de bebidas alcoólicas, cerca de 70 mil contos de louças, mais de 30 mil contos de tabaco manipulado.

Um real contingentamento das importações, pode levar, segundo os camaradas que estudaram o problema, a uma redução de cerca de 8 milhões de contos.

É necessário acentuar rapidamente a **diversificação geográfica do comércio externo.**

Actualmente dependemos praticamente da CEE, EFTA e EUA. Essa dependência traduz-se num elevado défice com estas zonas.

A diversificação é indispensável. Para garantia contra repercussões súbitas de variações da economia noutros países. Para se conservar capacidade de negociar e concluir acordos vantajosos. Para fazer sair Portugal duma dependência que nos amarra a défices incomportáveis e que dificulta uma política de desenvolvimento baseada em critérios nacionais.

O exemplo citado na Conferência da economia de 20 000 contos, pela diversificação geográfica na compra de cloreto de potássio pela CUF (antes só à Espanha, recentemente também à RDA), é esclarecedor.

É necessário a **diversificação dos produtos a exportar.**

A falta de elasticidade do nosso comércio externo é uma das causas do grande desequilíbrio.

De facto continuam ainda a pesar muito nas exportações portuguesas certos produtos tradicionais. A pouco mais de uma dúzia de produtos cabem dois terços das exportações.

No geral são produtos com pouco valor acrescentado. Uma forte quebra num deles tem logo reflexos no agravamento do défice.

Há, entretanto, como foi referido por vários camaradas, outros produtos portugueses que ganham, embora com lentidão, importância crescente nas exportações, como equipamentos, produtos de ferro e embarcações (9,4% em 1976).

As nossas células e os trabalhadores de numerosos sectores apontam para a necessidade e a possibilidade da diversificação dos produtos a exportar.

Para citar apenas alguns exemplos:

Nos **mármore**s, a reorganização de «Mármore do Condado» e a criação duma empresa pública na base do «Pardal Monteiro», «Bento Vermelho» e «Marmoz» permitiria uma capacidade de exportação de 200 000 contos.

Os trabalhadores da **SYENES** aconselham a exportação de colofónia já transformada em resinas duras em vez de ser em estado virgem.

Nos **cimentos** os camaradas chamam a atenção para a necessidade de encontrar mercado para o excedente de capacidade de 5,6 milhões de toneladas/ano em 1980.

Nos **petróleo**s sublinham a necessidade e possibilidade de exportação de óleos e eventualmente de gasolinas.

É necessário **procurar um maior equilíbrio nas trocas com os países capitalistas**, alguns dos quais afirmam ao Governo português querer ajudar Portugal, mas insistem em ser grandes vendedores e fracos compradores. A situação deteriorou-se em 1976.

O **defíc** com a CEE passou de 14,5 em 1975 para 25,1 milhões de contos em 1976, o que mostra que a «Europa connosco» sugou ainda mais as nossas reservas.

O **defíc** com a RFA passou de 6,1 para 9,0 milhões de contos. Com a França de 4,1 para 6,5. Com a Itália de 3,3 para 4 milhões.

Com os países da EFTA o **defíc** passou de 1,2 para 4,8 milhões de contos. Com a Espanha (o que chama particular a atenção), de 2,8 para 5 milhões de contos.

É necessário negociar, no sentido de se comprar menos e vender mais, aproveitando o poder de negociação que dá o facto de se ser grande comprador, o que exige pelo menos uma intervenção coordenadora do aparelho do Estado.

É necessário **continuar a desenvolver e procurar maior equilíbrio nas relações comerciais com os países socialistas.**

O total de importações passou de 1,1 milhões de contos em 1975 (correspondente a 1,6% do total), para 5,9 milhões em 1976 (4,6%).

O total das exportações passou de 285 mil contos em 1973 (0,7%) para 2,5 milhões (4,6%) em 1976, prevendo novo grande progresso em 1977.

O **defíc** em 1976 deve-se fundamentalmente às importações de petróleo (2,7 milhões de contos), e de açúcar (quase 1 milhão de contos), e à falta de capacidade (por deficiências do aparelho do comércio externo e da produção), de resposta aos interesses destes países comprarem em Portugal.

As exportações para os países socialistas representam já um apoio sério a alguns ramos da indústria.

As organizações do CL do Porto chamam a atenção para o facto de que o calçado só se está a exportar para URSS. Se não fossem essas encomendas (dizem), as indústrias de calçado e de curtumes mandariam para o desemprego muitas centenas de trabalhadores.

É necessário **desenvolver as relações comerciais com Moçambique, Angola e outros países outrora submetidos ao colonialismo português.**

Era inevitável uma grande alteração nos termos do comércio externo com estes países depois da conquista da sua independência.

Os critérios impostos no tempo da dominação colonial (compra a baixo preço de matérias-primas e produtos alimentares e venda a altos preços de produtos portugueses), tinham de ser completamente postos de lado.

Era porém possível manter, na base dos princípios da igualdade e da reciprocidade de vantagens, uma forte corrente comercial nos dois sentidos.

O que se passou porém foi nova quebra em 1976. As exportações portuguesas diminuíram 49,5% com Angola e 35,1% com Moçambique e as importações respectivamente 60% e 1%.

Varridos definitivamente critérios colonialistas e neocolonialistas seria possível aumentar consideravelmente as trocas comerciais com estes países, contribuindo para a diminuição do défice da balança.

É necessário **desenvolver as relações comerciais com os países do chamado Terceiro Mundo.**

Embora partamos praticamente do zero, há grandes possibilidades de acordos comerciais vantajosos.

Entre esses países, contam-se os países árabes, países do petróleo, inclinados ao desenvolvimento das relações com Portugal e com os quais as relações comerciais podem ser mutuamente vantajosas.

Não é ligando Portugal à política externa dos Estados Unidos e à política expansionista da extrema-direita de Israel que se abrem tais possibilidades. O erro palmar do MNE a este respeito custa caro a Portugal.

É de muito interesse notar a sensibilidade dos trabalhadores para a importância das relações com estes países e para as possibilidades de exportações para eles.

Os camaradas do sector COFIX da **Intento** e da **Efacec**, por exemplo, sublinham as possibilidades de exportação para África e países árabes respectivamente cofrags e enlivações e material eléctrico. Nas **obras públicas**, os camaradas sublinham que o «know-how» permite também concorrer nesses mercados.

É necessário **aprofundar todas as possibilidades de «contratos paralelos», de compra e de venda interdependentes.**

Nos trabalhos preparatórios da Conferência e na Conferência apareceram numerosas sugestões neste sentido, algumas que correspondem a esquemas já propostos, outros que apresentam novidade: compra de peixe congelado e venda de conservas (com as novas possibilidades abertas pela extensão das águas territoriais para 200 milhas); compra de algodão e venda de tecidos; compra de fosforitos, naftas e cloreto de potássio e venda de adubos; compra de carvão e de coals e venda de produtos siderúrgicos; compra de acrilonitrilo e venda de fibras; compra de oleaginosas e vendas de óleos, etc.

Trata-se de esquemas de grande interesse que podem representar importante contribuição para diminuir o **defíc** na trocas comerciais, estimular a produção.

Além de contratos paralelos são também possíveis deslocações geográficas das importações para países que se revelam melhores compradores dos nossos produtos.

A miragem do Mercado Comum

O PCP tem defendido não só a defesa mas o desenvolvimento das relações económicas e comerciais com o Mercado Comum. Mas tem considerado que a integração provocaria ainda maiores dificuldades à economia portuguesa.

Por três razões: ser a política do Mercado Comum dominada pelos interesses dos grupos monopolistas dos países mais desenvolvidos; não terem os produtos portugueses capacidade competitiva em virtude da diferença de nível de desenvolvimento; e constituir a «integração» numa grande operação política com o objectivo de forçar e justificar a recuperação capitalista em Portugal.

Se queremos uma agricultura independente e uma indústria que não esteja submetida aos interesses das multinacionais, se temos como objectivo inadiável a redução e a final eliminação do défice da balança de pagamentos, é necessário admitir que durante muitos anos teremos que produzir e fomentar a produção a preços de custo superiores aos do mercado internacional.

Nestas condições, qualquer processo de **integração** num mercado livre é impossibilitar a construção duma economia independente.

A integração na CEE não seria um estímulo à produção nacional, mas um freio efectivo, dado o risco de, baixadas as despesas aduaneiras, a produção nacional se ver batida no próprio mercado interno pelos produtos dos países do Mercado Comum.

A questão parece de momento ultrapassada, dado o fracasso estrondoso da operação política e diplomática da integração na CEE.

É porém necessário insistir na necessidade de, sem prejuízo de acordos com o Mercado Comum e a EFTA, **manter protecção aduaneira aos produtos portugueses** enquanto se não conseguir um aumento radical da produtividade e a consequente baixa dos preços de produção de forma a torná-los competitivos.

O desenvolvimento nacional independente, no estágio actual de desenvolvimento da economia portuguesa, assim o exige.

Empréstimos de urgência e novas linhas de crédito

Se os créditos externos são aplicados em investimentos rentáveis, eles não só contribuem para resolver

o problema imediato do desequilíbrio da balança de pagamentos, como podem permitir ganhar a médio prazo as possibilidades de, com o resultado, produzir os recursos necessários para pagar as dívidas e os juros e restabelecer o reequilíbrio económico nacional.

Se os créditos externos são aplicados, não para investimentos, mas para consumo, e consumo que excede a produção nacional, os créditos convertem-se num endividamento crescente que conduz **inevitavelmente à falência global da economia portuguesa.** Ou seja: conduz à completa dependência do País e ao sacrifício da independência nacional, uma vez que a denúncia ulterior da dívida externa está fora de causa.

No VI Governo, e agora no seu próprio, o PS tem adoptado uma política de pedir emprestado e deixar correr o barco à espera de melhores tempos. Tem gastado ouro e divisas com a ligeireza com que se fumam cigarros.

Em vez de atacar os problemas de fundo e adoptar uma política de mobilização de recursos nacionais, o Governo tem procurado, salvo alguns panos quentes, resolver o desequilíbrio básico da economia portuguesa e o défice da balança de pagamentos através do recurso ao crédito externo.

O povo não pode aceitar que a sua sorte esteja dependente da decisão de tais ou tais banqueiros ou governos estrangeiros concederem ou não concederem os empréstimos pedidos.

Nem é prestigiante nem conforme com o brio nacional andar a correr atrás de empréstimos que ora se diz que são concedidos, ora são adiados, ora são regateados, ora são postos de lado.

O bilhão e meio de dólares, que se afirmou peremptoriamente estar assegurado e encheu as páginas dos jornais como um aval internacional ao Governo, sumiu-se como por encanto. Com o falado consórcio sucedeu o mesmo. E parece até que empréstimos menores estão congelados pela Câmara dos Deputados dos EU.

A situação em que a política financeira meteu o País obriga sucessivamente a empréstimos com o único fim de cobrir os défices. Mas tal recurso deve ser considerado excepcional, e não como um recurso normal e corrente, que aparece integrado na política de recuperação capitalista.

Quanto mais nos aproximamos do esgotamento de recursos, maiores serão as pressões e as exigências do imperialismo.

O FMI condiciona empréstimos com condições relativas à política financeira do País, exige desvalorização da moeda, gestão ou supervisão da administração de empréstimos, mais rápido ritmo de inflação, despedimentos e desemprego.

Com a dívida externa, que ultrapassa os 150 milhões de contos, corremos o risco de estar dentro em breve a trabalhar apenas para pagarmos o que devemos, como algumas empresas que se endividam de tal forma para com os bancos que hoje chegam a ter adstrito ao pagamento de juros um terço do total de vendas!

Os créditos em divisas não são os únicos que se devem considerar. Há outras formas de créditos com países capitalistas e com países socialistas.

Mediante **negociação e acordos, são possíveis, em princípio, financiamentos para compra de mercadorias**, designadamente de equipamentos, com juros de 5% a 8%.

São possíveis **financiamentos para instalações de fábricas completas e complexos fabris, obras públicas e grandes edifícios**, com prazos que podem ir a mais de 10 anos, com taxas que podem descer a cerca de 3% e com liquidação em mercadorias que podem ou não resultar do investimento.

Pelo que conhecemos, não seria difícil obter créditos de alguns milhões de contos para equipamento agrícola, fábricas têxteis e das indústrias alimentares, pagos em mercadorias e em boas condições.

São também possíveis **contratos de compensação**, garantindo com exportações o pagamento das importações.

Não defendemos qualquer corte de relações económicas e de cooperação económica e de créditos com os países capitalistas, designadamente os países do Mercado Comum.

Mas pensamos que os interesses nacionais exigem a diversificação das relações e o rápido desenvolvimento com outros países, e sobretudo com aqueles onde não há monopólios capitalistas interessados na exploração e dominação do povo português.

Quantificação dos resultados

Pelos estudos efectuados e pelo debate realizado conclui-se ser **completamente possível, num espaço de tempo relativamente curto, vencer a crise, ultrapassar as dificuldades económicas e financeiras e reduzir radical e progressivamente o défice da balança de pagamentos, de forma a não se atingir o ponto crítico de esgotamento de reservas.**

No esforço para aumentar a produção nacional afirmamos **ser possível aumentar em dois anos a produção agrícola num valor que se aproxima de 5 milhões de contos e a produção pecuária de 6 milhões aos preços actuais.**

Em quatro anos o aumento pode atingir cerca de 24 milhões de contos, sem contar com o aumento possível da produção de madeira e resinosos.

Não sendo possível quantificar com rigor o aumento da produção industrial decorrente das propostas feitas, admitimos, numa primeira estimativa, que possa subir a um valor superior ao estimado para a agricultura.

Segundo os estudos efectuados, admitimos como possível a **redução a curto prazo do valor das importações em cerca de 28 milhões de contos, dos quais 11 milhões por cortes e contingentações e 17 milhões pela substituição de produtos importados por produtos de produção nacional.**

Com a **promoção das exportações, o turismo e as remessas dos emigrantes, essa redução das importações** permitiria colmatar o défice da balança de pagamentos.

A política de recuperação capitalista conduzirá ao agravamento cada vez maior da situação económica e financeira.

A política de recuperação económica, na base da diversidade das estruturas socioeconómicas existentes, pode conduzir rapidamente ao resultado pretendido: a **redução rápida do desequilíbrio da economia portuguesa, a redução e final desaparecimento do défice da balança de pagamentos, a libertação da carga do endividamento externo e o desenvolvimento da economia portuguesa no quadro da democracia, do progresso e da independência nacional.**

VII – A alternativa democrática

O actual Governo não está em condições de resolver os problemas nacionais. A sua política de recuperação capitalista só pode agravar a situação. Não tem apoio nem político nem popular. Não tem maioria na Assembleia da República. Não tem dinamismo nem imaginação, nem capacidade de realização.

A alternativa para o Governo PS sozinho é uma questão que se coloca e para a qual todas as forças responsáveis do País procuram solução.

As forças reacçãoárias procuram forçar uma alternativa reacçãoária ao Governo actual. A chamada «convergência democrática» PPD/CDS é de facto uma aliança reacçãoária que visa a constituição de um governo abertamente reacçãoário com ou sem o PS. Não há alternativa democrática mais à direita do Governo actual. Um governo mais à direita não só não conduziria à recuperação económica, como seria o caminho aberto para a instauração a curto prazo duma nova ditadura.

Uma alternativa democrática é possível com

democratas, e não com reacçãoários. É possível com os trabalhadores e com as massas populares, e não com os capitalistas, agrários e imperialistas, contra o povo português e contra a independência nacional. É possível com o PCP, grande partido dos trabalhadores e da democracia, e não contra o PCP.

O PCP prosseguirá incansavelmente os seus esforços para se alcançar a unidade de todos os portugueses e portuguesas que querem evitar o regresso ao passado fascista e que querem assegurar a recuperação económica e a defesa e prosseguimento do processo democrático.

O PCP continuará lutando pela unidade da classe operária nas fábricas, nos campos, nos portos e em todos os locais de trabalho.

O PCP continuará lutando em defesa da liberdade e da unidade sindical, pelo reforço da grande central sindical dos trabalhadores portugueses – a CGTP – Intersindical Nacional.

O PCP continuará lutando pelo reforço da **aliança da classe operária com os pequenos e médios agricultores** e pelo desenvolvimento, na acção comum, duma **ampla frente de forças sociais**, incluindo todas as classes e camadas interessadas na liquidação definitiva do capital monopolista e dos latifúndios: proletariado, empregados, campesinato, quadros, intelectuais, pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes.

O PCP continua a considerar a **aliança do Povo com as Forças Armadas** como um dos estelos fundamentais do regime democrático.

O PCP continuará a tomar uma atitude construtiva em relação aos órgãos de soberania: Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e Governo. Na **Assembleia da República**, o Grupo Parlamentar do PCP actuará para tornar possível a aprovação de leis que sirvam os interesses dos trabalhadores e do processo democrático, instituído no entendi-

mento entre comunistas e socialistas, que detêm a maioria dos votos. Com o Governo o PCP está sempre pronto a examinar aspectos concretos da situação do País e da política governamental com vistas à busca das soluções mais correctas dos problemas.

O PCP está pronto a examinar em conjunto com todas as forças e sectores democráticos interessados na continuação do processo democrático e na defesa do regime, sem quaisquer discriminações, a possibilidade de uma plataforma que assegure a recuperação económica e a consolidação das liberdades políticas e da independência nacional.

Sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, o PCP está pronto a assumir as suas responsabilidades e a mobilizar todas as suas energias para assegurar a recuperação económica, para alcançar num mais curto espaço de tempo o equilíbrio da economia nacional e iniciar uma nova fase de desenvolvimento para bem de todo o povo, para bem da nossa Pátria.

Carlos Costa CONTINUAREMOS A AMPLIAR E A APROFUNDAR OS TRABALHOS JÁ REALIZADOS

Depois de referir em breves palavras as razões por que o PCP convocou esta Conferência Nacional e quais os seus objectivos, o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, acrescentou:

Estamos convencidos de que esta Conferência atingirá o seu objectivo: uma contribuição positiva do PCP para ajudar a superar a actual crise económica e financeira.

Deve, contudo, desde já dizer-se que a nossa contribuição para se encontrarem soluções para estes problemas não terminará com esta Conferência. Se, em relação a muitas questões, conseguimos já respostas que nos parecem certas, relativamente a muitas outras não conseguimos ainda mais do que aproximarmo-nos das respostas necessárias. Continuaremos, pois, a ampliar e aprofundar os trabalhos já realizados.

Devemos também dizer que nem os trabalhos para a preparação desta Conferência começaram apenas em 6 de Abril, em que foram já distribuídos 80 documentos-base (57 mil exemplares) para discussão nas organizações do Partido, nem os resultados a que chegamos nesta Conferência são produto apenas do trabalho dos comunistas e, muito menos, de um número restrito de economistas e técnicos comunistas, por mais valiosa que tenha sido, e foi, a sua contribuição.



Em seguida e depois de lembrar o vastíssimo debate a que procederam, na preparação da Conferência, «muitos milhares de trabalhadores, economistas e técnicos comunistas e não comunistas», Carlos Costa agradeceu, em nome do CC, «a todos os que não sendo comunistas, souberam libertar-se de sectarismos e conosco colaboraram na patriótica tarefa de procurar encontrar soluções válidas para os graves problemas nacionais. A todos o Partido apela para que continuemos a trabalhar em conjunto» — acrescentou.

Não me proponho fazer nesta intervenção a análise da situação económica e financeira. Tal análise resultará, certamente, do conjunto das intervenções que simultaneamente apontarão as medidas que preconizamos. Referir-me-ei apenas à gravidade da situação financeira e à conjuntura económica em que temos de fazer face a tal situação.

A gravidade da situação financeira, em números globais, pode ser evidenciada em termos muito breves:

Temos 850 toneladas de ouro (das quais 350 estão já hipotecadas) que valem, à cotação actual, cerca de 130 milhões de contos. Divisas não haverá neste momento mais do que o correspondente a cinco milhões de contos. A nossa dívida externa (pública e privada) calcula-se que ande pelos 160-170 milhões de contos (o ministro das Finanças referiu-a, recentemente, como sendo de 134,8 milhões de contos, mas não incluiu um débito de 15 milhões de contos nem teve em conta os efeitos da desvalorização de 15% do escudo em algumas das parcelas).

Em conclusão: A nossa dívida externa é já de valor superior ao valor do ouro e divisas que temos. A gravidade da situação salta à vista. Podemos chegar a um momento em que não haja divisas nem ouro para importar os produtos de que necessitamos. Mais uma vez advertimos de que

é necessário solucionar o problema antes de atingirmos esse ponto. Esta é mesmo a razão principal da convocação desta Conferência.

Já no nosso VII Congresso, realizado em Outubro de 1974, insistimos na necessidade de medidas de emergência que se tivessem sido tomadas teriam permitido evitar a progressiva deterioração e degradação da situação financeira.

Que o PS, por demagogia, não enjete as suas responsabilidades atirando-as para cima de quem as não tem, pois a verdade é que foram homens ligados ao PS que predominaram nas pastas económicas durante 31 dos 37 meses decorridos após o 25 de Abril. Aliás, pode demonstrar-se de modo irrefutável e em pormenor que durante os IV e V Governos não só não se aumentou como se diminuiu até a nossa dívida externa.

Não foram, pois, esses Governos quem deixou «facturas por pagar».

As grandes linhas da política económica

Passando a referir-se à conjuntura económica e financeira, o camarada Carlos Costa sublinhou:

O défice da Balança Comercial que em 1976 subiu vertiginosamente para os 75 milhões de contos tem continuado a agravar-se nos primeiros meses deste ano, apontando já um aumento de 42% relativamente a período igual do ano passado.

produtos alimentares, constata-se que em Lisboa o Índice de Janeiro foi superior em 21% ao de Janeiro de 1976, o de Fevereiro superior em 28%, e o de Março superior em 39%.

Uma escalada galopante

A escalada é indiscutivelmente galopante. E enquanto isto, o Governo permite e até favorece o bloqueamento de convenções colectivas respeitantes a cerca de 1 milhão e 300 mil trabalhadores.

Quanto ao desemprego, segundo os dados oficiais, o número de desempregados inscritos, quase duplicou entre Julho de 1975 e Fevereiro de 1976. Calcula-se que o número real de desempregados se aproxime de meio milhão. A fome e o desemprego já não são apenas uma ameaça, mas uma consequência da política dos que para realizarem o seu socialismo de abundância para os capitalistas e agrários, expulsam pela violência armada operários de fábricas e trabalhadores rurais das terras que com suor e sacrifício amanharam.

As consequências práticas de uma política de recuperação capitalistas, latifundista e imperialista, estão à vista: estagnação da produção industrial, diminuição da produção agrícola, desvalorização do escudo, agravamento dos défices das Balanças Comercial e de Pagamentos, aumento do desemprego, retoma do ritmo de subida dos preços semelhante ao de 24 de Abril de 74, desorganização da economia, endividamento crescente do país, hipoteca crescente das reservas de ouro, submissão ao imperialismo. A especulação, o açambarcamento e a corrupção estão já na ordem do dia.

Depois de assinalar que «a economia portuguesa não está no caos», mas que se «encontra numa situação incomparavelmente pior, em todos os aspectos, do que a existente em Setembro de 1975, aquando da posse do VI Governo Provisório, o camarada acrescentou:

Os estudos já feitos indicam que é possível, num prazo curto reduzir as nossas importações de cerca de 28 milhões de contos; que é possível aumentar a produção agrícola, pecuária e florestal, em 2 anos, à volta de 12 milhões de contos; que é possível, na indústria, em prazos variáveis mas relativamente curtos, aumentar a produção em vários sectores, como por exemplo: na indústria metalomecânica, 4 milhões e meio de contos; na indústria naval cerca de 2,5 milhões de contos; na siderurgia cerca de 700 mil contos; na construção civil mais de 10 milhões de contos; indústria de material eléctrico e electrónico cerca de 1,5 milhões de contos, etc., etc..

Em suma: os estudos já feitos indicam que é possível num prazo relativamente curto reduzir drasticamente o défice da balança de pagamentos, evitando-se desse modo o ponto crítico de ruptura financeira, e o consequente colapso, e, em seguida liquidar finalmente o défice da Balança de Pagamentos e obter um saldo positivo com que se comece a amortizar de facto a dívida externa, garantindo, assim, a nossa dependência nacional. Simultaneamente dinamizar-se-ia toda a economia e criar-se-iam as condições necessárias para uma verdadeira arrancada económica nacional, capaz de melhorar decisivamente o nível dos trabalhadores e do povo em geral.

Caminhos opostos políticas divergentes

Sublinhando sem lugar a dúvidas «os dois caminhos opostos», «as duas políticas divergentes» que são a verdadeira recuperação económica, por um lado, e a recuperação capitalista, por outro, o camarada Carlos Costa, concluiu a sua intervenção afirmando:

Recuperação capitalista significa somente a reconquista de posições pelo grande capital, a reposição da lei da apropriação privada, do lucro máximo como objectivo supremo da produção com desprezo pelos interesses do país, exploração das massas trabalhadoras e ruína das camadas da pequena e média burguesia.

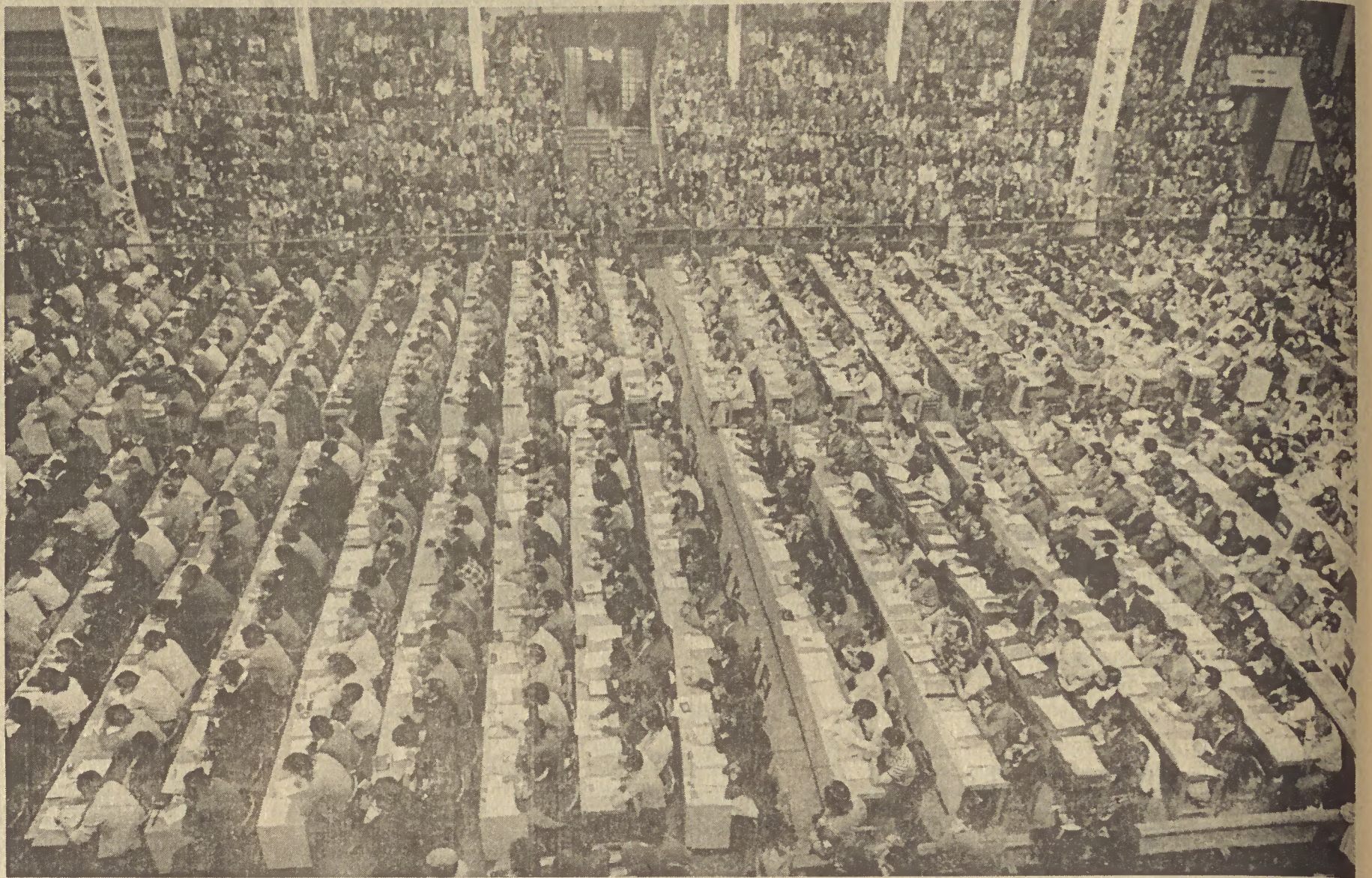
Estamos aqui para demonstrar que as massas trabalhadoras estão prontas a lutar, a trabalhar, a fazer sacrifícios para salvar a economia nacional, desde que sejam garantidas as conquistas do 25 de Abril.

Estamos aqui para demonstrar que há técnicos, especialistas, quadros, operários e camponeses com capacidade e competência para definir e aplicar as medidas necessárias para a recuperação da nossa economia.

O êxito desta batalha não depende só dos trabalhadores e técnicos progressistas. É necessário também que seja estabelecida uma base política, um acordo entre as forças democráticas capaz de assegurar que sejam tomadas e aplicadas as medidas necessárias.

A Conferência Nacional do PCP é também uma contribuição para o debate à volta dessa questão fulcral da vida política portuguesa, da qual depende em medida decisiva a possibilidade de superarmos a crise, salvarmos a economia, a democracia, as conquistas da Revolução e prosseguirmos o caminho de Abril, rumo ao socialismo.

reportagem



AS INTERVENÇÕES IMAGEM DO PARTIDO

Foram proferidas no Pavilhão dos Desportos durante a Conferência Nacional do PCP mais de uma centena de intervenções, provenientes de todas as zonas do País e abrangendo praticamente todos os sectores da vida económica do País.

Do conteúdo das intervenções dão nota os próprios resultados da Conferência, os documentos aprovados, mas dois aspectos parecem importantes salientar: a forma que, de uma maneira geral, assumiram e os camaradas que as pronunciaram.

Desde início, logo durante os trabalhos de preparação da Conferência, se tornou claro que as intervenções teriam de ser extremamente sucintas, a fim de tornar possível que os dois dias dessem um panorama o mais completo possível dos problemas em estudo. Mas, nessas curtas palavras que, em média, não excederam cinco a dez minutos, uma estrutura extremamente significativa foi regra: falando das terras da Reforma Agrária ou dos motores da Rabor, dos cimentos da Cimpor ou dos baldios das Beiras, os camaradas que intervieram começavam por dar um breve panorama da situação passada e actual e do trabalho realizado, para concluir com incisivas e concretas propostas.

Como é evidente, isto não correspondeu (não podia ter correspondido) a uma orientação: correspondeu, isso sim (e bem mais importante!) a uma preocupação e a uma formação. Na realidade, ao começar por referir a situação dos seus locais de trabalho, no ramo económico da sua actividade, os camaradas, para além dos elementos concretos que traziam, demonstravam duas coisas muito importantes: em primeiro lugar, um grande esforço de estudo, de análise das realidades, da situação, esforço esse que demonstra bem quanto as propostas concretas que se seguem não eram nuvens vogando ou sonhos despropósitos, eram sim o fruto de uma análise de classe dos problemas que estudaram

e conhecem; em segundo lugar, dos dados que nessas breves palavras se ouviam, resultava a consciência, o conhecimento claro de trabalho realizado, de obra feita e das mãos dos trabalhadores saída. «Antes do 25 de Abril a empresa produzia isto e facturava tanto, nos últimos dois anos, depois de se ter feito assim e assim, passou-se a produzir mais isto, criaram-se mais tantos postos de trabalho! Neste traçado de firmas e orgulhosas afirmações, quanto de resposta límpida aos que duvidam da capacidade dos trabalhadores para criarem, quanto de resposta clara aos problemas resulta da decisão com que os trabalhadores avançaram para a resolução dos problemas do País nas novas condições de liberdade conquistadas no 25 de Abril!

Por outro lado, ao olhar a lista completa dos oradores que subiram à tribuna no Pavilhão dos Desportos ficou bem claro, torna-se patente o esforço de unidade efectivamente realizado pelo Partido dos trabalhadores.

Este esforço de unidade é importante salientar-se na medida em que corresponde não apenas a um esforço de unidade política, mas vai encontrar as suas raízes na acção bem mais profunda de uma unidade entre todos aqueles que estão efectivamente interessados na destruição definitiva do poder dos monopólios e dos agrários e lança raízes profundas na unidade da classe operária com os camponeses, na unidade da classe operária e dos trabalhadores.

Sucederam-se na tribuna operários fabris, economistas, camponeses, empregados, advogados, arquitectos, técnicos, trabalhadores rurais do Sul, engenheiros, enfim, homens de formações bem diferentes, de origens sociais diversas, unidos contudo no esforço comum que a vanguarda organizada da classe operária lhes propusera.

Este facto — a que final já nos habituámos! —, se demonstra por um lado

a grande implantação do PCP, ao trazer à Conferência camaradas de todos os grandes sectores de actividade económica, trabalhadores de quase todas as grandes empresas (exemplo bem vivo de uma forte implantação de classe), significa por outro lado a capacidade criadora da

classe operária portuguesa para unir à sua volta, no esforço comum da construção do socialismo, homens e mulheres que podem trazer à luta um contributo válido da sua experiência e do seu conhecimento.

Das intervenções que se fizeram no Pavilhão dos

Desportos, de quem as pronunciou, se tornou possível concluir, — só por esses factos se outros não houvessem — que não há recuperação económica sem os trabalhadores — nem há recuperação económica e democracia sem o seu Partido de classe — o Partido Comunista Português.

COM O ESFORÇO DE MUITOS CAMARADAS

Durante dois dias, viveram no Pavilhão dos Desportos os esforços grandiosos de todo o Partido na realização da Conferência Nacional — mas viveram também esforços que nem por pouco se verem podem ser esquecidos.

Ao entrarem na manhã de sábado no Pavilhão, delegados e convidados encontraram-no pronto a acolhê-los. Mesas de trabalho enchiam o ringue, a tribuna lá estava, o pano de fundo, uma decoração discreta mas, cuidada. Reunião de trabalho, foi num ambiente de trabalho que ela se realizou. Quanto trabalho, porém, atrás dessa disciplina! Os camaradas da SIP da DORL, auxiliados por dezenas de outros camaradas de várias organizações, transportaram

para o Pavilhão centenas de mesas, arranjaram-nas, instalaram-nas, estenderam painéis com as principais palavras de ordem. Durante a Conferência, dezenas de camaradas asseguraram a limpeza, o controlo de entradas e acessos, acorreram às mais diversas necessidades e solicitações.

Ao longo de todos os trabalhos, na tribuna da imprensa, no recinto dos delegados, dezenas e dezenas de documentos foram distribuídos, num esforço colectivo de camaradas que dactilografaram centenas de folhas e de tantas outras que asseguraram a sua distribuição.

Cá fora, na banca da Editorial «Avante!», igualmente se assegurava

a todos os presentes a oportunidade de comprar ou simplesmente consultarem uma obra, num «stand» cuidadosamente arranjado e assistido.

Terminada a Conferência, prosseguiram as suas tarefas muitos camaradas: os encarregados da desmontagem, os que asseguraram que dentro de horas chegarão a todos o País os resultados da Conferência, os documentos aprovados que apoiarão a aplicação em todas as organizações das decisões tomadas, que auxiliarão a divulgação das propostas aprovadas pelos delegados.

Foi uma reunião de trabalho. Foi uma reunião do Partido Comunista Português.

A SAÍDA DA CRISE EXIGE TAMBÉM SOLUÇÕES POLÍTICAS

Amplamente fundamentadas nas análises económicas realizadas, as declarações políticas aprovadas pela Conferência Económica do PCP, quer na Proclamação, quer no discurso do secretário-geral, revestem-se de uma importância grande, não por constituírem novidade, por representarem qualquer agulha em relação à linha do Partido, mas sim na medida em que acompanham e completam politicamente o conjunto de análises e propostas económicas e técnicas salidas dos trabalhos.

A realidade de que a solução para a crise não pode ignorar a questão política (aspecto já salientado pelo camarada Carlos Costa na entrevista publicada no último «Avante!») encontra uma expressão concludente em diversos passos dos documentos aprovados.

O impasse do Governo

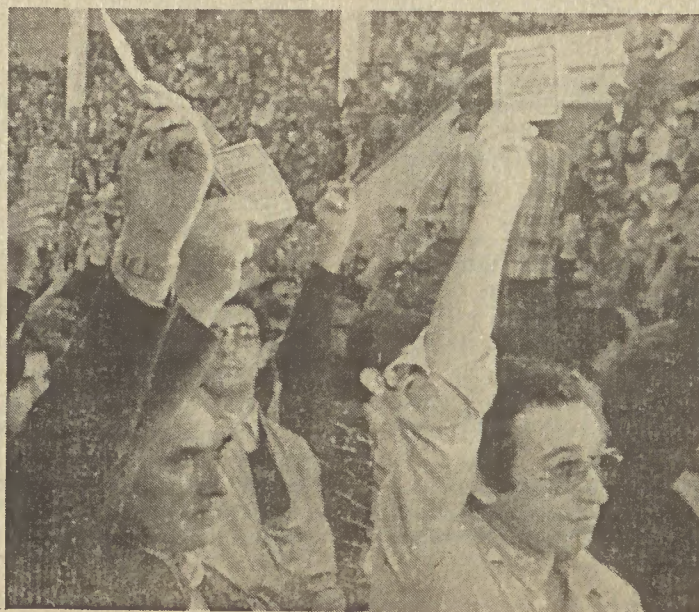
minoritário do PS e a sua incapacidade para encontrar soluções para os actuais problemas é um dos aspectos reafirmados. Confirmando, contudo, as posições anteriormente definidas, o PCP declara que qualquer solução governamental mais à direita que o PS não poderá de forma alguma constituir solução: mais à direita que o PS, afirma-se claramente, não haverá governo democrático, mas sim um governo que abrirá o caminho à ditadura e à liquidação das liberdades.

O PCP reafirma, porém, a sua disposição de analisar com todas as forças políticas a situação e de procurar uma plataforma que contribua para solucionar o impasse. Avancam-se bases que correspondem aos pontos de vista do Partido e aos interesses dos trabalhadores: o PCP entende que a solução terá de assentar no respeito

pela actual delimitação dos sectores produtivos e que um papel de arranque terá de caber ao sector nacionalizado, imprimindo assim uma dinâmica não capitalista ao esforço de recuperação económica.

A indispensável participação dos trabalhadores no grande esforço nacional para sair da crise terá efectivamente de encontrar uma expressão política que ponha não só cobro à desenfreada ofensiva contra os interesses das classes laboriosas (ofensiva contra a Reforma Agrária, desintervenções, etc.) como também assegure ao nível político a intervenção das forças que efectivamente as representam.

Uma clara definição da posição do PCP relativamente aos órgãos de soberania completa um quadro político coerente e claro de um partido responsável, de um grande partido nacional.



Jaime Serra

AS NACIONALIZAÇÕES

"A Revolução de 25 de Abril de 1974 derrubou o regime fascista e com ele o poder político dos monopólios, deixando, de imediato, praticamente intacto o seu poder económico acumulado pelos diversos grupos monopolistas ao longo de quase meio século de exploração e domínio fascistas" — declarou Jaime Serra no início da sua intervenção.

Acentuou Jaime Serra que "apoias neste poder económico e no domínio de importantes posições no velho aparelho de Estado fascista, não desmantelado, as forças reacçãoárias começaram a organizar a luta contra a nova ordem democrática estabelecida no País, através de conspirações políticas e da sabotagem económica."

O facto desta sabotagem não ter ido muito mais longe, "e não ter conduzido o País ao caos económico que a reacção pretendia e várias vezes anunciou", deve-se à vigilância e à acção dos trabalhadores, à sua denúncia e desmascaramento de múltiplos casos de sabotagem económica por parte do grande patronato reacçãoário (...).

Acentuou também Jaime Serra que "a destruição do poder económico dos monopólios aparece, na marcha da Revolução portuguesa, como uma necessidade histórica inerente à defesa da própria Revolução e das suas conquistas democráticas".

PROPRIEDADE PRIVADA

"Com as nacionalizações — afirmou Jaime Serra — não se pretendeu acabar com a propriedade privada, mas antes intervir nos sectores-chave da economia e liquidar os monopólios. As decisões estão tomadas, não o foram indiscriminadamente como, por vezes, se pretende fazer crer. O conjunto de empresas que foram nacionalizadas, em número de 245, fazem parte de sectores básicos que são decisivos para o desenvolvimento de uma economia planificada, na via da construção de uma sociedade em transição para o socialismo, tal como o define a Constituição da República. Os domínios abrangidos foram: a) a banca e os seguros; b) os sectores básicos da indústria e os transportes; c) empresas que assumiam um carácter monopolista; e d) algumas empresas não operacionais, actuando como puros "holdings".

DIMENSÃO DO SECTOR PÚBLICO TRIPLICOU

Disse Jaime Serra:

"Dos elementos até agora apurados, excluindo o sector agrícola, a administração pública e a defesa, pode concluir-se que a dimensão do sector público quase que triplicou." E pormenorizando:

"Utilizando como termos de comparação três indicadores tradicionais verifica-se que: a) O valor acrescentado bruto (VAB) passou de 20,5 milhões de contos (8,4%) para cerca de 59 milhões de contos (24,1%); b) A formação bruta do capital fixo (FBCF), passou de 3,7 milhões de contos (14,7%) para mais de 26 milhões de contos (44,1%); c) O número de trabalhadores abrangidos no sector público referido passou de 132 mil para mais de 306 mil.

Devemos considerar ainda que a sabotagem económica, a falência iminente e a fuga do patronato deu lugar à intervenção estatal em 260 empresas que ocupam 60.000 trabalhadores. Destas, muitas estão a ser devolvidas aos antigos patrões dentro de uma política de recuperação capitalista, mas a persistente oposição dos trabalhadores a tal política já verificada em vários casos, permitirá a transformação de muitas dessas empresas em sociedades mistas que virão a alargar o sector controlado pelo Estado".

AUTOGESTÃO

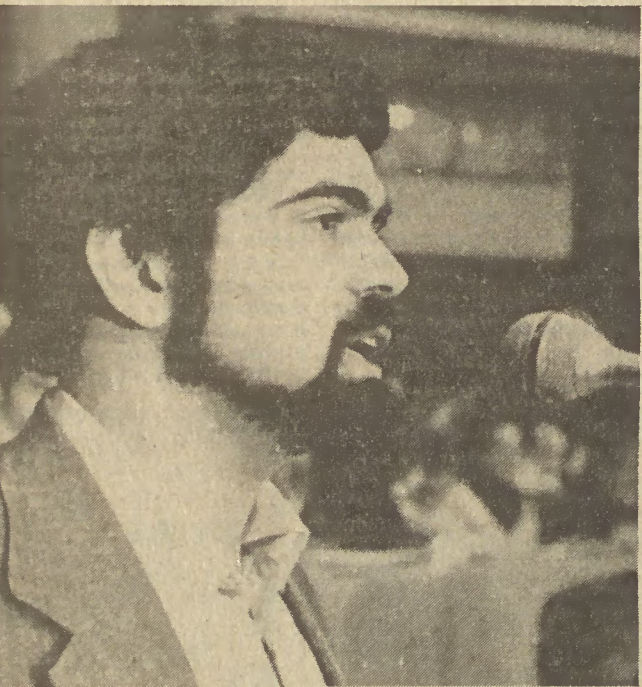
"Também o conjunto das empresas em autogestão (cerca de 300), Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas (420), Cooperativas de Produção Industrial, de Serviços e Construção



Valdemar Quaresma

BALANÇA DE PAGAMENTOS E COMÉRCIO EXTERNO

"Afastada a exploração colonial, que entre 1960 e 1973 significou a apropriação dos excedentes cambiais das colónias no valor de cerca de 30 milhões de contos, só à libertação progressiva dos laços imperialistas pode conduzir Portugal à resolução dos grandes problemas que afligem o País, no domínio das relações económicas externas".



No início da sua intervenção Valdemar Quaresma recordou: "A economia nacional está em crise. É um facto unanimemente aceite e afirmado. Esta crise económica consiste, fundamentalmente, num grande desequilíbrio entre a produção e o consumo. Tal situação traduz-se, no imediato, num défice crescente e alarmante da Balança de Pagamentos, ou seja, num rápido e progressivo esgotamento das nossas reservas em ouro e divisas. A razão fundamental da crise que atravessamos reside na estrutura distorcida da nossa economia; é pois uma razão estrutural."

Depois de acentuar que "a economia nacional assentava numa estratégia de exploração colonial", Valdemar Quaresma afirmou: "Por outro lado, Portugal encontrava-se dominado, colonizado, pelos países capitalistas mais desenvolvidos. Este facto só reforçou o desequilíbrio da nossa estrutura económica".

Ao definir o agravamento da nossa economia nos últimos anos, o orador apontou os seguintes factores:

— a grave crise do capitalismo internacional iniciada em 1973, sistema em que Portugal estava inserido e ao qual o actual Governo assim como o PPD e o CDS nos quer fazer voltar;

— sabotagem quer interna quer externa das forças reacçãoárias, já amplamente demonstrada;

Civil (700), num total de 1420 Unidades, abrangendo os mais diversos ramos de actividade, embora não constituindo um sector nacionalizado, é susceptível de poder integrar-se num plano de desenvolvimento económico nacional e, como tal, identificar-se com o sector público" — adiantou Jaime Serra, pormenorizando que as nacionalizações no nosso País, após o 25 de Abril, "apresentam algumas características muito importantes que as diferenciam das nacionalizações efectuadas nalguns países da Europa Ocidental após a II Guerra Mundial." E isso porque "em primeiro lugar os monopólios foram eliminados de facto, o que não aconteceu naqueles países, ainda integrados em sistemas de economia de mercado".

"Por outro lado — recordou — o domínio exercido pelo sector público sobre os circuitos financeiros passou a ser quase completo, o que permite dispor de uma arma fundamental para toda uma planificação virada para o desenvolvimento não capitalista. Esta situação não tem igualmente paralelo nos países atrás referidos. Também a concentração de capitais num número restrito de grupos monopolistas participantes de numerosas empresas (como detentoras de quotas ou acções de sociedades sobretudo nos sectores industriais, através dos bancos, companhias de seguros ou sociedades, simples gestoras de carteiras de títulos ou mistas) deu lugar a que passassem a ser controladas pelo Estado, directa ou indirectamente, grande quantidade de ramos diversificados. Esta circunstância permite alargar ainda mais o âmbito de intervenção do Estado na vida económica nacional, através de um processo indirecto e dá lugar a possibilidade dum mais ampla coordenação e planificação das actividades económicas".

CONTROLO OPERÁRIO

Referindo-se ao controlo operário, disse Jaime Serra: "Finalmente, o exercício do controlo operário, tal como foi instituído na prática pelos trabalhadores, e que na Constituição ficou consignado como controlo de gestão, deu à nação na lição, levadas a cabo em Portugal depois do 25 de Abril de 1974, um carácter revolucionário, de classe, constituindo, por isso mesmo, a mais sólida garantia de que essa garantia dos trabalhadores portugueses será irreversível".

NÃO À RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

"Com um Governo virado verdadeiramente para a recuperação económica e com a actual estrutura económica nacional em que o sector não capitalista é já o determinante, tomar-se-ia muito difícil a qualquer coligação de interesses privados opor-se, com êxito, a medidas de âmbito nacional em matéria económica".

"Não é esta, porém, a situação em que nos encontramos" — lembrou Jaime Serra.

E explicando: "A política de recuperação capitalista em que o Governo do PS está empenhado, agravada recentemente com a aprovação da A.R. da lei que pretende delimitar os sectores público e privado, mas que abre, na prática, o caminho para o domínio do sector público pelos capitalistas, faz prever um redobrado ataque ao sector nacionalizado, por parte da burguesia reacçãoária, visando os seguintes objectivos: a) afectar o funcionamento do aparelho de Estado; b) debilitar as empresas nacionalizadas; c) tentar criar novas empresas dentro dos mesmos ramos de actividade das nacionalizadas; d) tentar, ao abrigo da lei, obter a gestão de empresas públicas ou parte do sector privado, desnaturando o carácter das nacionalizações e colocá-las ao serviço da recuperação capitalista; e) tentar, se possível, desnacionalizar empresas".

Resumindo e contrapondo: "No respeito pelos preceitos constitucionais que determinam o carácter irreversível das nacionalizações e a construção de uma sociedade em transição para o socialismo, o sector público deverá ser o sector determinante e motor da recuperação económica nacional".

— a actual recuperação capitalista;

— enfim, as profundas alterações verificadas na economia portuguesa depois do 25 de Abril, inerentes a qualquer processo revolucionário e a consequente quebra dos tradicionais mecanismos de reprodução capitalista.

Relativamente ao último dos factores apontados, Valdemar Quaresma salientou: "Devemos, no entanto, referir que se há de facto um factor de agravamento sobretudo no que se refere ao investimento e, em grande parte, ligada às duas razões anteriores, já em muitos outros aspectos há que salientar que a substituição desses mecanismos foi extremamente rápida e permitiu inclusive um aumento considerável de produção. É o caso da Reforma Agrária, de muitas PME's e de empresas produtoras de bens de consumo".

"Um dos efeitos centrais, e decisivos, da crise é precisamente o défice da Balança de Pagamentos: de 18 milhões de contos em 1974, passamos a 26 milhões de contos em 1975, ultrapassando os 29 milhões no ano passado" — sublinhou Valdemar Quaresma para em seguida lembrar que o défice da Balança Comercial, por sua vez, "quase triplicou nos últimos quatro anos, atingindo os 63,0 milhões de contos em 1976".

Após ter salientado que a dependência do nosso comércio externo "é enorme e as possibilidades de pressões políticas também", Valdemar Quaresma lembrou que "não se tem aproveitado integralmente as condições favoráveis criadas pelo 25 de Abril para desenvolver relações comerciais com novos mercados ou com os já existentes mas numa base diferente, como são casos típicos o de Angola e Moçambique, cujo comércio com Portugal tem vindo a decrescer brutalmente não ultrapassando os 4,9% em 1976".

Ao apontar algumas das medidas com vista à resolução da crise, o orador sublinhou: "Se queremos salvaguardar a independência nacional teremos de alargar consideravelmente o leque de países com os quais comerciar", para, em seguida, se referir à importação considerando necessário proceder-se, por um lado à "redução drástica de produtos superfluos e não essenciais", e por outro, proceder-se "à substituição, total ou parcial, de produtos importados por produção nacional".

No que respeita à exportação, Valdemar definiu o seu incremento nos seguintes moldes: "Primeiramente há que seleccionar produtos que satisfaçam desde já três condições: 1) que exista capacidade de produção disponível ou que o possa vir a ser rapidamente com pequenos investimentos; 2) que existam mercados; 3) cujos preços sejam competitivos".

A propósito, Valdemar Quaresma destacou o papel importante que poderá ser desenvolvido pelas PME's, o que implica, no entanto, "um forte apoio estatal, quer técnico, quer comercial, nomeadamente na normalização e racionalização da produção, no abastecimento de matérias-primas e na comercialização externa", sendo imprescindível "a criação de instrumentos eficazes (o dinamização dos já existentes) em particular de empresas públicas ou mistas".

Valdemar Quaresma terminou a sua intervenção recordando "que os trabalhadores estão dispostos a sacrifícios e a desenvolver um grande esforço patriótico, se de facto os seus interesses forem respeitados. E nas condições actuais mais uma vez se verifica que os interesses dos trabalhadores coincidem com os interesses nacionais".

reportagem

CONFERENCIA NACIONAL
SAIR DA CRISE!
com os trabalhadores
num grande esforço nacional

«UM BELO TRABALHO!»

No momento em que a assistência à Conferência Nacional manifestava a sua solidariedade ao delegado da Auto-Reconstrutora do Barreiro, que iria falar da situação da sua empresa, abordámos o camarada José Esteves Machado, de Vila Verde de Ficalho e trabalhador na UCP «Os Arraianos Avançados».

A opinião sobre a Conferência era o que pretendíamos e não se furtou a responder, muito embora seguisse atentamente os trabalhos.

— Sim senhor — começou por dizer no seu sotaque característico de alentejano — tem sido um belo trabalho. Estou aqui como convidado e tenho assistido desde o princípio. Houve muita coisa que fiquei a saber.

A sua opinião sobre a maneira como tinham sido apresentados os problemas da agricultura e da Reforma Agrária era concordante. No entanto, não deixou de focar um problema que directamente afecta a sua UCP, como tantas outras:

— O que não está bem é a falta de apoio às cooperativas. Isso não está bem.

Num pequeno grupo estacionado no átrio do Pavilhão dos Desportos, Maria Filomena Ferreira, traba-

hadora-estudante, trocava impressões com os seus companheiros. Também ela se prontificou a dar a sua opinião sobre a importância dos trabalhos realizados:

— Nunca pensei que isto fosse possível. Eu não percebo muito de economia — ou melhor, todos nós percebemos um pouquinho de economia principalmente quando temos de comprar —, mas parece-me que está aqui reunida toda a actividade do País, desde os mineiros até aos pescadores. É impressionante ver o que se podia poupar se fossem os trabalhadores a dirigirem os interesses do País.

Acréscitou ainda o interesse que tem para a juventude acompanhar estes trabalhos para que amanhã não sejam envolvidos na luta do dia-a-dia sem terem perspectivas que definam o caminho que devem trilhar para não serem explorados ou agentes da exploração, ao serviço do capital.

Apressado, Hilário Fernandes, empregado de escritório, preparava-se para regressar à sala onde os trabalhos tinham começado pouco antes. Demorámo-lo mais alguns minutos.

— Isto é a prova mais evidente de que o Partido Comunista se interessa pela

situação dos trabalhadores e da nação. Até agora nenhum partido fez qualquer coisa semelhante. Nem vão fazer. Mas os trabalhos da Conferência têm sido uma revelação para mim. Foram aqui ditas muitas coisas que não sabia.

E lá entrou na sala onde entretanto outro delegado ia usar da palavra.

Também António Rogério Silva, actualmente sem emprego, como frisou, não se furtou a manifestar a sua opinião sobre a Conferência Nacional:

— É um trabalho impressionante e uma recolha de materiais gigantesco. Todas as

intervenções que até agora tenho ouvido caracterizam-se pelas valiosas sugestões e propostas apresentadas tendo sempre em conta os interesses dos trabalhadores e do País.

— Só o PCP poderia fazer isto.

Estas algumas opiniões recolhidas ao acaso mas que traduziam o apoio generalizado que os trabalhos da Conferência Nacional encontraram, tanto nas sessões preparatórias, que às centenas se realizaram por todo o País, como na sua sessão final, onde delegados e convidados manifestaram publicamente o seu entusiasmo e adesão pelos resultados obtidos.



OS NÚMEROS NA PONTA DA LÍNGUA...

Conversa algures para as bandas do stand das Edições "Avante!", durante o intervalo da tarde de sábado:

— Não pá, há aqui uma coisa que me faz uma impressão dos diabos! É que o ano passado fui com uma delegação à Bulgária e fizemos uma série de visitas, a cooperativas agrícolas, fábricas, fomos recebidos por presidentes das câmaras, etc. Chegávamos, éramos muito bem recebidos, já se vê, mas a mim e aos camaradas, ficávamos sempre espantados porque não supões: sentávamo-nos e os camaradas que nos respondiam davam uma ideia da situação. E tanto fazia serem responsáveis do Partido, como camaradas das empresas ou das granjas, eram uma enfiada de números — todos de cor! — sobre a produção, os objectivos do Plano, percentagens para aqui, produção para ali, aumentos de tanto, objectivos assim, eu sei lá...

O caminho do grupo prosseguia, já em direcção ao bar, a conversa prosseguia com outro participante:

— Mas olha que isso não é só na Bulgária...

— Não estou a dizer isso...

— Pois, mas é que uns amigos de Almada que estiveram na RDA e contaram num colóquio que fizemos no Centro o que por lá viram diziam a mesma coisa.

— Eu não estou a dizer que seja só na Bulgária, é claro que deve ser também assim nos outros países socialistas. Mas o que eu queria dizer é que ficamos banzados com a forma como toda a gente estava metida nos problemas, sabia das contas, dos números, dos objectivos do Plano e sei lá que mais! É claro que isto já lá vão uns meses largos e até vos digo que de vez em quando fazíamos assim um bocadinho má figura porque perguntávamos

—nos coisas acerca das UCP's ou das fábricas e a gente não tinha assim aquilo na ponta da língua...

— Mas tudo isto é para dizer que hoje aqui quase me senti na mesma. Se lá voltasse, depois das discussões que já fizemos e de todo este trabalho já a coisa mudava de figura, mas o que me impressionou foi isto que aqui se passou: vem a malta das empresas, das fábricas, e é números, termos técnicos, isto está muito bem! — Naturalmente, isto quem sabe é quem tem lá as mãos!

Aqui, reacção generalizada, entre pedidos de "bicas":

— Isso não é bem assim, ó camarada: conheço muito bom menino lá na oficina que pode passar uma vida a trabalhar com uma fresa e às vezes nem da fresa sabe...

— Pois, de facto, não é só trabalhar com as coisas. É preciso estudar, é preciso estar interessado...

E, de regresso à sala com campanha tocando, alguém ia rematando:

— Cá por mim, vou que não é só estudar, nem trabalhar. É isso, mas acho que é o Partido, que é a organização. Porque afinal o que nós andámos a fazer

agora para a Conferência foi reunir com o Partido e aprendermos uns com os outros, interessados e organizados, porque estamos no Partido. Isto mostra que, com o Partido, os trabalhadores — e oh quem não são só os comunistas, o que se passou foi que os comunistas puseram isto a andar, a Conferência — conseguem de facto segurar as coisas, mexerem nelas...

E, mão na algaibeira, apagando o cigarro, "desculpa, camarada, deixa passar", perderam-se dentro do Pavilhão.

UM CONTRIBUTO DECISIVO
À RESOLUÇÃO CORRECTA
DOS PROBLEMAS NACIONAIS

Na intervenção em que resumiu os trabalhos da Conferência, o camarada Aurélio Santos terminou fazendo referência a uma saudação com a qual numerosos delegados concluíram as suas intervenções: "Viva a Conferência Nacional!". «E, acrescentou, a Conferência Nacional viverá de facto!» Na verdade, ela começou já a sua vida há longo tempo, como o disse o camarada Carlos Costa, mesmo antes da convocação feita em Março pelo Comité Central. Começou com o esforço dos trabalhadores, com o seu trabalho de sempre e a sua luta de sempre.

Mas, tão ou mais importante do que essa vida ficada para trás, o gigantesco trabalho desenvolvido para a reunião realizada em Lisboa nestes dias 4 e 5 de Junho tomou-se uma pedra indispensável para toda e qualquer acção

na área económica nos próximos tempos.

Esta indispensabilidade não se limita a ser política, não se trata apenas do contributo dado pelos trabalhadores e pelo seu Partido — o que já de si seria suficiente para atribuir uma decisiva importância ao conjunto de estudos e propostas feitas. A verdade é que nunca em Portugal se ergueu um contributo com a dimensão do fornecido pela Conferência Nacional. Quem quer que pretenda estudar global ou sectorialmente aspectos da economia portuguesa, encontra nos textos preparados e saídos da Conferência um manancial riquíssimo de análise e estudo, de factos e propostas que só a cegueira mais completa ou o reacçãoarismo mais empedido pode ignorar ou desprezar.

Conforme foi salientado, existem projectos mais fundamentados que outros, estudos mais completos ou

que defrontaram maiores dificuldades, mas quer individualmente quer em conjunto cumpriu-se o objectivo de fornecer os elementos não para uma política global económica (que exigirá para além do mais soluções de carácter político) mas de medidas concretas e possíveis para solucionar problemas prementes que se colocam ao País.

A Conferência demonstrou com toda a clareza que, quando afirma que aos trabalhadores não se pode apenas exigir o seu braço para a salvação da economia portuguesa, mas também a sua inteligência e a sua contribuição, o PCP não faz afirmações vãs, reflecte sim a realidade fecunda da capacidade criadora dos que produzem toda a riqueza.

Contributo nacional inestimável, a Conferência Económica do PCP provou que só com os trabalhadores se pode sair da crise — e que isso é possível.

Armando Castro

AS MEDIDAS DO GOVERNO

"O sistema económico é uma totalidade em que intervêm relações condicionadas e condicionantes que se influenciam. Não é possível considerar nesta análise sumária todas elas. Abordar-se-ão, por isso dois dos principais aspectos (...)."

"O primeiro aspecto a focar é o da inflação, sentida pela esmagadora maioria dos portugueses (...). O segundo, que o autor aponta mais adiante, depois de ter definido as causas do surto inflacionista e as suas consequências, concerne a "expensão económica". A expansão económica só pode assentar no desenvolvimento do sector nacionalizado e do sector privado na base do progresso da produção e da produtividade condicionados antes de mais pelas possibilidades do mercado interno".

O economista faz uma análise sucinta mas detalhada dos principais efeitos da inflação, que atinge "principalmente os trabalhadores. Recorda primeiramente alguns dados estatísticos: entre Fevereiro de 1976/7 os preços médios no consumo subiram, em Lisboa, de 26,3 por cento e Portugal foi, no ano de 1976, o país da Europa capitalista onde os índices de inflação atingiram maior valor, logo a seguir à Irlanda.

"A alta geral de preços constitui um fenómeno inerente ao actual estágio estrutural do capitalismo monopolista mundial" — diz o autor — não admirando por isso que nós soframos os efeitos da inflação, pois a nossa economia aí se encontra inserida e "quanto mais nela se enleia mais se radicam as suas manifestações". No caso português a alta geral dos preços agravou-se a partir da década 60, devido à acção, "conhecida", dos "grandes monopólios internos e as enormes despesas causadas pelas guerras coloniais".

Dominar esta "aceleração da taxa de inflação" constitui um dos "elementos essenciais para vencer a crise", sobretudo, agora que desapareceram dois dos principais factores: as guerras coloniais e o capital monopolista. De resto, nesta situação, porque se mantém ainda aquela aceleração, pergunta Armando Castro, que formula as seguintes explicações: "inserção dependente de Portugal no sistema capitalista mundial", com as evidentes repercussões na Balança Comercial (em 1976 o défice foi superior a 73 milhões de contos); a "acção dos grandes intermediários no comércio grossista" (facilitada pelas medidas governamentais de Fevereiro); o agravamento da Dívida Pública (que atinge 351 milhões contos, dos quais 134 da Dívida Externa), a "desvalorização do escudo em 15 por cento"; a "política fiscal" que incide de maneira crescente nos impostos indirectos, prejudicando directamente as camadas mais desfavorecidas (enquanto o Orçamento de 1975 previa o seu incremento apenas na base dos 9,4 por cento; no ano seguinte trepava para 32,7 por cento); o "eventual pagamento de dezenas de milhões de contos de indemnizações a grandes acionistas e a grandes proprietários latifundiários.

Como consequências resultarão: "Travar-se o estímulo às poupanças" (o juro não compensa a desvalorização do dinheiro); "impede" previsões económicas correctas e "desorganiza os circuitos de actividade" (introduzem-se critérios de simples especulações em vez de critérios de rentabilidade; retenção das matérias-primas com vista à subida dos preços); cria dificuldades à economia portuguesa em relação aos mercados estrangeiros; a "inflação acelerada" diminui o salário real e isto, na perspectiva do sistema económico global, significa encurtar o mercado interno". "Ora nas actuais condições históricas (...) esta é uma via essencial para combater a retração da actividade económica" — escreve o interveniente que assim estabelece a ponte para o segundo ponto anunciado no início: a expansão económica.

O desenvolvimento do mercado interno não é, nem pode ser, incrementado com uma política de quebra do poder do salário real. O economista prova em seguida que com base nos dados estatísticos existentes pode, desde já, afirmar-se que "a parte dos trabalhadores na riqueza criada" tenha sofrido uma redução de 33

milhões de contos (23 milhões de poder de compra real) + 10 milhões (provenientes do acréscimo dos impostos indirectos), isto apesar da "massa da riqueza produzida ter aumentado uns 4,5 por cento em 1976".

Depois, recorda que a continuar este tipo de política manter-se-á o atraso tecnológico, com a agravante de a actual situação do capitalismo mundial não permitir o recurso "à exportação de emigrantes" e não "poder o grande capital aproveitar-se mais das migalhas do banquete colonialista".

A alternativa que permite "ultrapassar esta crise" é, em seguida, enunciada: "Exige-se a mobilização consciente e interessada dos trabalhadores, dos pequenos e médios industriais e agricultores, comerciantes e outras camadas da população num projecto que, sendo o seu (...) permitirá vencer as dificuldades". Esta mobilização a este projecto implica: "Prossecução e consolidação da Reforma Agrária no Sul e medidas de defesa dos trabalhadores assalariados, rendeiros, pequenos e médios agricultores no Centro e Norte, exige a defesa do sector nacionalizado (com uma potencialidade de 45 por cento dos investimentos, quando antes do 25 de Abril não excedia 18 por cento, e que, com o sector sob intervenção do Estado, chega a cerca de 50 por cento do total), permitindo concentrar nas nossas próprias energias internas o esforço para sair da profunda crise com que nos debatem". Armando Castro acrescenta: "A alternativa para os princípios programáticos enunciados pela Constituição é apenas a da reconstituição de um sistema económico dominado pelo grande capital e que será um sistema capitalista retardado e cada vez mais atrasado no contexto internacional".



José Lázaro

EMPRESAS EM AUTOGESTÃO E COOPERATIVAS

"A ocupação das empresas por parte dos seus trabalhadores ocorreu, na esmagadora maioria dos casos, porque os próprios empresários se demitiram da sua função, abandonaram as empresas à sua sorte, tendo muitos deles previamente acelerado a descapitalização das empresas, esgotado os "stocks" de matérias-primas, negando encomendas, etc." — Esta a afirmação do delegado Lázaro acerca da intervenção sobre empresas em autogestão e cooperativas.

"Para evitar o desemprego em massa — acentuou — não restava aos trabalhadores outro meio. (...) Tratava-se, ao fim e ao cabo, duma questão de sobrevivência. Com isso veio a ganhar a economia do País se entrarmos em conta com o número de empresas actualmente nestas condições (autogestão) e os postos de trabalho nelas existentes (cerca de 1200 e 5000 empregos respectivamente) e ainda se se considerar a gama variadíssima de artigos e serviços por eles produzidos e satisfeitos.

E com a força da verdade: "Nem aumentou o desemprego, nem diminuiu a produção, o que teria acontecido se os trabalhadores tivessem cruzado os braços à espera do regresso dos patrões. Daí a legitimidade da pergunta: Quem defendeu objectivamente os interesses da economia nacional? Os patrões ou os trabalhadores? Seria bom que os actuais governantes tivessem presente a resposta no momento em que preparam legislação para regularização destas empresas, cujo teor, tal como foi divulgado publicamente, está muito longe de corresponder aos legítimos interesses dos trabalhadores e aos esforços necessários para a verdadeira e patética recuperação económica".

Afirmou Estevão Lázaro que a "ideia de se substituírem aos patrões, não moveu nem moveu o espírito dos trabalhadores das empresas ocupadas". E disse: "Eles não se transformaram em novos patrões. Eles apenas quiseram defender os seus postos de trabalho, integrando-se no grande projecto de reconstrução económica do País em novas bases não capitalistas". (...) "Opõem-se à devolução das empresas ao patronato".

"É vasto e variado o campo das empresas em autogestão e cooperativas que os trabalhadores tomaram florescentes. Alguns exemplos:

"**Cuétara**, fábrica de bolachas de Pombal, com 18 meses de gestão pelos trabalhadores: a 90% dos trabalhadores foram aumentados os vencimentos de 25%; **acabou-se com os relógios de ponto nas casas de banho das mulheres; no final dos 18 meses, estavam no banco 22 000 contos.**

"**Sadinho**: tinha 19 trabalhadores, hoje tem 101; o sector das conservas estava parado à 7 anos; hoje factura 30 000 contos por ano; preparam a montagem de uma unidade de fabrico de latas de

uma linha de produção semi automática que lhes irá levantar a facturação para o dobro.

"**Coopera** (ex-massas Delícia): por falta de capital a fábrica encerra; os trabalhadores recebem 200 contos de subsídios do M.T. e empregam-nos na compra de farinha, mantendo a fábrica em laboração; em 1974, a produção era de 67 ton/mês, agora é de 90 ton/mês; têm um estudo em projecto para aumento da produção para 400 ton/mês.

"**Neolux** (reclamos luminosos): gastam 200 contos com técnicos Ingleses à sua conta; possuem um projecto de reconversão de produção de aparelhos de precisão, semáforos e outros e que não se concretizam porque o banco até ao momento não concedeu o financiamento necessário".

"Entretanto a generalidade destas empresas mantêm-se em crise. Não só porque não lhes foram ainda criadas as mínimas condições para as necessárias reestruturações e reconversões: porque não lhes têm sido adstritos recursos financeiros para levar à prática alguns projectos de autoria dos trabalhadores para melhoria das condições de laboração e consequente aumento da capacidade produtiva".

A questão da propriedade dos meios de produção é a questão central que preocupa os trabalhadores. De facto, para estes não é indiferente o destino que possam vir a ter esses meios de produção. Sabem muito bem que se eles regressarem à posse das entidades patronais o seu futuro será de novo o de exploração e miséria. Em contrapartida, a permanência desses bens no campo da propriedade social colectiva galvanizará os trabalhadores para novos esforços suplementares tendentes a melhorar ainda mais a sua contribuição para o engrandecimento do país".

E mais adiante:

"Dispõem-se os trabalhadores a confiar nas promessas do Governo de apoio técnico e financeiro. Mas perguntam, e com razão, quais as garantias ao analisarem o projecto de criação do Instituto de Empresas em Autogestão (INEA)".

Descobrem nesse projecto "amarras fortíssimas que transformam as empresas em simples agências dos desígnios dos mentores do Governo, à boa moda corporativa. Assim não dizem os trabalhadores. Se o Governo, ombro a ombro com os trabalhadores decidir pô-las em prática, as centenas de empresas existentes nas condições descritas e as dezenas de milhares de trabalhadores que aí labutam, podem assegurar um contributo económico precioso no sentido de aumentar a produção de artigos essenciais para o país e de ir buscar ao estrangeiro um montante valioso de divisas de que estamos tão necessitados".

comissões de moradores) e a respectiva descentralização de decisões.

Defrontamos-nos com duas concepções de planeamento. Uma a de gabinete, com simulacros de consulta aos trabalhadores (...) Esta apesar das boas intenções com que muitas vezes é elaborada e pese embora as formulações de esquerda, serve, na prática, para dar cobertura à colocação do sector nacionalizado ao serviço da acumulação capitalista e é mesmo um instrumento para esse fim. E isto porque o Plano não é independente da natureza de classe do poder político que o vai executar.

A outra é a que tem em conta a realidade, as grandes transformações sociais, os recursos nacionais e os estrangulamentos, que procura de forma científica, pragmática e operativa, a compatibilização dos objectivos, a coordenação das acções e a intervenção activa dos trabalhadores a todos os níveis.

Esta Conferência não tem por objectivo apresentar um plano global alternativo, mas sim mostrar que há soluções nacionais para a crise e neste sentido apresentar medidas imediatas que respondam desde já a vários dos problemas com que nos defrontamos.

Esta Conferência mostra também como os trabalhadores são capazes de se debruçar sobre os problemas da nossa economia.

Pela ampla participação e consulta popular esta experiência é também um embrião, um exemplo da metodologia de uma planificação verdadeiramente democrática.

À Conferência, o debate nacional que iniciámos, todo o espaço de reflexão e análise, não começou a 4 nem termina a 5 de Junho — o grande debate nacional está aberto.

reportagem



O delegado não está só. Eleito pelos seus camaradas, trabalhando activamente na preparação da Conferência, escutando as opiniões dos muitos trabalhadores sem partido e de outros partidos, o delegado anónimo trouxe para a Conferência Nacional a disposição determinada da grande maioria dos portugueses em contribuir para a saída da crise.

CAMARADAS DA IMPRENSA ESTRANGEIRA FALAM AO «AVANTE!»

Estiveram presentes na Conferência sobre os problemas económicos nacionais, vários correspondentes de diversos jornais estrangeiros, nomeadamente dos países socialistas e de órgãos centrais de partidos-irmãos. Entre eles, o jornalista americano Rudy Schwarc, do «People's World», visivelmente entusiasmado com o decurso dos trabalhos.

Rudy Schwarc começou por nos explicar que o seu jornal, um semanário que se publica na Califórnia, é o órgão do Partido Comunista dos Estados Unidos para a Costa Ocidental do país, sendo impresso em São Francisco.

Camarada: quais as impressões que leva desta Conferência?

— Quería agradecer-vos, em primeiro lugar, a assistência sistemática que tenho tido aqui, e que muito tem facilitado a minha tarefa e a compreensão dos trabalhos que aqui se desenrolam. Só lamento desconhecer a vossa língua, o que naturalmente me permitiria um contacto mais directo.

Agora quanto à Conferência, o aspecto que para mim resalta, e que considero mesmo o principal, é o apoio de que o Partido Comunista goza, da parte dos trabalhadores: operários, camponeses, intelectuais, técnicos, enfim, todos os trabalhadores.

Mesmo vendo as coisas de forma limitada — não tenho a certeza, por isso, de que o que digo esteja certo ou errado — fica para mim muito nítido que, apesar de um governo social-democrata como o do vosso país, apesar das maquinações do patronato e dos seus apólos, apesar dos fascistas que continuam a existir e a actuar (como claramente o revelou a intervenção do delegado da Madeira), os operários e camponeses, unidos, tendo nas suas mãos as experiências estrangeiras, nomeadamente dos países socialistas e contando com a sua ajuda, e sob a direcção do Partido Comunista Português, serão capazes de resolver os problemas económicos do país. E vão mesmo resolvê-los. Saberão resolver o problema central do desemprego. E mesmo auxiliar Angola, Moçambique, e os outros novos países de expressão portuguesa em África. Os comunistas traçarão para o processo democrático a caminho do socialismo cada vez mais gente, trabalhadores, homens, mulheres e jovens. E neste processo saberão derrotar todas as forças anti-democráticas, todos aqueles que se erguem contra os interesses dos trabalhadores, e que, ainda que sob capas de boas, são os mesmos que no Chile derrubaram o governo de Unidade Popular. Esses têm, como único objectivo, arruinar a economia do país, fazer subir a inflação enquanto reduzem o nível de vida, devolver as terras aos antigos agrários, e entregar o país aos monopólios, deixá-lo nas mãos das multinacionais.

Mas aquilo que vejo aqui, o espírito de militância, a contribuição positiva de todos, mostra que essas maquinações serão derrotadas. Contra elas está a força dos trabalhadores unidos, a justa orientação do PCP. Uma força que não pode ser quebrada e que levará o Povo português ao socialismo. Só quem não quiser ver negará a vontade dos trabalhadores, a vontade dos comunistas, de tudo fazer pela recuperação da economia nacional. Esta Conferência mostra-o bem. Impressiona o espírito de militância dos que estão dispostos — e fazem-no com alegria e entusiasmo — a sacrificar os seus dias de descanso, como aqui se vê. E quanto esforço, quanto tempo, exigiu a preparação dos tra-

lhos da Conferência a estes trabalhadores — vê-se claramente que são trabalhadores, de todos os sectores e escalões do Partido — que lutam com dificuldades, e escassez de tempo livre. E o resultado é de uma grande riqueza. Um resultado magnífico.

A terminar o seu depoimento, Rudy Schwarc disse-nos ainda:

— Quería agora falar-vos de outra questão. De um problema nosso, dos trabalhadores dos Estados Unidos. A Aliança Nacional Contra o Racismo e a Repressão Política

dentro das organizações progressistas, as tentam arrastar para acções irrealistas (e aí surge outra vez reacção e esquerdismo lado a lado), ou desmantelar de qualquer outra forma.

Voltando a falar da campanha pela libertação dos 10 de Wilmington, aproveito a oportunidade para fazer um apelo aos trabalhadores portugueses — que enviem cartas ao presidente Carter (que tanto fala de direitos humanos, quando eles são tão espezinhados nos Estados

Já tinha cá estado anteriormente, na grande festa do «Avante!», e vivi convosco esses momentos de alegria. Os camaradas que vieram ao VIII Congresso do PCP falaram-me dos seus trabalhos e conclusões. Li também atentamente o relatório do camarada Álvaro Cunha, publicado no n.º 12 de 1976 do KOMER (revista mensal dos comunistas gregos) e conheço, em linhas gerais, a linha do PCP.

Pode caracterizar-se esta Conferência Nacional como um estudo concreto dos problemas que Portugal tem que resolver. É um estudo profundo, um estudo verdadeiramente marxista, um estudo científico que o PCP realizou com as suas células e organizações, em cada sector da indústria, da economia e da vida social portuguesa, elaborado não apenas pelos comunistas mas também por democratas que amam a sua Pátria. E é por essa razão que as conclusões desta Conferência serão uma arma nas mãos dos trabalhadores e de todo o povo, uma arma nas mãos do PCP para enfrentar, com êxito, o imperialismo e a reacção.

A Conferência Nacional do PCP demonstrou, de forma convincente, que o PCP é um partido unido, política e ideologicamente, e que conta com dirigentes capazes de conduzir o povo para a frente. A Conferência Nacional do PCP demonstrou também que há uma solução alternativa, apesar das forças da reacção e do imperialismo.

A via para o socialismo passa pela defesa das conquistas da revolução, baseia-se na unidade das massas populares, na justa definição, na base do marxismo-leninismo, dos caminhos por que se seguirá para a construção da nova sociedade.

Não quero falar mais, para não ocupar excessivo espaço no vosso jornal, mas gostaria de referir que ouvi com satisfação que a posição do PCP, no que diz respeito ao Mercado Comum, coincide com a posição do nosso partido. Também, ao ouvir os oradores nas sessões da Conferência Nacional, tinha muitas vezes a impressão de estar a ouvir os camaradas gregos a falar dos problemas da nossa pátria. E não pude deixar de ficar emocionado com isso.

Desejo-vos todo o sucesso e peço-vos para, em nome de todos os camaradas gregos, de todos os camaradas que trabalham no «Rizospastis», exprimir aos vossos leitores e a todos os camaradas portugueses os nossos mais sinceros votos de êxito e bom trabalho.



Foi na última sessão de trabalhos. Inesperadamente, houve alguém que se escapuliu do seu lugar na bancada, subiu à tribuna e, sem pedir licença, ocupou (de pé!) a cadeira da presidência. Durante alguns minutos, a Comissão Política contou com mais um membro, que ninguém elegeu mas todos saudaram com simpatia...

Carlos Carvalhas

PLANEAMENTO

A planificação é uma exigência constitucional e corresponde a uma necessidade objectiva da economia portuguesa.

Mas o plano não pode ser um documento de propaganda política que de antemão já se sabe que não é para cumprir.

(...) O País está em crise e, na situação presente, surge, como uma das necessidades fundamentais a reorganização e reestruturação do sector público produtivo, tendo em vista a complementaridade das operações e esforços, a poupança de recursos, a racionalização dos circuitos, a eliminação dos gastos supérfluos. Mas esta tarefa continua a ser entravada pelo aparelho de Estado e por todos aqueles que tendo as alavancas do comando sonham com a reconstituição dos monopólios e com a sua entrega aos seus antigos donos. Só assim se pode compreender os obstáculos postos até hoje à reestruturação dos sectores cervejeiro e dos adubos, da banca e dos seguros, à sectorização do grupo CUF e de outros ex-grupos económicos. Só assim se pode compreender que se desperdiçam milhares de contos em publicidade, em serviços paralelos, em concorrências artificiais, como nos casos da banca, seguros, da distribuição de cervejas, dos transportes, etc.

(...) O Plano não se pode alhear também dos problemas espaciais a que Portugal esteve submetido durante o fascismo, do macrocefalismo de Lisboa e Porto, bem assim como das diferenças de desenvolvimento do litoral em relação ao interior.

A distribuição geográfica da produção deverá assegurar uma utilização mais eficiente das riquezas naturais, dos investimentos básicos e dos recursos de mão-de-obra do País, permitindo elevar a produtividade do trabalho social e acelerar o ritmo de desenvolvimento da produção. Isto prende-se mais uma vez com a intervenção das populações nomeadamente com o poder local (e com a extraordinariamente rica experiência de muitas

reportagem UM DISCURSO

Um discurso.

Teremos de convir que, três anos passados após do 25 de Abril, a língua portuguesa recuperou uma palavra: **discurso**. Submergida por Marchuetas e chafarizes, Tomazes e fitinhas, **discurso** tornara-se sinónimo de *biablabla*, quando não pretexto para franca gargalhada ou aborrecimento face à mentira.

Não terá sido graças aos Amarais e Sás Cameiros que a palavra retomou a dignidade, que voltou a significar a expressão de ideias com clareza e com importância. Será exagero dizermos que ao PCP e aos seus dirigentes se deve muito dessa renovada importância do discurso, que à preocupação dos comunistas de aproveitarem todas as oportunidades de falarem às massas para abordarem contrutivamente os seus problemas se fica a dever que o povo hoje **oiga** porque o que se diz é importante? Julgamos que não — muito pelo contrário.

Mas, entendamo-nos — há discurso e há discursos!

E ontem, duas horas de palavras pronunciadas no Pavilhão dos Desportos pelo camarada Álvaro Cunhal não foram, de facto, apenas um **discurso**.

Pela nossa parte, pela parte do «Avante!», uma outra coisa lhe chamaremos desde já: foi também uma grande, uma apaixonante reportagem do que milhares e milhares de trabalhadores concretizaram nestes dois dias de Junho no Pavilhão dos Desportos! Alguém poderá dizer que para reportagem, para resumo, é grande! Nós diremos que é de facto um resumo à proporção do que resumiu, é uma síntese da dimensão do

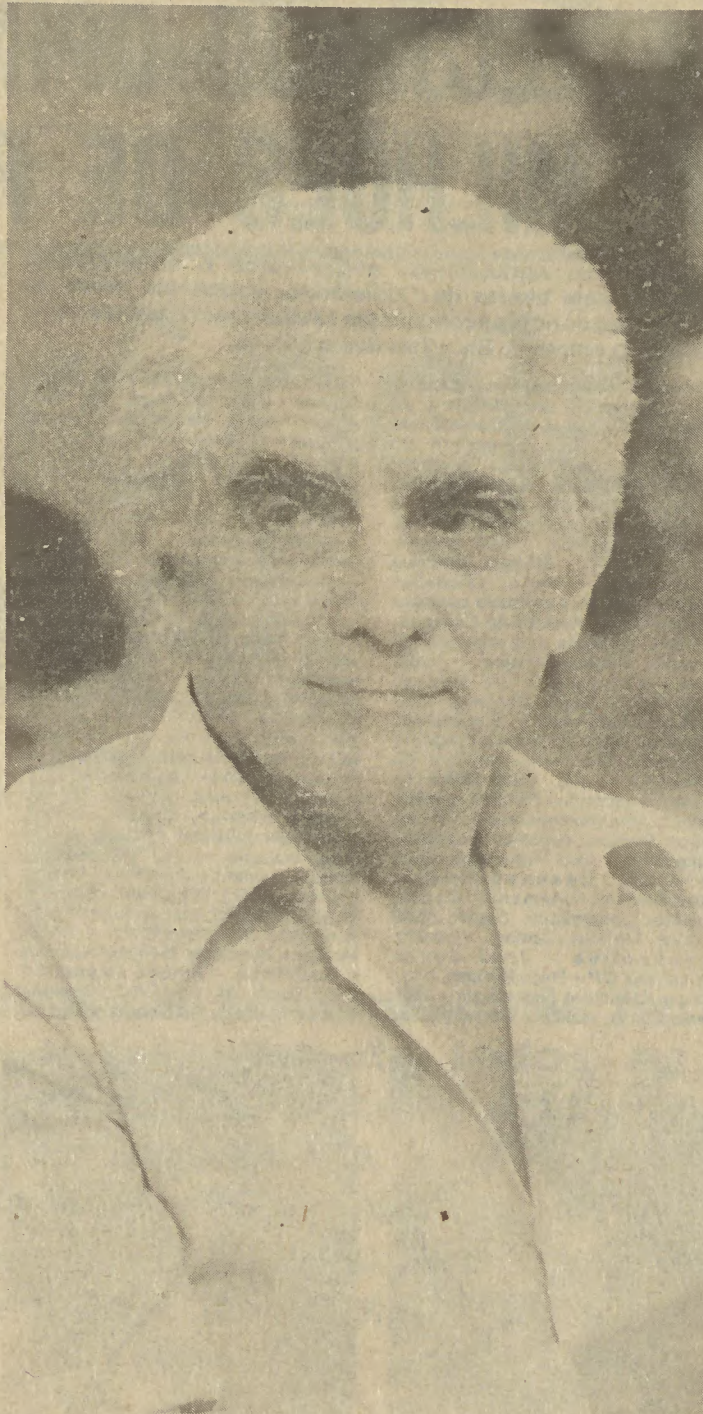
que sintetizou, é uma reportagem da grandeza do esforço que contou. Exemplo aqui e lá, concretização agora desta ideia, mais adiante daquele projecto, palavra precisa e concisa para dar expressão a um grandioso trabalho colectivo de que todo ele é expressão — eis a reportagem útil e completa do que **de facto** se passou.

Mas não só. Esse discurso, pronunciado pelo secretário-geral do Grande Partido dos trabalhadores, constitui, ao narrar e explicitar o que foi e é o trabalho realizado pelos **trabalhadores**, o enquadramento dos documentos aprovados, do esforço realizado.

A síntese incisiva da proclamação, à análise extensa da Resolução aprovadas acrescentaram-se as palavras que correspondem ao corpo e alma dos trabalhadores que são o Partido que as propõe ao povo português, explicitou-se o esforço individual e colectivo, apontou-se o exemplo importante, o pormenor esclarecedor.

O discurso foi pronunciado, publica-se na íntegra neste «Avante!». Foi saudado entusiasticamente por centenas de delegados e milhares de convidados. Será justo elogiá-lo? A sua importância não resulta por si?

Julgamos que é importante que se diga que essas cinco páginas que aqui ficam devem ser lidas por todos os comunistas, por todos os trabalhadores, por todos os portugueses. Porque, tendo um autor, foram escritas pelo esforço e pela luta dos comunistas, dos trabalhadores, do povo português.



António Gervásio

O MAP CONTRA A REFORMA AGRÁRIA

As desocupações, o direito de reserva, as desanexações, a requisição de terras das UCP, de máquinas e gados, o corte de crédito, são alguns dos processos legais e despoíticos usados pelo MAP contra a Reforma Agrária e que são apontados por António Gervásio na sua comunicação.

«Sem realizar uma verdadeira Reforma Agrária não é possível liquidar o domínio dos agrários, de acabar a exploração, o desemprego e a fome, não é possível o desenvolvimento económico geral do país e marchar para o Socialismo» — disse. Depois de se referir de uma maneira geral, à política do MAP — «não se trata apenas de uma política errada, mas de uma política premeditada com objectivos bem definidos, ou seja, entregar a terra aos agrários e capitalistas e travar o avanço da Revolução» — acrescentou que nenhum Governo, depois do 25 de Abril, atacou tanto as conquistas dos trabalhadores e causou tantos estragos à Reforma Agrária e à economia do País como o actual.

A política do MAP (e do Governo) contra a Reforma Agrária — prosseguiu — é uma política criminoso. Criminoso porque ataca uma das maiores conquistas da Revolução do 25 de Abril. Criminoso porque desorganiza a produção, causa grandes estragos à economia do País, retoma a política de exploração, de descapitalização da agricultura vinda do fascismo e põe em perigo a democracia portuguesa.

Acusar os trabalhadores de uma baixa na produção agrícola deste ano, como faz o MAP, tem por objectivo esconder a ofensiva contra a Reforma Agrária e a política criminoso do MAP. O Governo é muito responsável pela baixa de produção deste ano.

António Gervásio concluiu, mais adiante, que se não fosse o esforço e a luta dos trabalhadores (e também de pequenos e médios agricultores) a produção seria ainda mais baixa.

Depois de se referir detalhadamente aos processos legais utilizados pelo MAP contra a Reforma Agrária, A.Gervásio abordou a questão do corte de crédito: «É outra linha de ataque contra a Reforma Agrária:

Neste momento há 35 unidades colectivas com crédito cortado, 18 das quais estão há 4, 5, 6, 7 e 8 meses sem crédito. Esta medida abrange mais de 6000 trabalhadores que, com suas famílias atinge cerca de 18 000 pessoas».

«Hoje — prosseguiu — há milhares de trabalhadores que estão a receber apenas 50% e menos do seu salário. O ministro Barreto diz que não. Nós convidamo-lo a ir ver.

A. Gervásio afirmou, depois, que na zona da Reforma Agrária estão ainda para expropriar 720 000 hectares, 500 000 dos quais nas mãos dos agrários. Entretanto há milhares de trabalhadores desempregados e com fome, e milhares de pequenos agricultores sem terra.

O MAP tenta tirar parte da cortiça às UCPs. Há pouco propôs à aprovação do Governo um decreto sobre a extracção e comercialização da cortiça que visa descapitalizar as unidades colectivas — acrescentou — esse decreto é apenas aplicado às UCPs.

Os agrários, esses, ficam de fora, protegidos. Voltando a referir-se às desocupações, disse que se os trabalhadores tentam voltar às terras, cuidar das suas culturas, são espancados, como por exemplo:

Na UCP Força Popular, Montemor-o-Novo, em 10 de Janeiro de 1977, várias mulheres são agredidas; na UCP Rainha do Sul, S. Susana, Redondo, em 2 de Fevereiro de 1977, várias mulheres e homens são espancados e feridos; na UCP 12 de Maio, Montargil, em 10 de Maio de 1977, várias mulheres são agredidas; na UCP A Luta é de Todos, Mora, em 25 de Maio de 1977, onde uma força de 400 GNR, com cavalos, cães polícias, bastões, espancam mais de 70 pessoas — homens, mulheres e velhos, 40 dos quais tiveram de ser tratados no hospital.

AS OPINIÕES DE UM DELEGADO QUE ENTUSIASMOU A ASSISTÊNCIA

«Vim queixar-me daquilo que me dói a mim e aos meus vizinhos», declarou ao «Avante» António Azenha, agricultor rendeiro de Montemor-o-Velho, momentos depois de terminar a sua intervenção que constituiu um dos momentos mais vibrantes da última parte da primeira sessão da Conferência Nacional.

Frequentemente interrompido pelos aplausos dos delegados e convidados presentes, António Azenha numa linguagem simples e rude expôs as preocupações, os anseios e as reivindicações dos pequenos e médios agricultores da sua região.

«Tenho sido rendeiro desde os 22 anos, sempre a lidar com absentistas, industriais e intermediários, mas só de há dois anos para cá é que tenho arranjado alguma coisa».

referiu-nos aquele agricultor rendeiro que, graças ao seu empenho, conseguiu forçar o seu senhorio a cumprir o estipulado na Lei do Arrendamento Rural. Confiante no futuro, António Azenha não se esqueceu do «antigamente».

«Fazia os terrenos e obrigavam-me a pagar mais do que as terras davam. Tive um senhorio, recorda o nosso interlocutor, que numa altura em que a chela estragou todo o arroz me disse que perdoava metade da renda, que era de nove toneladas de arroz, ficando eu de lhe entregar, durante seis anos, mais duas toneladas do que a renda fixada. Quer-se dizer, contentou a propósito, ainda lhe tinha de dar mais arroz do que o que ele me perdoava».

Hoje, a situação é diferente. Outros rendeiros da região

conseguiram impor o cumprimento da Lei do Arrendamento Rural aos grandes proprietários absentistas, inclusive a alguns que se recusam a receber a renda em dinheiro. A esses, como nos referiu António Azenha, «os rendeiros vão depositar o valor da renda na Caixa Geral dos Depósitos».

Entretanto, tirando partido da influência que ainda têm junto de alguns responsáveis dos organismos oficiais, os grandes senhores da terra do Baixo Mondego preparam-se para se apoderar do dinheiro destinado pelo Governo a indemnizar os camponeses que sofreram elevados prejuízos com as cheias e a seca.

«A nós, pequenos e médios agricultores, esses senhores nunca nos procuram ou convocam para as reuniões».

denunciou António Azenha. Tive, como tantos outros, elevados prejuízos, foram mais de dois vagões de arroz, cerca de 190 contos. Enquanto ando a calear as minhas mãos a espalhar adubo e a mexer na lama, esses grandes senhores estão a conversar nos cafés, uns com os outros, para ver como hão-de ficar com o dinheiro que foi destinado para todos».

A finalizar, depois de nos ter manifestado o seu desejo por ver concretizadas as medidas e soluções propugnadas na Conferência, António Azenha manifestou-nos o seu protesto perante a manobra que se está a tramitar quanto à atribuição das indemnizações às vítimas das cheias e das secas, declarando: «Esse tal dos barretes, não nos val conseguir entrar mais um!»

UMA AFIRMAÇÃO DE PATRIOTISMO

Argumentação estafada, frequentes vezes porém surge nas bocas e escritos dos políticos da direita (mesmo quando se dizem socialistas) a afirmação de que o PCP não é um «partido nacional»... Desde os famosos «oiros de Moscovo» até à mais sofisticada ideia de que o PCP não tem uma «implantação nacional» mais ou menos de tudo se deita mão para tentar levar a água ao moinho da direita.

A questão, o pequeno óbice, são os factos!

E a propósito da Conferência Nacional, terá interesse ver de que País falam os que dizem ser o PCP «um partido de Lisboa e do Alentejo», bem como os que não passam de legítimos herdeiros do patriotismo fascista.

Na realidade (ouvii quem esteve na Conferência e pode sabê-lo quem estiver interessado) o que se discutiu no Pavilhão dos Desportos foram os **problemas da economia portuguesa, foram problemas nacionais**. Dos baldios das Beiras ao aproveitamento das terras do Sul para novas culturas, da situação dos têxteis norteños às perspectivas da Setenave, da política de transportes às questões da energia, das possibilidades de incrementar as exportações às possibilidades de assegurar a substituição de importações por produtos de fabrico nacional, **trabalhadores de todo o País** usaram da palavra no pavilhão. Dir-se-á que isso pouco significa, pois para usar da palavra basta uma única pessoa! Será contudo ignorar que as breves e incisivas intervenções eram fruto de

trabalho colectivo, eram como aliás foi referenciado — o resultado de centenas e centenas de reuniões em que participaram milhares e milhares de trabalhadores, técnicos, quadros, etc.

Só um Partido com uma grande implantação nacional, só um Partido que consegue congrega os esforços de milhares de homens, mulheres e jovens poderia assegurar um trabalho como o realizado, poderia assegurar uma tão larga e diversificada participação.

E, com respeito a patriotismo, se tanto fosse necessário demonstrar, assim se desmonstrou que, tal como não recebe lições de democracia de ninguém, o PCP de ninguém tem que receber lições de quanto à defesa intransigente dos superiores interesses do país e do Povo.

Serão os políticos que advogam a entrega de Portugal às multinacionais, que o empenham estupidamente aos bancos do imperialismo na sua fúria de recuperação capitalista, que defendem o isolamento catastrófico de Portugal face às forças da Paz e do Progresso que podem falar em **interesses nacionais** e em Portugal? Ou serão, muito pelo contrário, os trabalhadores e o seu Partido que se dispõem a um grandioso esforço de **recuperação**, de aproveitamento dos recursos da nossa terra, que denunciam energicamente a política de entrega e capitulação?

Quem poderá de facto falar em Povo português? Os que pretendem lançar milhares de **trabalhadores** para

o desemprego a fim de executarem as indicações das centrais económicas do imperialismo, ou os que defendem um relançamento económico que assegure milhares e milhares de novos postos de trabalho, que assegure a valorização profissional e a integração de milhares e milhares de jovens que a incapacidade de uns e a ambição de outros despreza e sacrifica? Os que

Não é mendigando empréstimos (e *mendigando* de facto, offendendo um brio e uma dignidade que os trabalhadores possuem, mas que a burguesia perdeu nas suas negociações) que se salva um país.

O interesse nacional defendem-nos os comunistas quando, em nome do País, criticam uma política contrária aos interesses da Pátria, seja quando alinha com



vêem Portugal pelos óculos de um punhado de privilegiados para os quais defendem que se continue a importar automóveis de luxo e perfumes, ou os que apontam a necessidade de promover a pecuária nacional para poupar divisas, os que corajosamente afirmam que é com os trabalhadores que se salva Portugal?

O PCP propõe efectivamente, em nome dos trabalhadores, um grande esforço nacional e patriótico.

o imperialismo em política externa, seja ainda quando desvaloriza o escudo em obediência às imposições da banca estrangeira, seja ainda quando tenciona entregar a Pátria a um punhado de monopolistas e latifundiários.

O interesse nacional defendem-no os trabalhadores e o seu Partido de classe quando apontam as soluções democráticas para com os trabalhadores e com o povo vencer a crise e construir o futuro.

Domingos Abrantes

CONTROLO OPERÁRIO

O controlo operário, justamente considerado uma das grandes conquistas da Revolução, é o resultado da participação activa, organizada e consciente dos trabalhadores no processo revolucionário.

Traduzindo-se por formas muito diversas há, no entanto, um «fio condutor» sempre presente nas diversas fases que atravessou: a recuperação económica ao serviço dos trabalhadores, na perspectiva de combate às formas de exploração e opressão na perspectiva do socialismo.

A consagração no texto constitucional do direito ao exercício do controlo de gestão, da participação dos trabalhadores na elaboração e controlo dos planos económicos foi a consequência lógica da perspectiva de desenvolvimento não capitalista aberta com a liquidação do poder dos monopólios. É esta a perspectiva que pode ganhar os trabalhadores para o grande esforço nacional que a recuperação económica exige.

O exercício do controlo operário defrontou sempre inúmeras dificuldades, estando actualmente em marcha uma grande ofensiva tendo em vista a sua liquidação.

O nosso Partido tem insistido repetidamente que não é possível vencer as dificuldades económicas sem os trabalhadores e muito menos contra os trabalhadores.

A realização de reuniões regulares de Comissões de Trabalhadores com os órgãos responsáveis das empresas tem

contribuído para a melhoria da situação dos trabalhadores e das empresas.

Nas empresas em que os trabalhadores conseguiram estabelecer o diálogo com os responsáveis pela gestão é precisamente onde melhores resultados económicos foram conseguidos.

Os objectivos imediatos do controlo operário, a defesa das condições de vida e de trabalho, são a base concreta para o reforço da unidade entre operários, empregados e quadros técnicos.

Sendo o desenvolvimento do controlo operário uma *tarefa central* das Comissões de Trabalhadores, estas têm de criar condições que permitam a participação activa de todos os trabalhadores nessa tarefa.

Também o Movimento Sindical não pode alhear-se dela totalmente, antes deve cooperar com as possibilidades de que dispõe, sem se procurar substituir a actividade das CTs.

Ao atacar o exercício do controlo operário, as forças do capital e da reacção pretendem liquidar um instrumento indispensável para a recuperação económica, pretendem prosseguir as tentativas de recuperação capitalista. A tentativa de espalhar, de amordacar e impor um figurino único às Comissões de Trabalhadores é uma ingerência em aspectos que apenas aos trabalhadores cumpre decidir livremente, atentando contra a autonomia do movimento operário.

Marques Ribeiro

EMPRESAS INTERVENCIONADAS

As empresas com intervenção do Estado (incluindo as de simples gestão provisória) devem atingir as 300, nelas trabalhando cerca de 80 mil trabalhadores. Várias delas têm um peso económico importante nas exportações nacionais. Estão neste caso, entre outras, as seguintes:

PARDAL MONTEIRO: exportou em 1976 um valor global de 22 500 contos.

EUROFIL: exportou em 1974 um valor global de 200 mil contos.

MUNDET: exportou em 1974 um valor de cerca de 130 mil contos (quase a totalidade das suas vendas).

UNITAS: exportou em 1976 48 mil caixas (84% do total da produção).

Como escreveu o camarada Álvaro Cunhal no Relatório ao VIII Congresso do nosso Partido «trata-se de empresas importantíssimas que integradas no sector público junto às nacionalizadas e convenientemente administradas dão base bastante para uma reconstrução total da economia portuguesa em bases não capitalistas» — lembrou Marques Ribeiro no decorrer da sua intervenção sobre as empresas intervencionadas.

Depois de referir os traços mais importantes do processo que levou o Estado a intervir nas empresas, muitas delas já com os trabalhadores em movimento para impedir que o patronato sabotador as precipitasse no abismo, Marques Ribeiro acrescentou que, na generalidade dos casos, «a intervenção do Estado não foi além da simples nomeação das comissões administrativas ou de gestores».

Depois de assinalar que a iniciativa dos trabalhadores nada seria, «se não se tivessem verificado profundas transformações internas nas empresas» em aspectos essenciais como «tipo de relações de trabalho, objectivos da produção, apropriação e distribuição dos resultados», o camarada prosseguiria afirmando:

«Muitos projectos de reconversão apresentados pelos trabalhadores, fruto do seu esforço e audácia, ficaram estiolando pelos corredores dos Ministérios. Propostas de reestruturação de empresas nunca foram consideradas. Um caudal imenso de iniciativas secou face ao desinteresse e burocracia de homens de gabinete. E mesmo quando alguns, pela sua repercussão na economia nacional e pela teimosia dos trabalhadores, chegaram

a ser debatidos em Conselho de Ministros e aprovados, vieram mais tarde a ser sabotados.

Sucedeu isso mesmo com o projecto de fabricação de tractores, camiões e máquinas agrícolas apresentados pela Metalúrgica Duarte Ferreira, e para os quais contribuíram além dela, outras empresas intervencionadas — FAP, Fundição de Oeiras, FMBP, Eduardo Ferreirinha e Feruni. Depois de aprovado em Conselho de Ministros, vencendo sucessivas barreiras levantadas pelos sectores capitalistas ligados à importação desses bens, actualmente, o Governo do PS, baseado no parecer dos técnicos do sr. ministro Barreto e com o apoio deste, prepara-se para negar a viabilidade dos projectos cedendo assim mais uma vez — o que se vai tornando hábito — às pressões e interesses da direita e do imperialismo».

Frisando que, «apesar da falta de apoios técnicos e financeiros, bem como da ausência de medidas governamentais para necessárias reconversões», poder-se-iam referir muitos exemplos do esforço dos trabalhadores das empresas intervencionadas e dos resultados por eles alcançados, Marques Ribeiro concluiu afirmando:

«A política do Governo PS relativamente às empresas intervencionadas é irmã gémea dos ataques à Reforma Agrária e às nacionalizadas. Devolvendo estas empresas ao patronato sabotador, reacção e revanchista, em vez de facilitar o caminho para uma verdadeira recuperação económica, o Governo PS nada mais faz do que provocar situações de impasse e de crise. Passa assim, uma esponja por cima dos resultados que a tenacidade dos trabalhadores permitiu alcançar forçando uma baixa de produção e um aumento das tensões sociais. Os únicos a ganhar com isso são os que desde sempre se mostraram interessados em criar um clima de desestabilização propício aos atentados contra a democracia. Opondo-se a uma tal política de cedências e recuperação capitalista, o PCP, traduzindo os profundos anseios das «massas trabalhadoras, reitara mais uma vez a sua proposta para a imediata suspensão da entrega destas empresas aos antigos patrões a fim de que, com os trabalhadores».

a) Sejam encontradas as soluções mais justas e conformes os reais interesses da economia nacional, entre as quais, nacionalização, empresas mistas, cooperativas ou prosseguimento da intervenção;

b) Sejam estudados projectos de viabilização e reconversão das empresas em situação mais difícil».

Carlos Aboim Inglês

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E CEE

A falsamente alcunhada «opção europeia», isto é, o pedido de adesão ao «Mercado Comum» dos nove, não representa qualquer novo rumo nas relações internacionais do nosso país. (...) Representa o regresso ao passado, pela manutenção e reforço daqueles laços de dependência económica e política a determinadas potências imperialistas que são historicamente responsáveis, em pesada medida, pelo atraso económico-social do povo português.

(...) Esta orientação (...) compromete gravemente a independência nacional e o progresso económico-social do povo português.

Portugal (...) não possuía nem possui estruturas e níveis de desenvolvimento económico e tecnológico equiparáveis aos outros países europeus que participam da integração capitalista e a comandam. (...) Basta atentar no fosso existente quanto a alguns índices fundamentais.

É evidente que Portugal não pode ter, a curto ou médio prazo, possibilidade de vencer este tremendo atraso histórico. Assim, não pode ter capacidade para aproveitar o mercado da CEE ou suportar, em condições de desarmamento aduaneiro, a concorrência dos potentados da CEE no seu mercado interno. Os produtos portugueses seriam imparavelmente batidos no nosso próprio mercado pelos produtos estrangeiros, arrastando para a ruína dezenas de milhares de pequenos e médios industriais e agricultores.

(...) A Integração na CEE é impossível e não se realizará: trata-se duma manobra política para ajudar a impor ao Portugal do 25 de Abril a recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Argumenta-se que a adesão à CEE permitiria acelerar o nosso desenvolvimento e fazer-nos aproximar dos «níveis europeus». A realidade do que se tem passado com os países que já estão na CEE mostra-nos uma coisa bem diversa: agravamento dos desequilíbrios, dos défices, do desemprego.

(...) A CEE beneficia os mais «ricos» e prejudica os mais «pobres». (...) Um único país tem lucrado, e fortemente, à custa de todos os outros parceiros: A República Federal Alemã.

(...) Pelo que respeita ao desemprego, a situação nos países do Mercado Comum é bem elucidativa. No início de 1977, o número oficial de desempregados continuava a subir, atingindo os 6 milhões, metade dos quais menores de 25 anos. (...)

Para se encarem com um mínimo de seriedade as consequências para Portugal duma eventual adesão à CEE, tem de colocar-se como perspectiva, não uma entrada isolada e prioritária de Portugal numa CEE de 9 países, mas uma CEE alargada também à Grécia e Espanha, o que agravaria ainda mais as consequências para Portugal (...)

(...) A entrada de Portugal para a CEE não criaria apenas graves problemas concorrenciais entre Portugal e os membros da CEE, mas exporia Portugal à concorrência indesejável de países «terceiros», com a adopção obrigatória por Portugal da Pauta Exterior Comum da CEE e das disposições dos acordos já estabelecidos pela CEE com dezenas de países (...) do chamado Terceiro Mundo.

(...) Para Portugal (...) é preferível estar fora que estar dentro da CEE.

Bastariam as razões de ordem económica já referidas (...) para mostrar que a orientação que está a ser seguida de promover uma ilusão, porque é impossível, integração na CEE, é altamente lesiva do Interesse nacional. Mas as razões de ordem política (...) concorrem evidentemente com aquelas. A realidade do que temos e o projecto do que queremos para a nossa Pátria estão consagrados na Constituição da República Portuguesa (...)

A nossa organização sócio-económica e o nosso projecto político não são os da mini-Europa regida pelo poder dos monopólios; a nossa lei fundamental não é o Tratado de Roma (...)

(...) O progresso económico acelerado é inseparável duma

política nacional independente (...) Assenta (...) numa real e dinâmica diversificação das relações externas de Portugal, comerciais e de cooperação, baseadas na observância dos princípios da não-ingerência, da igualdade e da vantagem mútua, com todos os países independentemente do seu regime económico-social.

Assim, as grandes linhas de ataque duma política de relações económicas externas ao serviço da independência e da recuperação nacional podem indicar-se resumidamente pelos tópicos seguintes:

Quanto aos países da CEE: deve buscar-se o aproveitamento das potencialidades positivas dos Acordos de Julho de 1972, dos Protocolos de Junho de 1976 e do Acordo Intercalar de Novembro de 1976, lutando contra os seus inconvenientes, nomeadamente, procurando obter no plano comercial a liberalização das regras de origem (tecidos estampados), a eliminação do sistema de plafonds (alguns têxteis, vestuário, cortiça manufacturada), a melhoria da protecção à Indústria portuguesa (passagens de certos produtos da Lista A — 1980 — para a Lista B — 1985), isenções (conservas) e reduções (certos vinhos) aduaneiras, enfim, eliminação de contingentação (concentração de tomate) — por forma a diminuir o pesado défice comercial (25 milhões de contos em 1976, com uma cobertura import. export. de apenas 52%, contra 65% com a AECL e cerca de 80% com os países socialistas, excluindo o petróleo, que também não importamos nem da CEE nem da AECL).

Quanto aos países da AECL e outros capitalistas desenvolvidos: Deve-se buscar um melhor aproveitamento das possibilidades do sistema de preferências generalizadas, já concedido por alguns países (Áustria, Japão, EUA, etc.), e obter esquemas semelhantes junto de outros, reduzir os maiores défices comerciais (EUA, Espanha, Japão, Suíça, Islândia — 20 milhões de contos em 1976).

Quanto aos países socialistas: desenvolvimento acelerado das relações comerciais e de cooperação, eliminando atitudes discriminatórias e boicotes da parte portuguesa e dando execução aos Acordos já assinados e outros a celebrar; nomeadamente há que reforçar as linhas de exportação já iniciadas, quer de produtos tradicionais (alimentares, têxteis, calçado, etc.), quer de produções pesadas (electromecânica, construção e reparação naval) sobretudo quando ligadas a projectos de cooperação; concretizar projectos de cooperação no domínio agrícola (Hungria: milho Polónia: beterraba, URSS: girassol, Bulgária: tabaco) e pecuário, assim como no industrial, quer com vista aos mercados das partes contrastantes, quer com vista aos mercados do terceiro países, como sejam, no primeiro tipo, a Indústria farmacêutica (Hungria), máquinas têxteis (Checoslováquia), electrónica (Checoslováquia e outros), construção naval (Polónia), etc. e no segundo tipo, equipamentos para a Indústria química (RDA), equipamentos para centrais energéticas (URSS e Checoslováquia), etc.

Quanto aos países do chamado Terceiro Mundo: uma atenção prioritária deve sem dúvida prestar-se ao restabelecimento, melhoria rápida e desenvolvimento mutuamente vantajoso das relações com Angola, Moçambique e os outros países independentes de África de língua portuguesa, procurando acordos económicos globais que incluam assistência na reconstrução económica, planos de trocas comerciais tão equilibradas quanto possível, participação nos grandes projectos de desenvolvimento. Igualmente lugar privilegiado se deve atribuir às relações económicas com os países produtores de petróleo, especialmente aqueles que nutrem simpatia pela Revolução Portuguesa (Argélia, Iraque, Venezuela, etc.), procurando acordos a longo prazo e contrapartida progressiva de exportações portuguesas, bem como também possíveis acordos de cooperação.

reportagem

MAIS DE CEM ORADORES
REFLECTINDO OPINIÕES E ANSEIOS
DE MILHÕES DE PORTUGUESES

Operários, agricultores, engenheiros e empregados, passaram pela tribuna da Conferência, abordando desde os temas gerais da nossa economia até às situações concretas nesta ou naquela empresa. Eis a lista dos oradores:

Abertura dos trabalhos — Octávio Pato, membro do Secretariado e da C.Política. **Objectivo da Conferência** — Carlos Costa, membro do Secretariado e da C.Política. **Comércio externo e balanço de pagamentos** — Valdemar Quaresma, técnico. **UCP 12 de Maio** — Joaquim Flausino, operário. **Produção agrícola** — Júlio Martins, eng.º agrónomo. **Energia eléctrica** — António Garcia, técnico. **Nacionalizações e controlo operário** — Jaime Serra, membro da Comissão Política. **Energia** — Frederico de Carvalho. **Metalmecânica** — Álvaro Pinheiro, operário da Mague. **Equimetal** — Álvaro Monteiro, eng.º técnico. **SEPSA** — José Soares Barbeiro, técnico de desenhos. **Reforma Agrária** — António Gervásio, membro da C.Política do CC. **Cooperativa de Casabeira** — Hermínia Parolais, operária agrícola. **Arrendimento rural** — Manuel Sousa Moreira, rendeiro. **Indústrias extractivas** — José Pinharanda, eng.º de minas. **Desenvolvimento económico** — Armando Castro, professor universitário. **Sector têxtil** — José Mendes Cardoso, operário. **Transportes** — José Covas, economista. **CP** — Rego Mendes, eng.º técnico. **Ciência e Tecnologia** — João Sousa Lopes, cientista. **Refinação de**

trabalador. Emigrantes — Luís Manuel Martins, ajustador. **Seguros** — Maria Amélia Cabral, trabalhadora. **Sector privado** — Avelino Gonçalves, suplente do CC e membro da DORN. **Investimentos** — Ângelo Veloso, membro da C.Política do CC. **Empresas em autogestão e cooperativas** — José Lázaro, trabalhador. **Cooperativa 18 de Março** — Francisco Nobre, empregado. **Pequenos e médios agricultores** — António Azenha, rendeiro. **Petrogal** — Vidal Pinto, trabalhador. **Produção animal** — Mário Silva Ramos, médico veterinário. **Carnes** — Bruno da Costa, trabalhador. **Produção de leite** — Jaime Machado, médico veterinário. **Forragens** — João Bruno Soares, técnico. **Indústria automóvel** — Carlos Rosado, operário da Movauto. **CUF** — Joaquim Tomás, operário. **Mundet** — Mário Francisco Delgado, operário. **Indústrias básicas** — Veiga de Oliveira, membro do CC. **Desemprego entre os jovens** — José Pedro Soares, membro do CC. **Orçamento Geral do Estado** — Luís Sá, licenciado em Direito. **Indústria transformadora** — Sousa Marques, deputado. **Material eléctrico e electrónico** — Amaldo Almeida Gil, electricista da EFACEC. **Standart Eléctrica** — João Remísio, empregado.

RABOR — António Martins Pereira, técnico. **Cultura do tabaco** — Manuel Joaquim Brás, operário. **Indústria de Produtos Alimentares** — Francisco Mota, economista. **Concentrado de tomate** — Manuel Dias, trabalhador da ECA. **Pescas** — José Augusto Gouveia, pescador. **Indústria conserveira** — Otelina Cristo, operária. **Baldios** — Domingos Afonso, agricultor. **Situação nos Açores** — José Arlindo Ferreira. **Cooperação económica e CEE** — Carlos Aboim Inglês, membro do CC. **Salários e preços** — José Vitoriano, membro do CC. **Política do CC. Agricultura no Norte e Centro** — Vasco Paiva, suplente do CC e membro da DORB. **Pequenos agricultores** — Francisco Gílio Batista, agricultor de Beja. **Indústria naval** — José Seio de Almeida, eng.º técnico. **UCP Seara Vermelha** — José Baltazar Viegas, operário. **Comercialização de produtos agrícolas** — António Bica, técnico do CRA. **TAP** — José Manuel Salavisa, comissário de bordo. **Pequenos e médios empresários** — João da Silva Araújo, industrial de ourivesaria. **Formação de quadros** — Américo Leal, membro do CC. **A ofensiva do MAP** — Almerinda Nogueira, operária. **Recursos hídricos** — Mário Lino, eng.º civil. **Aduos** — Manuel Jacinto Palma, eng.º da CUF. **IBEROL** — Fernando Costa Antunes, eng.º técnico. **Pirites** — Maria Manuel Oliveira, eng.º química. **Celulosa e papel** — João Pereira Lemos, desenhador. **Supermercados**

Integrados — António Lopes, técnico de desenho. **Setenave** — João Rebelo, encarregado de montagem. **Telecomunicações** — C. Manuel Costa, eng.º electrotécnico dos CTT. **Construção civil e habitação** — José Daniel Moura, desenhador. **Madeiras e mobiliário** — José António Sousa, trabalhador. **Mármore** — Francisco Cheinho, trabalhador. **Emprego** — António Freitas Monteiro, empregado bancário, deputado. **Planificação** — Carlos Carvalhas, economista, membro suplente do CC. **Produção Nacional de produtos importados** — Ezequiel Vicente, economista. **Celjejo** — Luís José Martins, empregado de escritório. **Indústria corticeira** — Ângelo Piedade, trabalhador. **Minas do Lousal** — Carlos Vitorino Vieira, soldador. **Calçado** — Joaquim Barreira, trabalhador. **Empresa Fabril do Norte** — Paulo de Carvalho, trabalhador. **Agricultura do Norte** — António de Sousa Ribeiro, camponês. **Pescas costeiras** — Santos Alves, pescador. **Auto-Reconstrutora do Barreiro** — Marcelino Santos Abreu, operário. **Comapa** — António Braga Moura, serralheiro mecânico. **FACAR** — Manuel Pereira Franco, metalúrgico. **Economia dos Açores** — Carlos Armada, eng.º agrónomo. **Baldios** — António Sousa Rodrigues, agricultor de Bragança. **Tomé Fátima** — Armando Pedras, operário. **Oliva** — António Augusto Silva, trabalhador. **Dados sobre a Conferência** — Aurélio Santos, membro do CC.



José Vitoriano

SALÁRIOS E PREÇOS

«Uma política de recuperação económica exige uma política de salários e preços que não apenas mantenha, mas procure melhorar o poder de compra dos trabalhadores. Uma diminuição do poder de compra dessa grande massa de consumidores que são as classes trabalhadoras não só não contribuirá para a recuperação económica como constituirá um factor de retracção da economia» — afirmou José Vitoriano.

Referindo a estagnação do desenvolvimento económico em alguns sectores, «determinada pela subida galopante dos preços» e pela «baixa drástica do poder de compra dos trabalhadores», prosseguiu José Vitoriano:

«A produção da indústria alimentar, que vive essencialmente do mercado interno, baixou no terceiro trimestre de 1976 em 6,6% relativamente a igual período do ano anterior.»

«Um rápido e equilibrado desenvolvimento económico e social do país pressupõe um contínuo alargamento do mercado interno e exige uma progressiva melhoria do nível de vida das classes trabalhadoras.»

«Que a actual política salarial e de preços do Governo é precisamente a oposta. Essa política visa, quer através do congelamento na prática da contratação colectiva e do Dec.-Lei 49-A/77 que limita a 15% o aumento da massa salarial, quer através do aumento em flecha e incontrolado dos preços, uma acentuada redução do salário real dos trabalhadores e um aumento do lucro dos capitalistas.»

Citando a evolução positiva da parte dos salários na distribuição do Rendimento Nacional, de 1973 até 1975, e a evolução negativa verificada a partir daí, José Vitoriano criticou a pretensão do Governo no sentido de justificar a sua política de diminuição do poder de compra dos trabalhadores com a necessidade de reduzir o consumo.

«É evidente que não podemos continuar indefinidamente a consumir mais do que produzimos. (...) Mas o problema está em ver como vamos anular ou reduzir esse saldo negativo. Embora haja que reduzir consumos, o esforço principal que terá de ser feito é para produzir mais. Não é tanto nos bens essenciais, que constituem a parte principal do consumo dos trabalhadores, que temos de reduzir. É sim, fundamentalmente, naquela parte dos bens supérfluos e de luxo que são consumidos pelas classes privilegiadas e em produtos não essenciais.»

«A redução das importações de bens essenciais tem de fazer-se sobretudo pelo aumento da produção nacional de produtos iguais ou sucedâneos.»

Depois de reafirmar que uma autêntica política de recuperação económica tem de ser feita com os trabalhadores, José Vitoriano observou que «em épocas de grande inflação os aumentos dos lucros dos capitalistas não vão proporcionar um aumento significativo do investimento produtivo. Os seus capitais são sobretudo canalizados para operações especulativas que garantam rápido reembolso dos capitais investidos.»

Atenuando que «os aumentos dos preços só devem ser permitidos quando tenham por base aumentos de custos já comprovados» e que «devem ser estabelecidos preços de

garantia ao produtor para os produtos agropecuários e de pesca conjugados com as medidas de planeamento para os respectivos sectores», José Vitoriano apontou como objectivos imediatos:

— Impedir que a alta de preços liquide a subida do poder de compra obtido pelas classes trabalhadoras depois do 25 de Abril;

— Que o Governo respeite os compromissos que tomou perante a Assembleia da República aquando do plano de 1977, nomeadamente:

— manutenção da reparação funcional do Rendimento Nacional de 1976

— manutenção, pelo menos do consumo, em termos reais, dos trabalhadores em 1976

— Intensificação da intervenção do Estado em circuitos comerciais, de forma a que sejam cumpridos os preços oficialmente estabelecidos;

— Publicação de leis para punição severa de todas as práticas especulativas e de acamamento;

— Alargamento do número de produtos que compõem o «cabaz de compras»;

— Garantia do direito à livre contratação colectiva, incluindo a revisão do Dec.-Lei 49-A/77, conhecido pelo decreto dos 15%».



NÚMEROS

E FACTOS

Os trabalhos da Conferência decorreram no fim-de-semana, no Pavilhão dos Desportos. Foram 950 os delegados que, durante as 6 sessões por que se dividiu o tempo de trabalho, escutaram as intervenções, mais de 100, elaboradas com base em estudos prévios.

Os camaradas Octávio Pato e Joaquim Gomes, membros do Secretariado e da Comissão Política e António Gervásio, Bianqui Teixeira, José Vitoriano e Carlos Costa, todos membros da Comissão Política, sendo o último também membro do Secretariado do CC, sucederam-se na presidência de cada sessão.

As conclusões e a Proclamação, aprovadas por unanimidade, resultaram de um intenso trabalho preparatório, realizado em 2 meses.

Foram 1283 as reuniões preparatórias abertas, participadas por mais de 28 mil trabalhadores, centenas de técnicos, especialistas e economistas.

Mais de 57 mil exemplares de 80 documentos sectoriais foram distribuídos, constituindo a base das discussões e debates. Foram elaborados 747 estudos e contribuições colectivas, 126 projectos de intervenções foram preparados colectivamente. Surgiram também muitas contribuições individuais.

Durante a Conferência, a Comissão de Redacção recebeu mais de 357 propostas de emendas.

